

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Relatório de **GESTÃO**



2018



NEGO

TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL
DA PARAÍBA 201
PALÁCIO
DES. RAYMUNDO B. ZENNER CAVALCANTI

Relatório de
GESTÃO
2018



TRE-PB

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

4

GOVERNANÇA DA JUSTIÇA ELEITORAL DA PARAÍBA

6



Visão Geral e Modelo de Negócio.....	07
Planejamento Estratégico e Governança.....	16
Relacionamento com a Sociedade.....	22
Gestão de Riscos e Controles Internos.....	24

RESULTADOS DA GESTÃO

27



Objetivos Estratégicos e Finalísticos.....	28
Justiça Eleitoral em Números.....	33
Eleições 2018.....	34
Perspectivas e Desafios.....	38

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

39



Declaração da Diretora Geral e do Secretário de Administração e Orçamento.....	40
Objetivos Estratégicos das Áreas de Gestão.....	42
Gestão Orçamentária e Financeira.....	50
Gestão de Custos.....	58
Gestão de Pessoas.....	60
Gestão de Licitações e Contratos.....	66
Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	67
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	69
Sustentabilidade Socioambiental.....	71

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

73



Declaração do Contador.....	74
Demonstrações Contábeis.....	75
Notas Explicativas.....	86

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

87



Resumo do Processo para Determinar a Materialidade das Informações e os Limites do Relatório.....	88
Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	89

ANEXOS E APÊNDICES

91

Mensagem do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Des. Carlos Martins Beltrão Filho

Apresento o Relatório Integrado da Justiça Eleitoral da Paraíba, instrumento que visa dar transparência e prestar contas à sociedade, a partir da demonstração das ações e dos resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O TRE/PB tem por missão institucional “Garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia” e a visão de futuro de “Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança”.

A busca pelo aprimoramento da gestão do processo eleitoral tem impulsionado o tribunal a incorporar mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão na prestação de serviços voltados para a sociedade. Dessa forma, asseguramos a observância dos princípios de governança pública: legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e prestação de contas, favorecendo, por meio do Sistema de Governança e Gestão, o alinhamento das ações necessárias à melhoria do atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos.



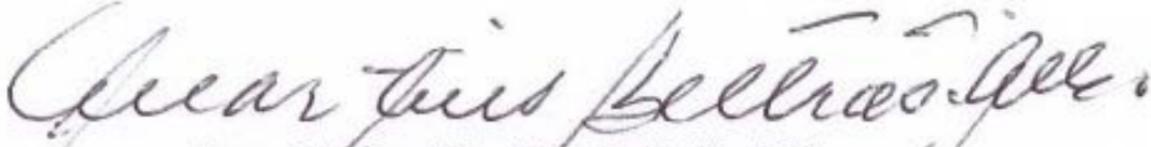
O ano de 2018 foi marcado pela realização de eleições gerais em um cenário de novos desafios para a Justiça Eleitoral, dentre eles: a necessidade de resgatar a confiança da população nas instituições democráticas, as estratégias para combater a disseminação de notícias falsas, os esclarecimentos sobre a confiabilidade da urna eletrônica e os reflexos das restrições orçamentárias. Todavia, o empenho e a dedicação dos magistrados, servidores e colaboradores refletiram a eficiência e efetividade dos serviços prestados.

O comprometimento com a transparência, o diálogo e a cooperação oportunizou um maior envolvimento da sociedade nas atividades desempenhadas por esta Justiça Especializada, com destaque para a realização de parcerias com outras instituições, programas, projetos e ações voltados para a promoção da cidadania, seminários, audiências e consultas públicas.

Em relação aos principais resultados, destacam-se o êxito da realização das Eleições 2018, fruto de um planejamento integrado que buscou atender, com eficiência, transparência e segurança, os anseios da sociedade; as ações de cidadania promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral, com alcance de 8.355 estudantes do ensino médio de 62 escolas, impactando diretamente no aumento do alistamento eleitoral e diminuição da abstenção, na faixa etária trabalhada; o desempenho alcançado nas metas nacionais do Poder Judiciário; a estratégia de promover a participação da população nas atividades de preparação e suporte à votação, conferindo maior transparência ao processo e redução de custos; a reestruturação das unidades administrativas da Secretaria do Tribunal; a redução de resíduos poluentes e do consumo de recursos naturais, consequência da implementação de ações previstas no Plano de Logística Sustentável.

A perspectiva para os próximos exercícios é aprimorar os serviços prestados, a partir das oportunidades de melhoria identificadas, para que o cidadão, nosso maior destinatário, seja beneficiado com uma atuação eficiente, eficaz e célere.

Com essa breve apresentação, reforço o compromisso da Justiça Eleitoral da Paraíba com a dedicação e busca por uma melhoria contínua de sua atuação.


Des. Carlos Martins Beltrão Filho
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

The background is a solid dark purple color. It features several overlapping, semi-transparent, light purple geometric shapes, primarily rectangles and squares, some of which are tilted at various angles. The text is centered horizontally and vertically in a bold, black, sans-serif font.

GOVERNANÇA DA JUSTIÇA ELEITORAL DA PARAÍBA

Visão Geral e Modelo de Negócio

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

A Justiça Eleitoral é o ramo especializado do Poder Judiciário a quem compete o gerenciamento do processo eleitoral, garantindo-lhe a lisura, a eficiência e a eficácia, contribuindo para o fortalecimento da democracia e para a consolidação do Estado de Direito.

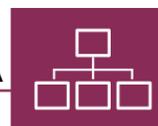
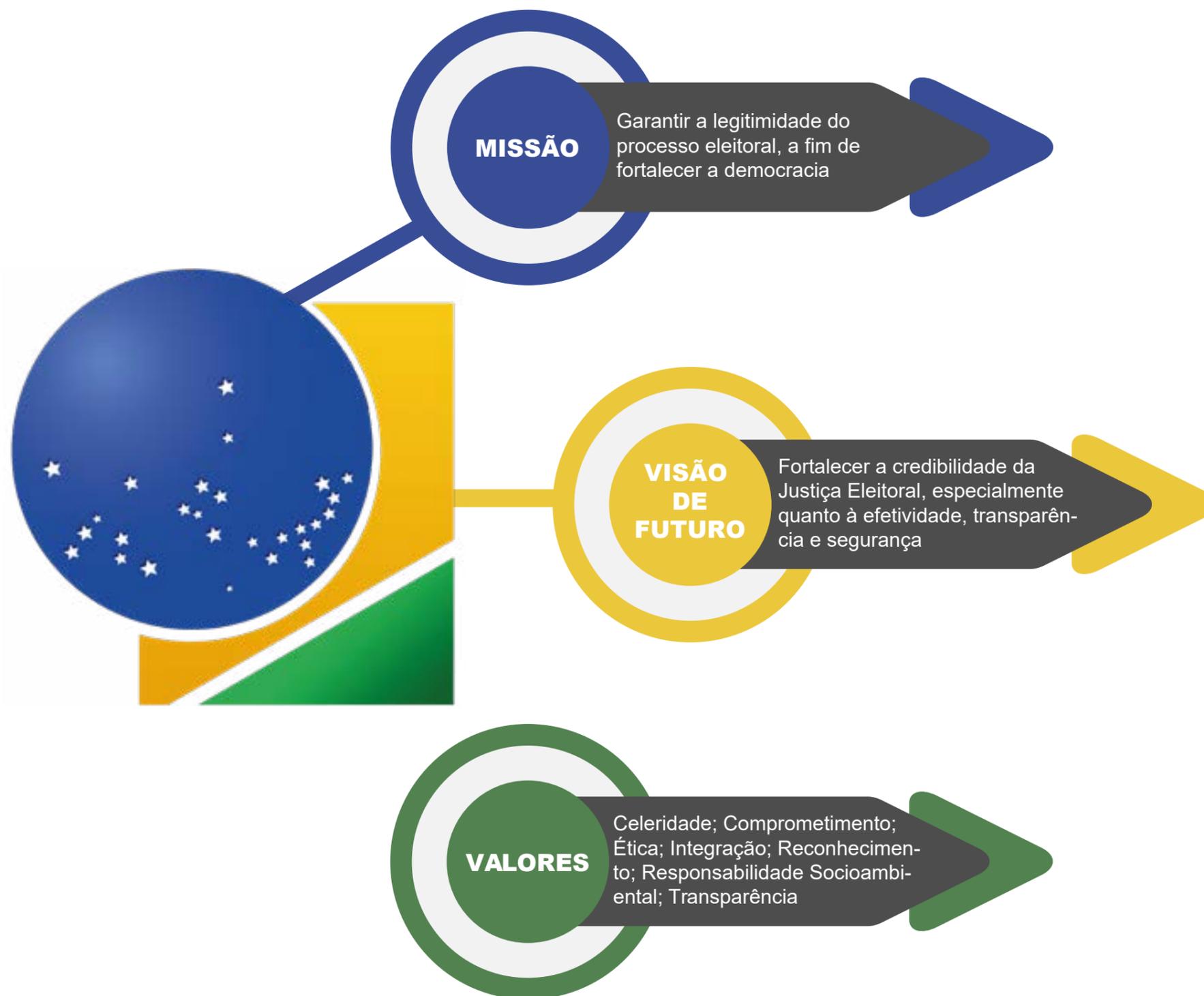
O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é um órgão da Justiça Eleitoral, previsto no art. 118, inciso II da Constituição Federal. Suas competências estão elencadas nos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral) e arts. 23 a 25 da Resolução TRE/PB nº 09/2015 (Regimento Interno), disponível em <http://www.tre-pb.jus.br/legislacao/regimentos-e-regulamentos/regimentos-e-regulamentos>.

O referencial estratégico é composto pela missão, visão de futuro e valores, previsto no Plano Estratégico, disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pb-plano-estrategico-2016-2021-versao-3-0>.

Com o propósito de realizar a sua missão de “garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”, assegurando a plena manifestação da vontade do cidadão pelo exercício do direito de votar e de ser votado, o Tribunal realiza, no âmbito do Estado da Paraíba, o planejamento, a execução e a apuração das eleições federais, estaduais e municipais, a administração do Cadastro Nacional de Eleitores e o desenvolvimento de campanhas educativas junto à sociedade, investindo em tecnologia, infraestrutura e treinamento de servidores e colaboradores.

Nos termos do art. 120, § 1º da Constituição Federal, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é composto por 07 (sete) membros: 02 (dois) desembargadores do Tribunal de Justiça, 02 (dois) juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, 01 (um) juiz federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal e, por nomeação do Presidente da República, 02 (dois) juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

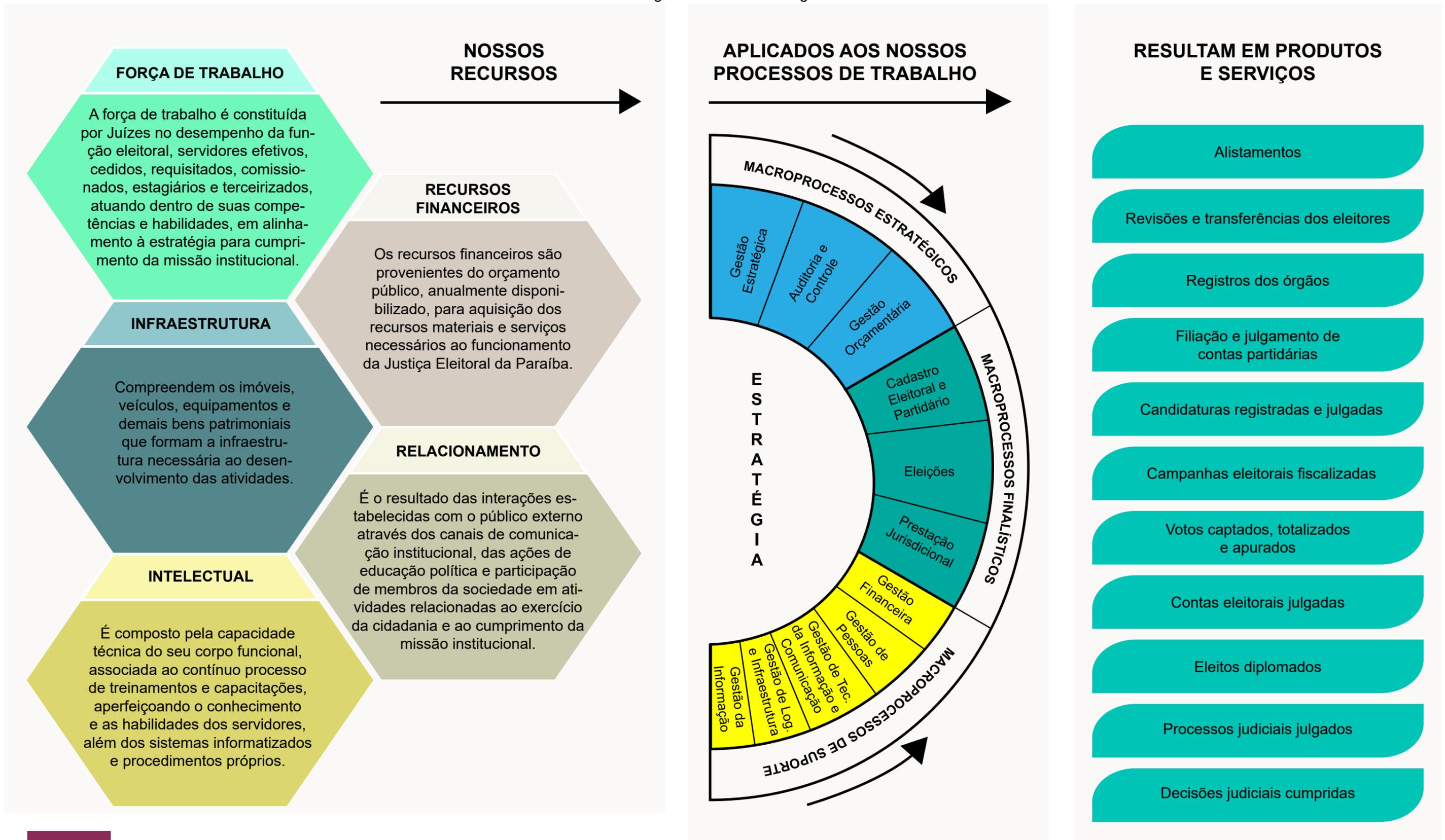
Figura 1: Referencial Estratégico



MODELO DE NEGÓCIO

O modelo de negócio do TRE/PB representa o sistema de transformação de recursos (insumos), através dos seus processos de trabalho, em produtos e serviços para a sociedade, gerando valor e cumprindo sua missão institucional.

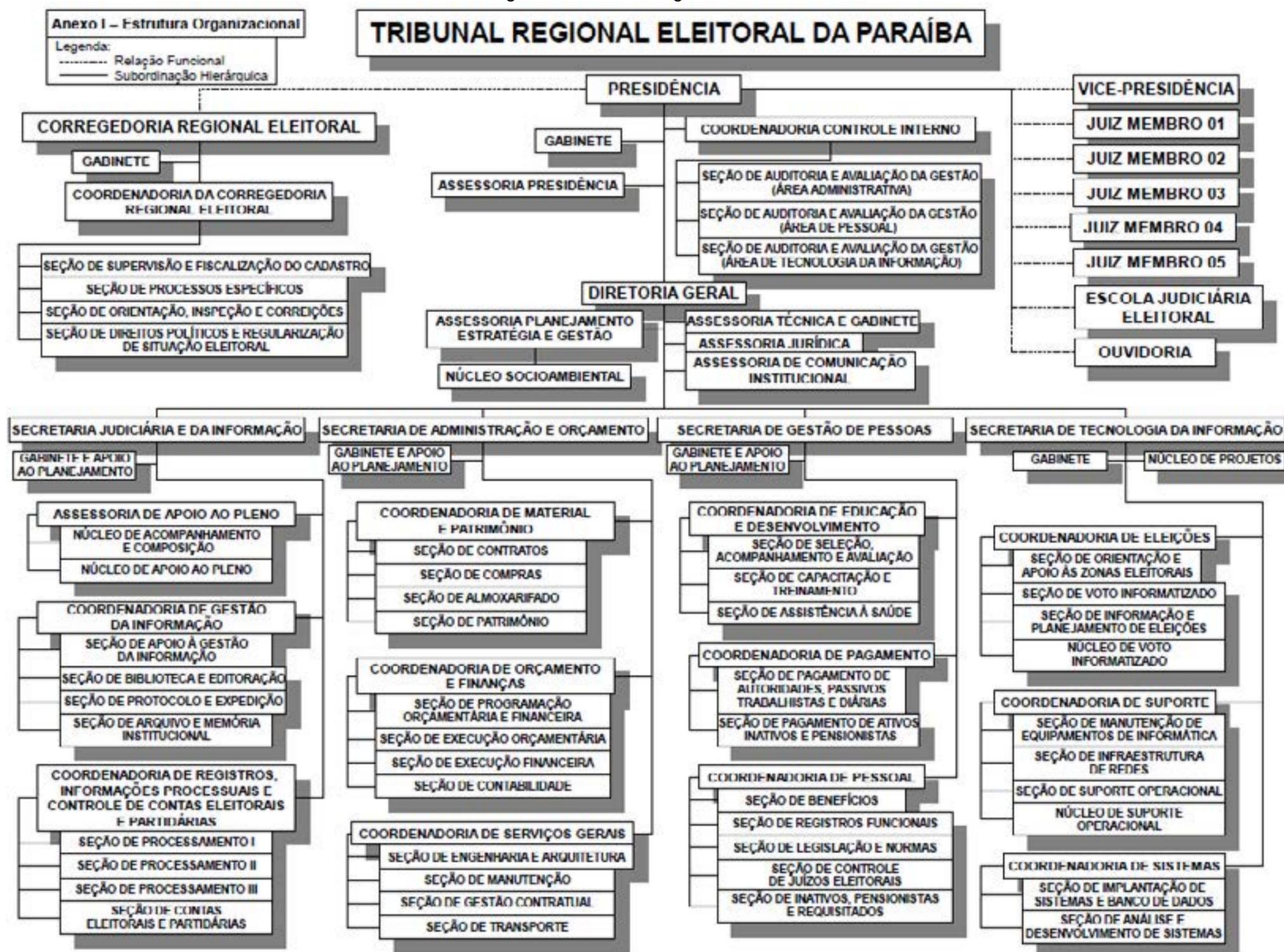
Figura 2: Modelo de Negócio



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

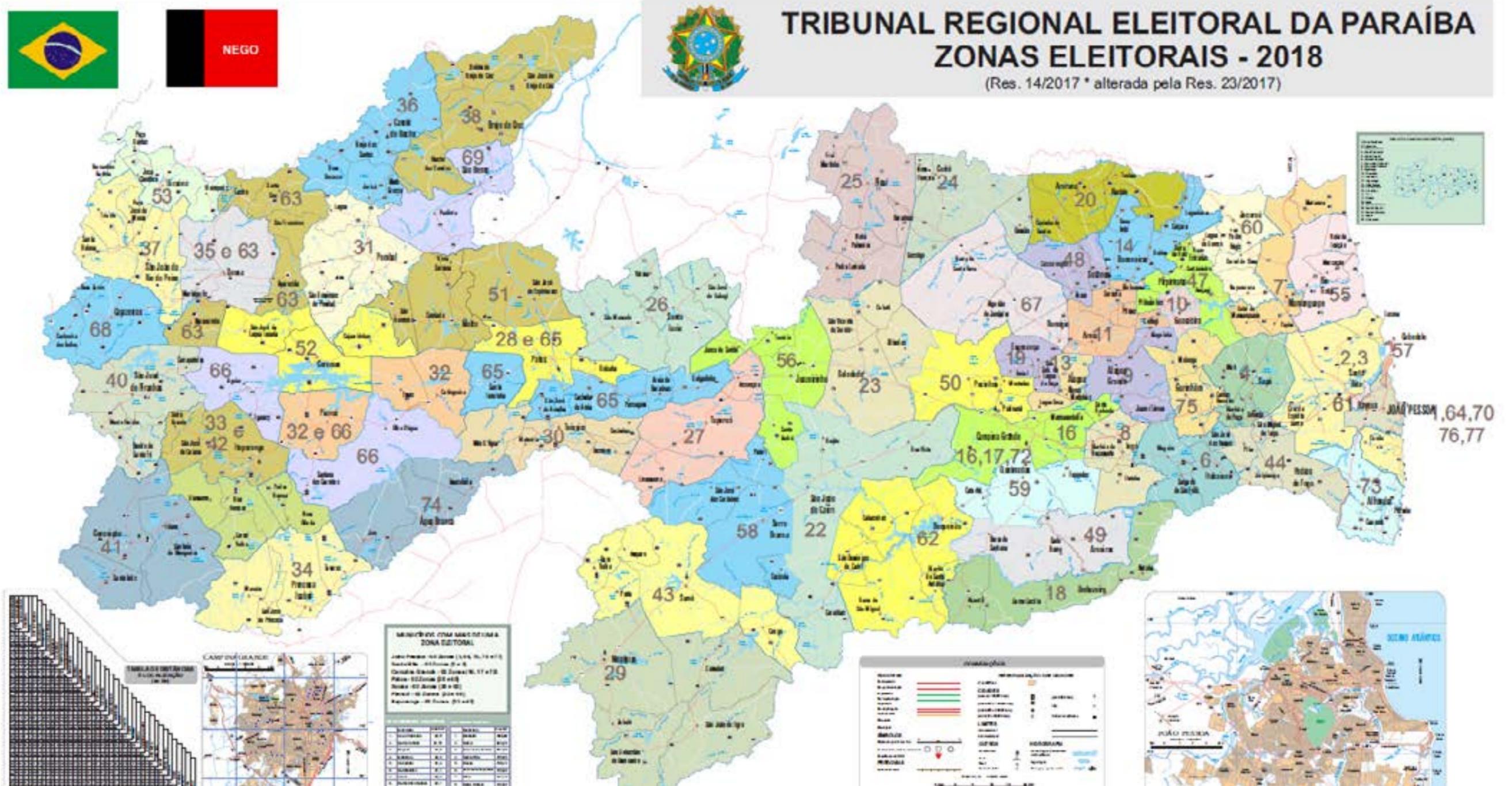
A estrutura organizacional da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi aprovada através da Resolução nº 08/2018 e estabelecida na forma a seguir:

Figura 3: Estrutura Organizacional



Além das unidades administrativas da Secretaria, o TRE compõe-se de 68 (sessenta e oito) Zonas Eleitorais, através das quais exerce a sua jurisdição em todo o Estado da Paraíba, conforme distribuição no mapa abaixo:

Figura 4: Mapa das Zonas Eleitorais



CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi instituída por meio da Portaria nº 1003/2015 – PTRE/ASPLAN, de 13/10/2015. Ela representa a visualização ordenada e integrada do funcionamento do conjunto dos principais processos de trabalho (Macroprocessos), reunidos por categoria, interdependentes, que são executados para satisfação das necessidades dos clientes dos produtos e serviços do Tribunal, agregando valor.

Os Macroprocessos que formam a Cadeia de Valor do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba apresentam a seguinte classificação: Estratégicos, Finalísticos e de Suporte.

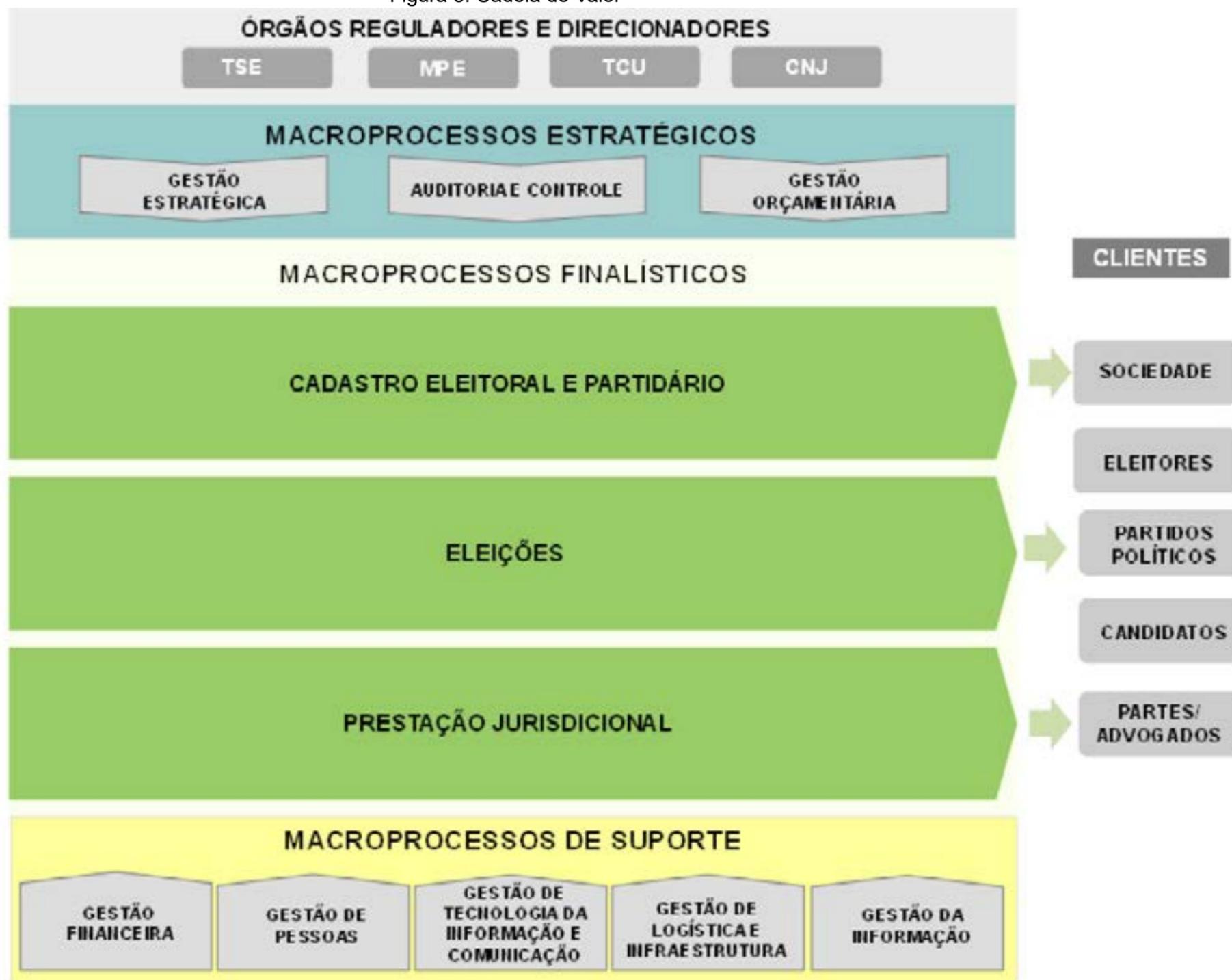
Os Macroprocessos Estratégicos compreendem os processos de trabalho ligados à estratégia, ao direcionamento e ao monitoramento da gestão da organização, necessários à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento e consecução de metas institucionais. São Macroprocessos Estratégicos: Gestão Estratégica, Auditoria e Controle e Gestão Orçamentária.

O conjunto de processos indispensáveis à gestão efetiva do Tribunal, que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos diversos subsistemas, garantindo o suporte operacional adequado aos processos finalísticos formam os Macroprocessos de Suporte. São eles: Gestão Financeira, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, Gestão de Logística e Infraestrutura e Gestão da Informação.

Os Macroprocessos Finalísticos compreendem os processos de trabalho que geram valor público através da entrega de produtos e serviços à sociedade. São Macroprocessos Finalísticos: Cadastro Eleitoral e Partidário, Eleições e Prestação Jurisdicional.

A Cadeia de Valor pode ser acessada através do link <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pb-portaria-1003-de-2015-anexo-1-cadeia-de-valor>.

Figura 5: Cadeia de Valor



AMBIENTE EXTERNO

Em 2018, uma das grandes dificuldades enfrentadas pela Justiça Eleitoral, em âmbito nacional, foram as disseminações das “fake news” (notícias falsas) criadas e espalhadas nas redes sociais, propositadamente veiculadas, a fim de influenciar o voto do eleitor, atentando contra a democracia.

Com a preocupação de orientar o eleitor sobre os perigos de compartilhar as notícias falsas envolvendo candidatos nas eleições, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, através da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-PB), realizou reuniões e debates com a participação de estudantes de direito, advogados, servidores, jornalistas e sociedade em geral, para discutir a temática e seu impacto na segurança do processo das Eleições 2018.

Além destas ações, foram firmadas parcerias com o TSE e demais Tribunais Eleitorais e intensificadas campanhas nacionais de divulgação e conscientização de eleitores, com a utilização de “posts”, matérias e artefatos gráficos publicitários.

O TSE formou uma comissão, com integrantes do TRE/PB instituída para atuar contra as “fake news”. A Paraíba produziu 03 vídeos, que foram utilizados para desmascarar defeitos apontados na hora da votação.

O desenvolvimento dessas ações, somado às diversas campanhas de cidadania com a comunidade paraibana, teve como resultado a redução das notícias falsas durante o pleito.

Outro tema bastante discutido nas Eleições de 2018 foi a possibilidade da implantação do voto impresso. Entretanto, as indefinições sobre a sua efetiva adoção e, posteriormente, a confirmação de sua inaplicabilidade, não impactaram de forma relevante o desenvolvimento das atividades de preparação das urnas para votação, uma vez que fluíram normalmente.

Todavia, as altas do dólar ocorridas no decorrer do exercício, em torno de 30%, impactou sobremaneira a aquisição de equipamentos de TIC, como notebooks e computadores desktop uma vez que a consequente alta dos preços obrigou à redução, de forma significativa, das quantidades planejadas por ocasião da elaboração do plano de contratação e proposta orçamentária.

Outro destaque merece ser dado à questão orçamentária. Desde a edição da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de

2016, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, os órgãos da Administração Pública Federal passaram a sentir, já a partir de 2017, os reflexos dessas novas medidas de restrição orçamentária.

Durante a execução orçamentária de 2018, não houve a imposição de contingenciamento ao orçamento do TRE/PB, entretanto a própria LOA daquele exercício já havia sido elaborada em obediência a critérios que limitaram sobremaneira o desempenho deste Regional em algumas áreas, porquanto a imposição de limites de gastos trouxeram enorme impacto sobre demandas reprimidas e que reclamavam alguma expansão orçamentária, o que não foi possível diante das novas regras.

Como resultado negativo, o TRE/PB não pôde, por exemplo, levar a efeito a recuperação de alguns imóveis da União sob sua responsabilidade, porquanto ainda na fase quantitativa de elaboração da proposta para o exercício 2018, o TSE, órgão que centraliza e controla a parcela do orçamento do Poder Judiciário destinada à Justiça Eleitoral, não permitiu a inserção de novas obras e reformas de imóveis.

Como consequência, teremos certamente por mais alguns anos, várias edificações sem condições de uso e, em função disso, além das já desocupadas gerando despesas com locação, outras provavelmente terão que passar pelo mesmo tratamento, pois as regras do novo regime se apresentam como medidas de longo prazo.

Portanto, mesmo não tendo ocorrido contingenciamento durante a execução do orçamento 2018, a própria proposta orçamentária do TRE/PB para o referido exercício já nasceu contingenciada, e isso impediu à Administração realizar melhorias no seu desempenho com relação a algumas atividades específicas, a exemplo da segurança institucional e infraestrutura imobiliária.

Além dos temas acima discutidos, apresentamos, a seguir, o resultado de uma análise realizada para identificação das principais ameaças e oportunidades sob as quais o Tribunal esteve contextualizado no ano de 2018:



Banner do evento “Fake News - Uso das redes sociais e impacto nas campanhas eleitorais”, realizado no dia 27 de fevereiro de 2018, na Sala de Sessões do TRE-PB



Quadro 1: Ameaças e Oportunidades

OE1 – GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando práticas sustentáveis, acessibilidade e uso de tecnologia limpa.

AMEAÇAS

- Baixo nível de consciência política da sociedade
- Partidos políticos desestruturados e desconhecedores de seus deveres e obrigações perante a Justiça Eleitoral
- Associação da imagem das instituições políticas e políticos à Justiça Eleitoral
- Uso das redes sociais para divulgar informações infundadas visando abalar a confiabilidade no processo eletrônico de votação
- Atuação lenta do poder público quanto à acessibilidade dos prédios que abrigam locais de votação.

OPORTUNIDADES

- Uso da Internet como ferramenta educacional (EAD) para eleitores, candidatos e partidos políticos.
- Debates de todos os segmentos da sociedade acerca da reforma política
- Desenvolvimento acelerado das tecnologias de dispositivos móveis.

OE2 – COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem dos reflexos eleitorais decorrentes do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito da Justiça Eleitoral da Paraíba.

AMEAÇAS

- Legislação permite infinidade de ações/recursos e, em alguns casos, favorece a impunidade
- Reduzida participação dos eleitores na luta contra a negociação de votos
- Risco da influência do poder econômico no processo eleitoral (corrupção eleitoral)
- Morosidade na conclusão dos inquéritos policiais
- Inexistência de estrutura adequada a garantir a averiguação eficiente de desvios ou ocorrências de caixa dois nos processos de prestação de contas
- Dificuldade de conclusão de processos que envolvam ações de perda de mandato eletivo e cassação de diploma, no prazo estabelecido por lei, em face da necessidade de se ultimar a instrução probatória, diante do excesso de diligências e interposição de recursos
- Magistrados e Promotores Eleitorais que acumulam as atribuições da Justiça Eleitoral com as da Justiça

OPORTUNIDADES

- Movimento em favor da ética na política/Combate à corrupção
- Estabelecimento de diretrizes nacionais pelo Conselho Nacional de Justiça no tocante à melhoria da prestação jurisdicional e administrativa dos Tribunais
- Perene debate sobre a reforma política em todo país
- Lei da Ficha Limpa
- Resolução TSE 23.546/2017, que regulamenta o disposto no Título III da Lei

OE3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DOS PROCESSOS INSTITUCIONAIS

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos processos institucionais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

AMEAÇAS

- Interesse de hackers pelos sistemas da Justiça Eleitoral
- Repercussão negativa do alto custo das eleições
- Questionamentos constantes acerca da segurança da urna eletrônica e processo eletrônico de votação, apuração e totalização dos votos
- Uso massivo da Internet para divulgação de fatos falsos acerca da

OPORTUNIDADES

- Possibilidade de participação das instituições e órgãos fiscalizadores em todas as etapas da eleição
- Uso das tecnologias de dispositivos móveis para maior envolvimento da sociedade na fiscalização do processo eleitoral
- Interesse dos profissionais dos meios de comunicação de massa na segurança da urna eletrônica e processo eletrônico de votação
- Maior participação da sociedade civil, por meio de cidadãos voluntários, no processo eleitoral paraibano (preparação de urnas, geração de mídias, apoio logístico e suporte ao sistema eletrônico de votação)
- Interesse do meio acadêmico e universidades públicas na realização



OE4 – CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

AMEAÇAS

- Aumento da demanda processual
- Quadro deficitário de servidores, em especial nas Zonas Eleitorais, Lei 10.842/2004
- Magistrados e Promotores Eleitorais que cumulam as atribuições da Justiça Eleitoral com as da Justiça Comum
- Surgimento frequente de novos partidos políticos
- Frequente alteração legislativa na matéria eleitoral
- Limitação ao provimento de cargos

OPORTUNIDADES

- Estabelecimento de metas nacionais e específicas anuais pelo

OE5 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS, COM ÊNFASE AO PRIMEIRO GRAU

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano da Justiça Eleitoral da Paraíba. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

AMEAÇAS

- Restrições orçamentária que comprometem o aperfeiçoamento do ambiente de trabalho nas Zonas Eleitorais
- Reflexos da reforma da previdência
- Desproporcionalidade entre o aumento das

OPORTUNIDADES

- Orientações e determinações do CNJ e TCU
- Novas ferramentas e tecnologias de gestão
- Disponibilidade do conhecimento
- Promoção de uma cultura de valorização do ser humano
- Incen-

OE6 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento

AMEAÇAS

- Mercado de fornecedores locais limitado
- Emenda Constitucional nº 95/2016 que estabeleceu teto de gastos para os órgãos públicos (ajuste fiscal)
- Desconhecimento da população acerca dos serviços realizados pela Justiça Eleitoral em ano não eleitoral.

OPORTUNIDADES

- Lei 13.444/2017 que instituiu a Identificação Civil Nacional (ICN)
- Inovações tecnológicas
- Orientações e determinações



OE7 - FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes à Justiça Eleitoral da Paraíba, produzidas de forma colaborativa. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho, de gestão de projetos, de soluções tecnológicas e de controles efetivos dos processos de segurança e de riscos.

AMEAÇAS

- Cobrança dos órgãos de controle desproporcional à capacidade de realização
- Transitoriedade dos juízes membros, enquanto dirigentes da Corte Eleitoral, em face do que dispõe a

OPORTUNIDADES

- Os frameworks e inovações disponíveis (COSO, COBIT, ITIL, ISO)
- Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário

OE8 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA.

Refere-se à utilização de mecanismos para aprimorar os processos de contratações e promover os recursos físicos necessários para uma melhor qualidade das condições de trabalho, por meio de uma infraestrutura apropriada às atividades

AMEAÇAS

- Mercado de fornecedores locais limitado
- Emenda Constitucional nº 95/2016 que estabeleceu teto de gastos para os órgãos públicos (ajuste fiscal)
- Desproporcionalidade entre o aumento

OPORTUNIDADES

- Compartilhamento de prédio com outros órgãos do Poder Judiciário
- Orientações e determinações do CNJ e TCU
- Compras



PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico Institucional (PEI) foi instituído através da Resolução TRE-PB nº 13/2015, com vigência para o período de 2016 a 2021. Está alinhado às diretrizes gerais, metas e iniciativas da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, com vistas à melhoria do seu desempenho institucional e à excelência da gestão do processo eleitoral.

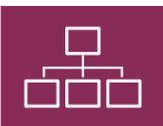
O Plano Institucional direciona o desenvolvimento de programas de qualidade, produtividade e modernização, além de avaliações periódicas dos serviços prestados, de modo a oferecer respostas cada vez mais adequadas às demandas apresentadas pela sociedade. Ainda, orienta a elaboração da proposta orçamentária, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, dos planos anuais de capacitação e desenvolvimento e do plano de contratações, harmonizando-os às iniciativas estratégicas e aos indicadores de desempenho do órgão.

O referencial estratégico do Tribunal é formado pela missão de “Garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”, a visão de futuro de “Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança” e os valores: “Celeridade, Comprometimento, Ética, Integração, Reconhecimento, Responsabilidade Socioambiental e Transparência”.

Construído com a utilização da metodologia do Balanced Scorecard (BSC), no Plano Estratégico Institucional estão definidos os 08(oito) objetivos estratégicos, 25 (vinte e cinco) indicadores de desempenho e 35 (trinta e cinco) iniciativas estratégicas para que o TRE/PB possa cumprir a sua missão e realizar a sua visão de futuro.

Com o intuito de acompanhar e avaliar os resultados do Plano Estratégico Institucional, o Tribunal promove, quadrimestralmente, Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), conforme previsto no art. 9º da Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no art. 6º da Resolução 13/2015 TRE/PB. Nelas, poderão ser apresentadas propostas de ajustes ao Planejamento Estratégico e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

Figura 6: Mapa Estratégico



Além do Plano Institucional, fazem parte da Estratégia do TRE/PB os seguintes planos:

Plano	Assunto	Norma de instituição
Plano de Logística Sustentável	Instrumento vinculado ao Plano Estratégico Institucional, objetivando assegurar um controle mais efetivo sobre as ações e um maior direcionamento de esforços na área socioambiental para o alcance dos objetivos pretendidos. É composto por dezoito indicadores, agrupados em onze temas.	Resolução nº 17/2017 TRE/PB (http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/gestao-socioambiental/gestao-socioambiental)
Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2016/2021	Contém o referencial estratégico da unidade, cuja missão é “Prover e manter soluções efetivas de TIC e procedimentos de eleição para o fortalecimento da democracia”, a visão “Ser referência na Justiça Eleitoral em soluções e serviços de TIC” e os valores “Comprometimento, Reconhecimento, Transparência e Inovação”, com oito objetivos, treze indicadores de desempenho e oito iniciativas, visando ao alcance dos objetivos e metas estratégicas institucionais.	Resolução TRE-PB nº 13/2016 (http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pb-plano-estrategico-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-2016-2021)
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2018/2019	Apresenta as ações de TIC a serem empreendidas no TRE-PB, compreendendo todos os projetos planejados para esse biênio. Tais ações contribuíram para a realização dos objetivos expressos no Planejamento Estratégico de TIC 2016-2021	Portaria nº 268/2018 TRE-PB/PTRE/ASPRES (http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pb-ptdic-2018-2019-v3)
Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação	Contém a relação das contratações de bens e/ou serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação previstas e com orçamento aprovado	Portaria nº 1143/2018 TRE-PB/PTRE/ASPRES (http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pb-plano-de-contratacoes-de-solucoes-de-tic-2019)
Diretores e Setoriais	Contém objetivos, indicadores e iniciativas que direcionam a atuação das unidades para o alcance das metas estratégicas. Os planos diretores realizam a intermediação entre o nível estratégico e o operacional, a partir da identificação das atividades necessárias à realização dos objetivos estratégicos. Tem por finalidade especificar de que modo a unidade, seus processos e projetos ajudarão no alcance da estratégia do Tribunal. Já os planos setoriais correspondem ao desdobramento dos planos diretores em nível operacional, com a identificação das tarefas, prazos e responsáveis por sua execução.	Portaria nº 654/2017 – PTRE/TRE-PB

Quadro 2: Principais Planos do TRE/PB



SISTEMA DE GOVERNANÇA

O Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral da Paraíba está normatizado na Resolução nº 10/2017 – TRE/PB. Compreende o conjunto de práticas gerenciais, em especial, planos institucionais, voltadas para a obtenção de resultados, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de metas, iniciativas e ações que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Justiça Eleitoral da Paraíba. Oportuniza maior alinhamento entre as políticas institucionais, o planejamento e a sistemática de aferição dos resultados.

Visa proporcionar a melhoria do atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas. Foi elaborado com base nos princípios de governança pública, disseminados pelo Tribunal de Contas da União: legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e accountability. Estabelece mecanismos que favorecem a transparência, a efetividade e o alinhamento permanente das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional.

A estrutura de Governança do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é composta por instâncias internas e instâncias de apoio. As instâncias internas de governança são responsáveis por definir e avaliar a estratégia e as políticas da Justiça Eleitoral da Paraíba, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. As instâncias internas de apoio à governança são responsáveis por implementar, revisar e reportar o progresso de ações, garantir a eficiência administrativa e a conformidade com as regulamentações.

As instâncias externas são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes.

Em relação às instâncias externas de apoio à governança, ressalta-se que são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.

A composição e as atribuições de cada instância de governança poderá ser acessada no link <http://apps.tre-pb.jus.br/normas-portal/doc?tipo=norma&cod=992&nom=TRE-PB-resolucao-10-2017.pdf>

Ao lado, podemos visualizar a sua representação gráfica:

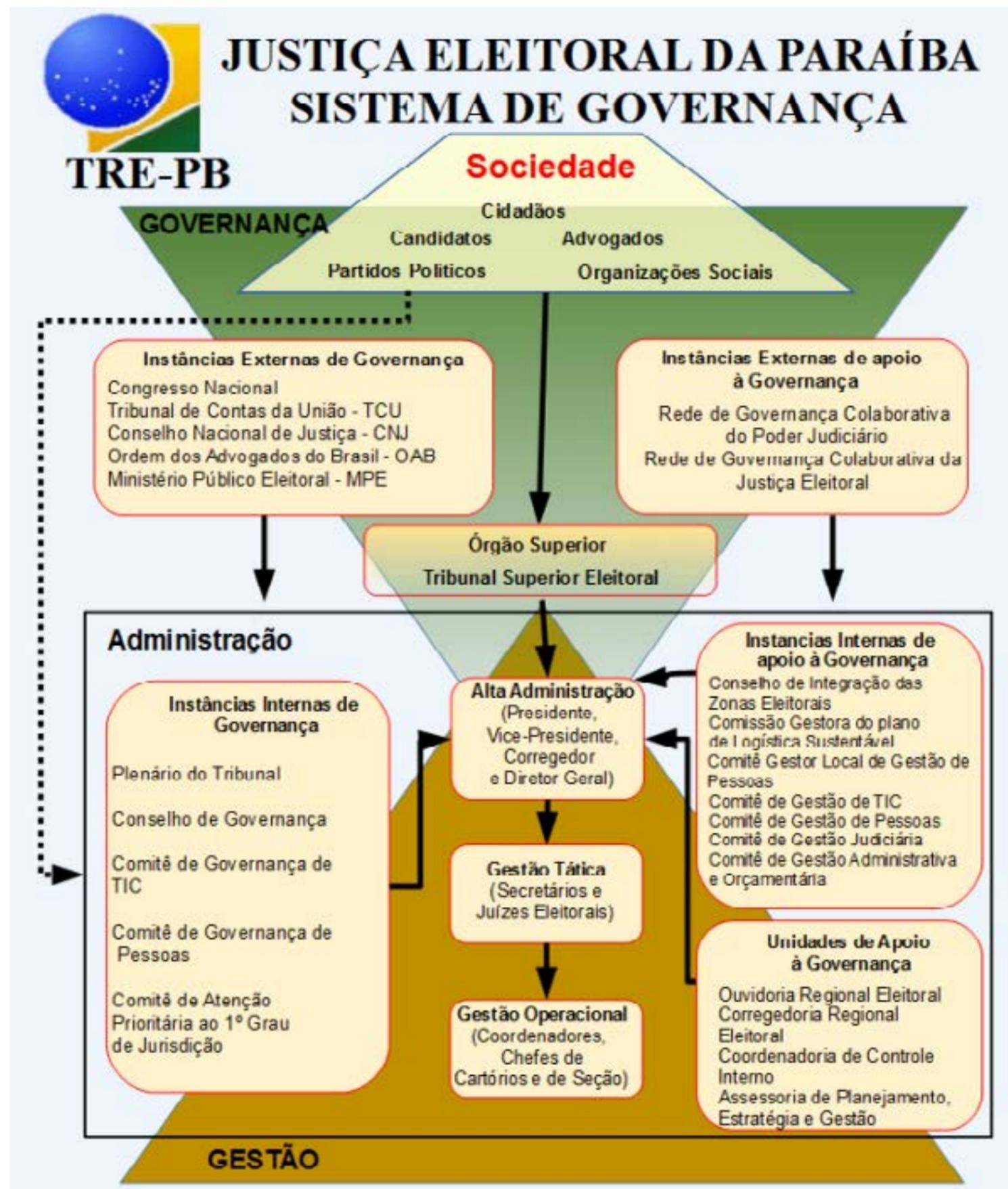


Figura 7: Sistema de Governança



A seguir, apresenta-se o relatório individual com os resultados da autoavaliação do TRE/PB no Levantamento de Governança e Gestão Públicas promovido pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão n. 2.699/2018 - TCU – Plenário):

Resumo da autoavaliação da organização

Indicador	Valor
iGG (índice integrado de governança e gestão pública)	44%
iGovPub (índice de governança pública)	52%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	35%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	24%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	44%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	38%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	73%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	60%

Quadro 3: Resumo da autoavaliação do TRE/PB -
levantamento de Governança e Gestão Pública

Fonte: Relatório individual da autoavaliação do TRE-PB no Levantamento de Governança e Gestão Públicas promovido pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão n. 2.699/2018 - TCU - Plenário)



ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Resolução TRE/PB nº 26/2018 disciplina o Estatuto da unidade de auditoria interna do TRE/PB, chamada de Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUDI). Essa unidade, vinculada administrativamente ao Presidente do Tribunal e funcionalmente ao Plenário, é responsável por realizar uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

Os relatórios de auditoria são encaminhados para deliberação da Presidência e as recomendações são monitoradas. Os resultados, na forma de relatórios, estão disponíveis no menu Transparência: <http://www.tre-pb.jus.br/transparencia/auditoria/relatorios-de-inspecoes-auditorias-e-prestacoes-de-contas>.

Quadro 4: Evolução do indicador estratégico n.7, índice de cumprimento das recomendações expedidas nos relatórios de auditoria, nos últimos três semestres:

Apuração 2º Semestre 2017	Apuração 1º Semestre 2018	Apuração 2º Semestre 2018
45,05%	54,26%	69,32%

Meta: 55% Meta: 60% Meta: 60%

Atuação da unidade de auditoria interna ao exercício:

Quadro 5: Auditorias

	Governança e Gestão de Tecnologia da Informação	Gestão da Força de Trabalho	Projetos Aquisições, Registro de Candidaturas e Prestação de Contas
Número de Achados	32	8	48
Número de Recomendações	32	9	45

Número de recomendações implementadas no exercício

80

Número de recomendações não implementadas no exercício

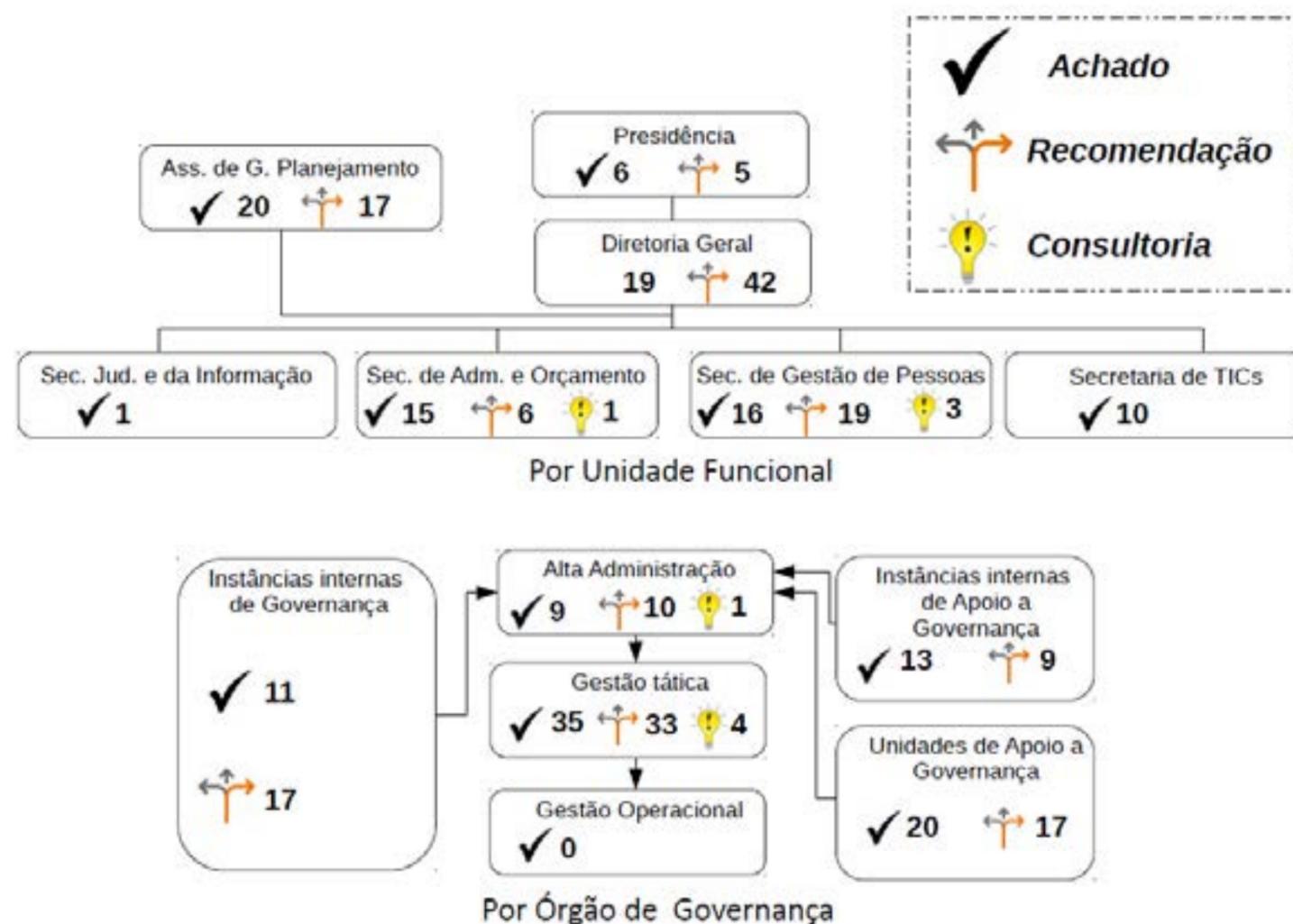
82

Fonte: relatórios de monitoramento das auditorias.

Quadro 6: Consultorias

CONSULTORIAS	Estudo da Instrução Normativa TCU n. 78, de 21/03/2018
	Estudo de trechos da Decisão que originou o Acórdão TCU nº 1.293/2018 - Plenário
	Revisão do conteúdo do treinamento em EAD sobre "Gestão de riscos" elaborado em 2017
	Elaboração do conteúdo do treinamento em EAD sobre "Suprimento de fundos"
	Envio de, pelo menos, 31 e-mails com Decisões do TCU e/ou informações importantes para conhecimento de gestores do Tribunal

Figura 8: Achados, Recomendações e Consultoria



Um dos desafios para a COAUDI consiste em aperfeiçoar o programa de avaliação da qualidade e melhoria dos trabalhos de auditoria. É preciso estabelecer uma sistemática prática de identificação e catalogação de benefícios efetivos (resultados) das auditorias internas realizadas, visando continuar a atingir o indicador estratégico número 7, já que a demonstração de benefícios efetivos facilitará o atingimento desse objetivo estratégico: Combate à corrupção e à improbidade administrativa.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Por se tratar de um ano eleitoral, em que o foco principal é a eleição e em razão das atividades que decorreram do rezoneamento, as quais demandaram a necessidade da presença dos servidores para dar suporte jurídico/administrativo a todos os cartórios envolvidos nesse mister, a Corregedoria realizou correição à distância em quase todas as Zonas Eleitorais. Entretanto, em 08 (oito) Zonas Eleitorais as Correições foram realizadas com a presença do Corregedor Regional Eleitoral nas próprias sedes dos Cartórios Eleitorais, vistoriando todos os feitos, livros, instalações eleitorais e atividades dos servidores e juízes, no curso das quais expedia os necessários provimentos para adequação e melhoria dos serviços eleitorais do local correicionado.

De um total de 68 (sessenta e oito) zonas eleitorais, foi atingido o percentual de 11,76% (onze vírgula setenta e seis por cento) de correições no local e, em sua maioria, foram expedidos provimentos que demandaram uma reanálise acerca do seu efetivo cumprimento pelos cartórios eleitorais envolvidos. Na oportunidade, foram realizadas avaliações que poderiam impactar na regularidade dos trabalhos dos servidores das Zonas Eleitorais, infraestrutura física e das rotinas relativas ao atendimento ao eleitor, principalmente nas atividades concernentes à preparação das eleições (perfil dos mesários, acessibilidade dos locais de votação, frequência do encerramento e envio dos lotes dos requerimentos de alistamento eleitoral (RAE) para processamento, análise acerca do efetivo comando do ASE 540, que se refere ao registro de inelegibilidade no histórico do eleitor, incidindo diretamente em sua possibilidade de ser candidato – capacidade eleitoral passiva).

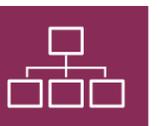
Foram realizadas Correições Ordinárias nas seguintes Zonas Eleitorais/localidades: 23ª (Soledade), 30ª (Teixeira), 32ª (Piancó), 34ª (Princesa Isabel), 35ª (Sousa), 50ª (Pocinhos), 63ª (Sousa) e 66ª (Piancó).

Já no que concerne à apuração de ilícitos administrativos, foram processados 4 feitos disciplinares, sendo 1 (uma) Sindicância e 3 (três) Processos Administrativos Disciplinares – PADs.

A sindicância tratou da seguinte conduta: requisição oficiosa de uma servidora por parte de um chefe de cartório. Entretanto, ao final, chegou-se à conclusão da não existência de infração disciplinar e do seu conseqüente arquivamento. Os 3 (três) Processos Administrativos Disciplinares tiveram como objeto: 1) Prática de advocacia privada em concomitância com cargo de provimento efetivo nesta Justiça Especializada, o que resultou na aplicação da penalidade de suspensão pelo prazo de 60 (sessenta) dias; 2) Irregularidades e impropriedades na tramitação de procedimentos e processos manejados por servidor de Cartório Eleitoral, o que resultou na aplicação da penalidade de demissão e 3) Inobservância do dever de urbanidade por parte de servidor dentro do local de trabalho para com outro servidor, estando, ainda, tramitando.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Com o objetivo de dar efetividade à apuração da responsabilidade do servidor por danos ao Erário, a Corregedoria baixou o Provimento nº 02/2017, no qual criou o TCA – Termo Circunstanciado Administrativo, cujo foco é a apuração de extravio ou dano a bem público que implique prejuízo de pequeno valor.



Relacionamento com a Sociedade

Canais de comunicação

IMPRENSA

No ano de 2018, foram publicadas 404 matérias na página do TRE/PB na internet, www.tre-pb.jus.br, sendo 63 só no mês de outubro. O nosso site (<http://www.tre-pb.jus.br/>) teve, em 2018, 2.217.864 visualizações.

Foram contabilizadas 388 matérias da imprensa que se referiram à Justiça Eleitoral da Paraíba, sendo 101 em jornal impresso e 287 em portais na internet.

REDES SOCIAIS

As redes sociais digitais do Tribunal - Twitter, Facebook, Instagram e YouTube - têm juntas 3.864 pessoas, entre seguidores e inscritos.

 406

 1393

 470

 1595

Ao longo do ano, foram realizadas 910 postagens em todas as nossas redes sociais digitais:

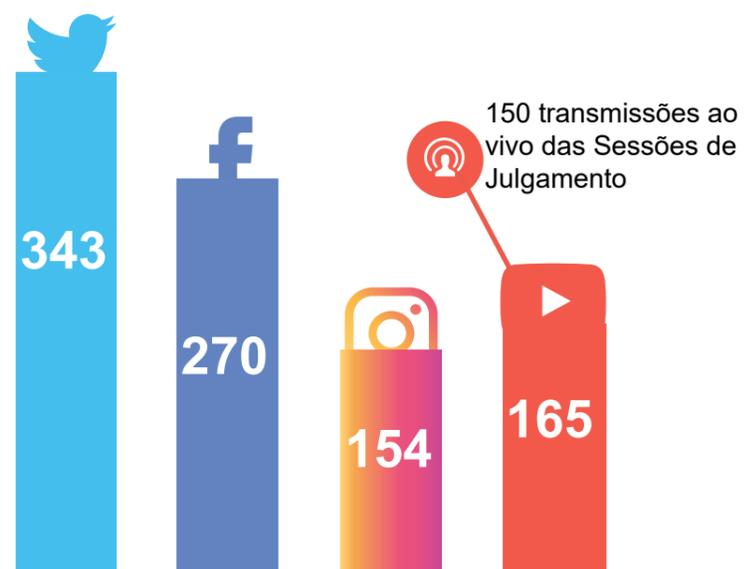


Gráfico 1: Postagens nas Redes Sociais

Nossas redes sociais digitais:

TREPBOFICIAL



OUVIDORIA ELEITORAL

A Ouvidoria Eleitoral foi criada pela Resolução TRE/PB n.º 08/2010 e regulamentada pela Resolução TRE/PB n.º 13/2011. A esta unidade, o cidadão pode demandar suas denúncias, reclamações, sugestões e opiniões através dos seguintes canais:

- link <http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/ouvidoria-eleitoral/formulario-de-contato-com-a-ouvidoria>;
- e-mail (ouvidoria@tre-pb.jus.br)
- telefones (83) 3512.1381, 3512.1450 e 3512.14.51.
- pessoalmente na Ouvidoria Eleitoral ou pelos correios (Av. Princesa Isabel, 201, Tambiá, João pessoa PB).

No link “transparência” do Tribunal <http://www.tre-pb.jus.br/transparencia/ouvidoria-informacoes-ao-cidadao/ouvidoria-informacoes-ao-cidadao>, detalhamos à sociedade o resultado do desempenho da Ouvidoria. Configurado nos gráficos de atendimento ao lado:



Gráfico 2: Tipos de Solicitações

Situação dos chamados - De 01/01/2018 a 31/12/2018

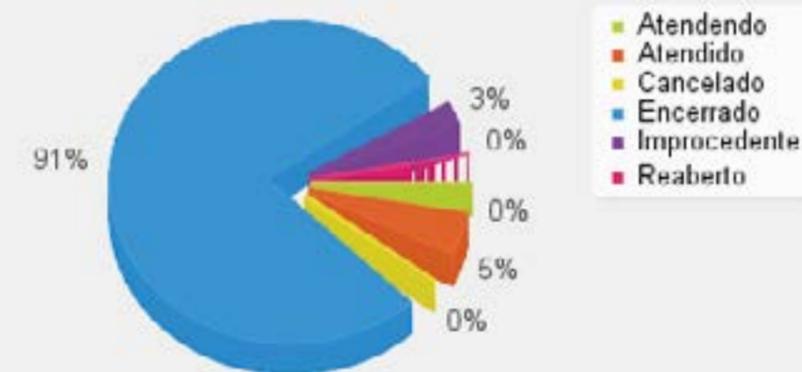


Gráfico 3: Situação dos Chamados

QUANTITATIVO POR SITUAÇÃO DE ATENDIMENTO

SITUAÇÃO	Nº DE CHAMADOS
Atendidos	16
Cancelados	1
Em atendimento	1
Encerrados	274
Improcedentes	9
Reabertos	1
TOTAL	302

Quadro 7: Quantitativos por situação de atendimento na Ouvidoria Eleitoral

Carta de serviços ao cidadão

A carta de serviços ao cidadão traz em seu conteúdo informações referentes às atividades desenvolvidas para o cidadão, antecipando-se e respondendo às suas possíveis dúvidas quanto aos serviços prestados no âmbito desta Justiça Especializada e à forma de acesso a eles. Acesse através do seguinte link <http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/carta-de-servicos/carta-de-servicos>



Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A pesquisa de satisfação de usuário é operacionalizada pela Ouvidoria Eleitoral. Nela, o usuário emite opinião acerca do atendimento recebido em qualquer unidade do TRE-PB, a qual, trimestralmente, encaminha os dados à Ouvidoria para consolidação e envio ao Conselho Nacional de Justiça, através da Assessoria de Planejamento. No link “transparência” do Tribunal <http://www.tre-pb.jus.br/transparencia/ouvidoria-informacoes-ao-cidadao/ouvidoria-informacoes-ao-cidadao>, detalhamos à sociedade o resultado da pesquisa de satisfação:

Gráfico 4: Pesquisa de Satisfação 1º Quadrimestre 2018

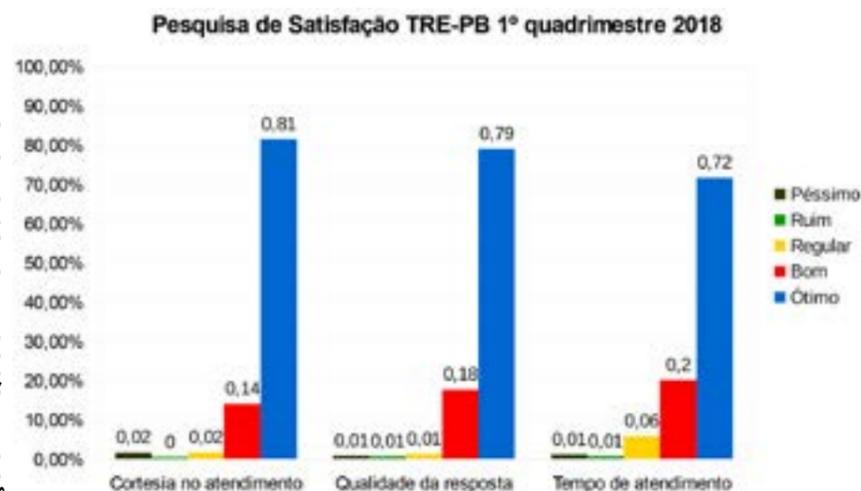


Gráfico 5: Pesquisa de Satisfação 2º Quadrimestre 2018

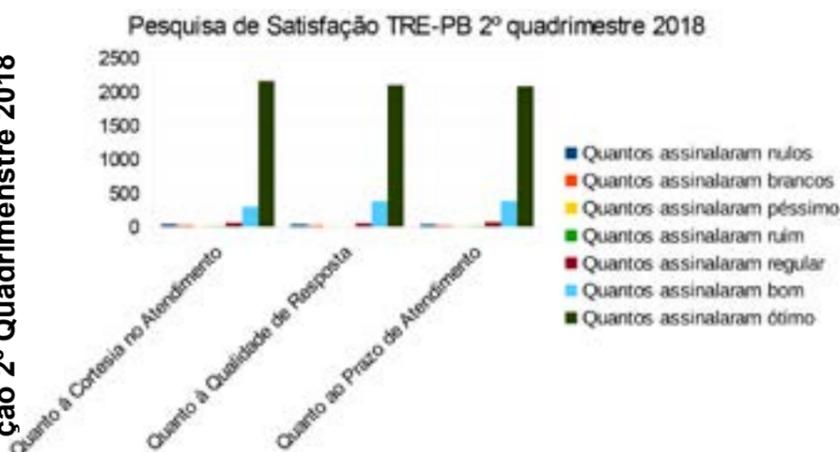


Gráfico 6: Pesquisa de Satisfação 3º Quadrimestre 2018



Transparência

As informações referentes às gestões orçamentária, administrativa, financeira, quadro de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias, acesso à informação, Ouvidoria, Relatórios do CNJ, dentre outras, estão disponíveis para consulta na página <http://www.tre-pb.jus.br>, menu “Transparência”.

Ética

O TRE-PB dispõe do Código de Ética (Resolução nº21/2014) com princípios e normas de conduta ética aplicáveis aos seus servidores. Também foi instituída a Comissão de Ética, com atribuições consultiva e investigativa. A referida Comissão tem sido vigilante aos princípios éticos e valores fundamentais estabelecidos no Código de Ética, observando a integridade e a lisura das ações administrativas e dos processos decisórios internos, permanecendo, ainda, disponível para a apuração das violações das normas éticas dispostas.

Acessibilidade

A Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade da Justiça Eleitoral da Paraíba foi criada pela Portaria nº 450/2014 – PTRE/SGP/COPES/SERF e alterada pelas Portarias nº 1001/2015 – PTRE/DG/SGP/COPES/SERF nº 379/2017 TRE-PB/PTRE/ASPRE, seguindo as instruções das Resoluções nº 23.381/2012 – TSE e nº 230/2016 – CNJ. Apresentamos, abaixo, as principais informações relacionadas à acessibilidade no exercício 2018:

- 657 servidores ativos (efetivos, requisitados e comissionados), sendo 23 servidores com deficiência, representando 3,5% do quadro efetivo;
- 55 vagas de estagiários preenchidas, sendo 02 (3,6%) para estudantes com deficiência;
- 61 prédios utilizados, sendo 31 com acessibilidade, alcançando o total de 51% das edificações;
- 140 vagas de estacionamento, dentre as quais 15 (10,7%) para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- 648 (6,2%) seções do Estado apresentaram critérios de acessibilidade, contemplando um total de 135.429 eleitores, apesar de apenas 19.763 (0,6%) estarem cadastrados como eleitores com

deficiência ou mobilidade reduzida no Sistema Nacional de Eleitores (ELO). Foram disponibilizados 2 mil fones de ouvido entre as 68 zonas eleitorais durante as eleições 2018 do TRE-PB; e,

- websites compatíveis com a maioria dos softwares livres e gratuitos de leitura de tela das pessoas com deficiência visual (“tecnologia assistiva”).

Cultura e memória

O Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba foi instalado no dia 15 de novembro de 2001, no edifício sede do TRE-PB, com a aprovação da Resolução nº 06/2001-TRE/PB, objetivando contribuir para a formação da consciência política e do fortalecimento da democracia.:

A Seção de Biblioteca e Memória Institucional – SEBMI é a unidade gestora da Biblioteca e do Memorial, destacando-se, dentre suas atribuições:

- zelar pela preservação e organização do acervo do Memorial, junto com a Comissão Gestora do Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba;
- promover exposições itinerantes dos bens que compõem o Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba;
- executar as atividades relacionadas à divulgação, no Memorial Virtual na internet e na intranet, dos documentos históricos da Justiça Eleitoral à disposição do público interno e externo, promovendo a integração entre a instituição, órgãos públicos e sociedade em geral.

O levantamento de material com valor histórico constitui objetivo permanente do Memorial e, dentre outras ações, é realizado através de intercâmbio com outros Tribunais Regionais Eleitorais, Universidades, Arquivos Públicos, Partidos Políticos, com o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e a Academia Paraibana de Letras, ou com outras entidades afins, na qualidade de divulgadores e/ou colaboradores.



Gestão de Riscos e Controles Internos

Em 2017 foram aprovados a Política de Gestão de Riscos da Justiça Eleitoral da Paraíba (Resolução TRE/PB nº 11/2017) e o Manual de Gestão de Riscos.

De acordo com o referido modelo, a gestão de riscos é conduzida de forma descentralizada pelos responsáveis pelas unidades administrativas, em seus respectivos âmbitos e escopos de atuação e durante a execução de processos de trabalho, projetos e ações desenvolvidos nos níveis estratégicos, táticos ou operacionais.

O manual de gestão de riscos definiu quatro categorias de riscos: estratégicos, operacionais, de comunicação e de conformidade. Link para o manual: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/manual-de-gestao-de-riscos-do-tre-pb>.

Assim, nas unidades organizacionais ou de forma integrada na elaboração de programa e projetos, como o Programa das Eleições que trata do planejamento das Eleições, são identificados, avaliados e tratados, os riscos que podem comprometer a eficiência dos

processos e a eficaz entrega de valor ao cidadão, constringendo o alcance dos objetivos estratégicos. Após a devida identificação dos riscos, estes são analisados em termos de probabilidade versus impacto, conforme a matriz de “apetite a riscos” abaixo:

Tabela 1: Matriz “Apetite a Riscos”

Nível de risco		PROBABILIDADE				
		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5 Muito Alta
IMPACTO	5 Muito Alto				Absolutamente Inaceitável	
	4 Alto					
	3 Médio			Inaceitável		
	2 Baixo					
	5 Muito Baixo	Aceitável				



Depois de avaliados, com base no apetite a risco do Tribunal, é verificada a existência de controles implementados que possam mitigá-los, bem como a sua eficácia. Obtém-se o risco residual, impulsionando o planejamento de ações preventivas ou de mitigação. Em seguida, é feito o monitoramento, análise crítica e comunicação.

Além disso, o Tribunal passou a adotar o modelo de gerenciamento de riscos das “Três Linhas de Defesa”, que consiste na atuação coordenada de três camadas do órgão.

VEJA O MODELO ABAIXO :

Figura 9: Modelo de Gerenciamento de Riscos das “Três Linhas de Defesa”



PRIMEIRA LINHA DE DEFESA

É responsável por:

- a. instituir, implementar e manter controles internos eficientes;
- b. implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles internos; e
- c. identificar, mensurar, avaliar e mitigar riscos.

SEGUNDA LINHA DE DEFESA

É responsável por:

- a. intervir, caso necessário, diretamente na primeira linha de defesa de modo a modificar e desenvolver os controles internos estabelecidos e os sistemas de riscos; e
- b. estabelecer diversas funções, como fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos, facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos e a conformidade para ajudar a desenvolver e/ou monitorar controles da primeira linha de defesa.

TERCEIRA LINHA DE DEFESA

É responsável por:

avaliar a eficácia da governança do gerenciamento de riscos e dos controles, incluindo a forma com a primeira e segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle.



Com o modelo apresentado anteriormente, fortalece-se o sistema de controle interno da organização, pois cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto no sistema, de acordo com a estrutura organizacional.

No exercício 2018, os riscos mais significativos foram identificados e tratados no âmbito dos projetos estratégicos, em especial os de eleição. Os planos de riscos eram constantemente monitorados e comunicados ao Conselho de Governança, subsidiando as decisões, as medidas preventivas e proativas necessárias.

Os principais riscos relacionados à estratégia organizacional e as medidas de mitigação correlatas são demonstrados na tabela abaixo:

ÁREA	TIPO	DESCRIÇÃO DO RISCO	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Eleições	Comunicação	Disseminação de notícias falsas sobre a segurança da urna eletrônica e do processo eleitoral	Desestabilização do processo eleitoral. Desconfiança dos eleitores nas Instituições democráticas. Impacta na imagem da Justiça Eleitoral junto à Sociedade. Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral OE7 – Fortalecimento da governança	Campanha institucional de esclarecimentos sobre notícias falsas, promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral; Audiência pública sobre a segurança da urna; Atuação institucional da Presidência junto à Secretaria de Segurança Pública e polícias Civil, Militar e Federal.
Eleições	Operacional	Restrições/Cortes orçamentários	Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral OE5 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas OE6 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	Projeto “Convocação de colaboradores voluntários para apoio logístico das Eleições 2018”, que substituiu a contratação de técnicos de urna pelo trabalho voluntário; Gerenciamento e acompanhamento da execução do serviço extraordinário; Auditorias simultâneas, realizadas pela unidade de controle interno, dos processos de contratações de bens e serviços voltados para as eleições.
Pessoas	Operacional	Carência de pessoal, em razão do quadro reduzido de servidores, frente às novas demandas	Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania OE5 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Projeto “Convocação de colaboradores voluntários para apoio logístico das Eleições 2018”, que substituiu a contratação de técnicos de urna pelo trabalho voluntário e muito contribuiu para o trabalho das Zonas Eleitorais; Reestruturação das unidades da Secretaria do Tribunal.
Pessoas	Operacional	Integridade dos sistemas corporativos, em especial do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH)	Objetivos estratégicos impactados: OE5 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas OE8 – Aperfeiçoamento da gestão de logística e infraestrutura	As falhas detectadas são reportadas de imediato aos setores competentes da área de tecnologia da informação deste Tribunal e do TSE.
T.I	Operacional	Ineficiência do sistema de controle patrimonial disponibilizado pelo TSE	Objetivos estratégicos impactados: OE8 – Aperfeiçoamento da gestão de logística e infraestrutura	As falhas detectadas são reportadas de imediato ao TSE, responsável pela contratação do sistema de controle patrimonial.
T.I	Operacional	Alteração no modelo de contratação de mão de obra de TI realizada hoje pelo TSE	Objetivos estratégicos impactados: OE6 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária OE7 – Aperfeiçoamento da governança	-

Tabela 2: Principais riscos estratégicos

Ressalta-se, ainda, a atuação da Coordenadoria de Auditoria Interna que, em cada auditoria realizada, tem-se pautado pelo fomento da criação de uma cultura de identificação/análise de RISCOS e melhoria/estabelecimento de CONTROLES na administração do Tribunal.



The background is a solid teal color with several large, overlapping, light blue abstract shapes that resemble stylized letters or geometric forms. The text is centered on the left side of the page.

RESULTADOS DA GESTÃO

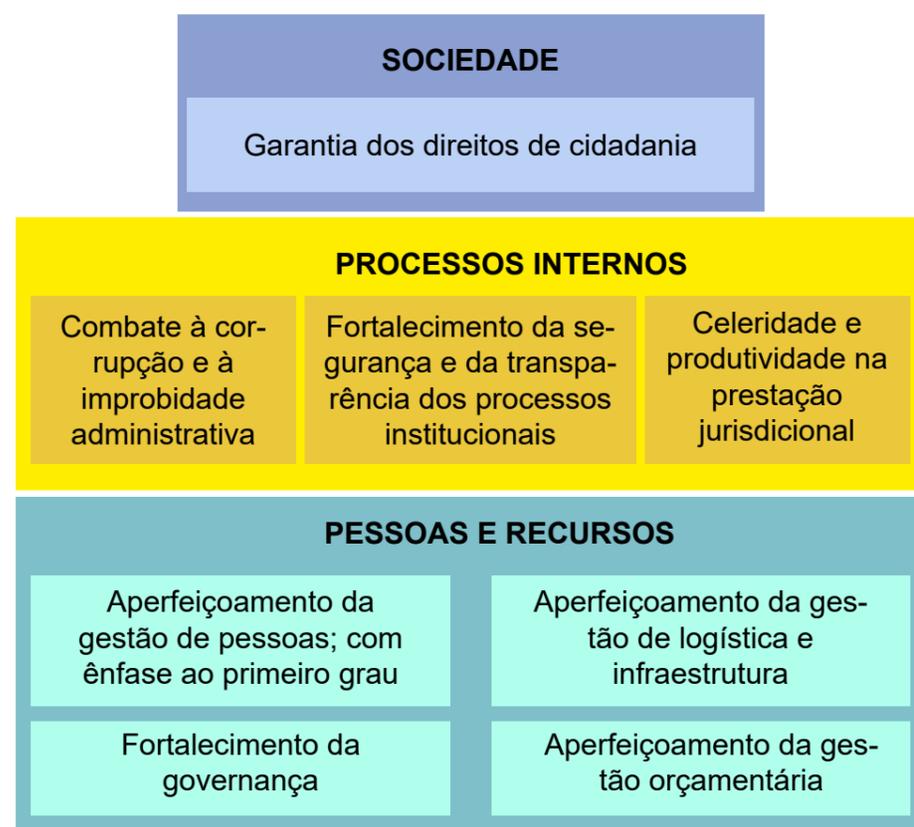
Objetivos Estratégicos Finalísticos

O Plano Estratégico Institucional da Justiça Eleitoral da Paraíba (Resolução TRE/PB nº 13/2015) define objetivos, indicadores de desempenho, metas e estratégias com vistas à melhoria do desempenho institucional e à excelência da gestão do processo eleitoral.

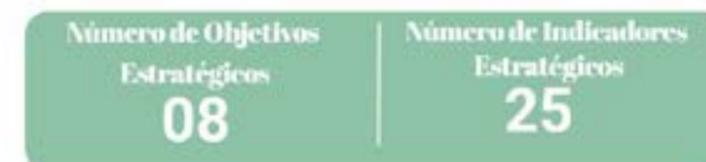
A persecução do cumprimento dos objetivos estratégicos se dá através do estabelecimento de indicadores de desempenho e suas respectivas metas. Para o alcance das metas, as unidades elaboraram iniciativas estratégicas, que consistem em conjuntos de projetos e planos de ação destinados a ajudar a organização a alcançar os resultados almejados. O Portfólio das iniciativas está disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/planejamento-estrategico>.

Com o intuito de acompanhar e avaliar os resultados do Plano Estratégico Institucional, o Tribunal promove Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), conforme previsto no art. 9º da Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no art. 6º da Resolução 13/2015 TRE/PB. As atas e apresentações podem ser acessadas no portal do TRE/PB, através do link: <http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/planejamento-estrategico>.

Os objetivos estratégicos estão distribuídos em três perspectivas: Sociedade, Processos Internos, Pessoas e Recursos. São eles:



Os resultados alcançados estão descritos no infográfico a seguir, com informações sobre o percentual de cumprimento dos objetivos estratégicos:



Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores



Gráfico 7: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Geral



Ressalta-se que no exercício 2018, por se tratar de um ano eleitoral, a prioridade voltou-se para os objetivos finalísticos “Garantia dos direitos de cidadania”, “Combate à corrupção e à improbidade administrativa”, “Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais” e “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”, cujos resultados foram de 91%, 55%, 95% e 99%, respectivamente, conforme detalhamento, com indicadores e metas relacionadas, apresentado nos gráficos a seguir:



Perspectiva Sociedade

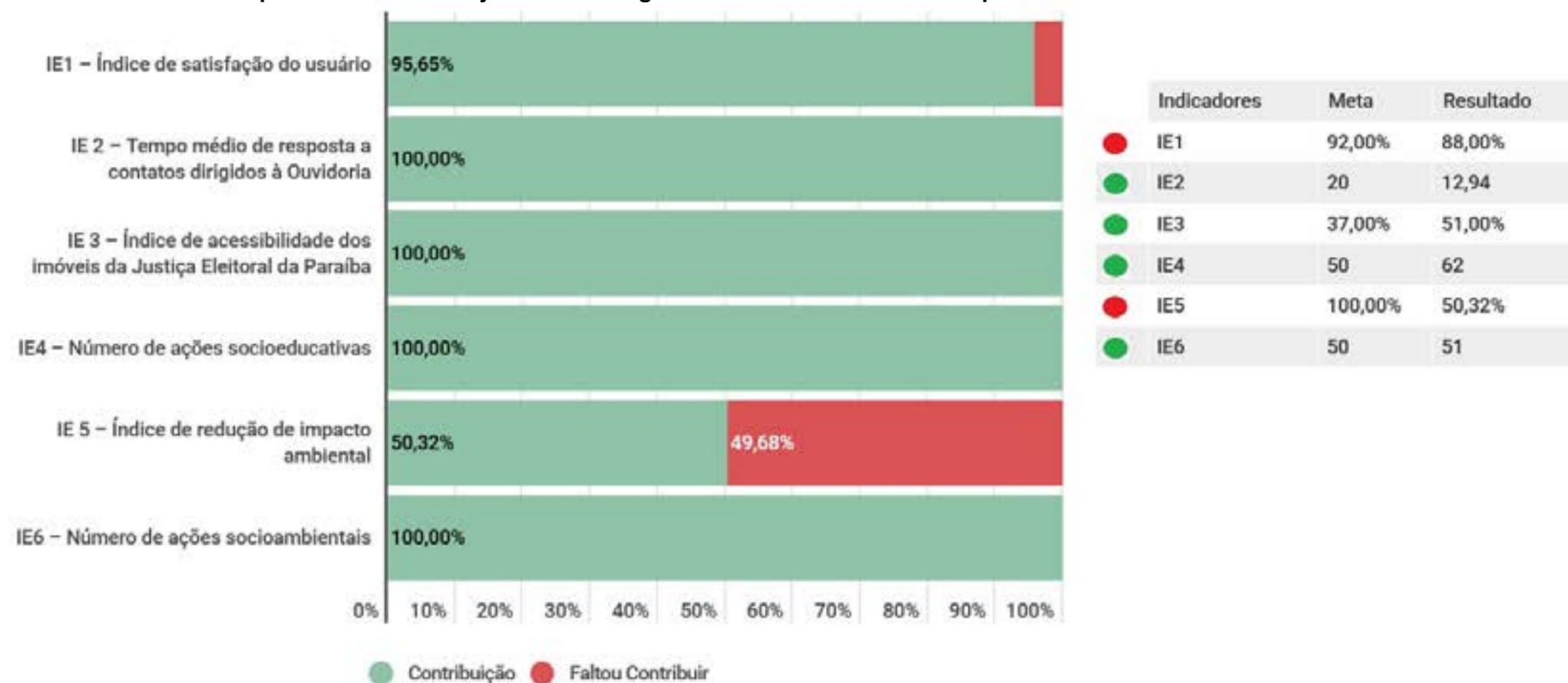
OE1 – Garantia dos Direitos de Cidadania



Contribuição para o Alcance dos Objetivos

Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores

Gráfico 8: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Perspectiva Sociedade



Contribuíram de forma efetiva para o Objetivo Estratégico 1 – Garantia dos Direitos de Cidadania, as ações voltadas para a sociedade, desenvolvidas pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE/PB, por meio de Projetos de Cidadania, envolvendo 8.355(oito mil, trezentos e cinquenta e cinco) estudantes do ensino médio de 62 (sessenta e duas) escolas públicas e particulares de todo estado, impactando diretamente no aumento do alistamento eleitoral e diminuição da abstenção, na faixa etária trabalhada. O êxito desse trabalho deveu-se, em parte, à estratégia adotada que envolveu a encenação da peça teatral “Eu e a Corrupção”, através da qual servidores da Justiça Eleitoral, abriram um canal lúdico e interativo de discussão sobre a importância da participação política consciente dos jovens nas Eleições Gerais 2018.

Dentre os programas, projetos e ações voltados para a promoção da cidadania, destacam-se:

Figura 10: Programas, Projetos e Ações voltados para a Promoção da Cidadania



62 escolas visitadas



8.355 alunos conscientizados



6 instituições diversas visitadas



845 pessoas conscientizadas





TRE-PB

Perspectiva Processos

Internos

OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa



● Resultado ● a Cumprir

OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos



● Resultado ● a Cumprir

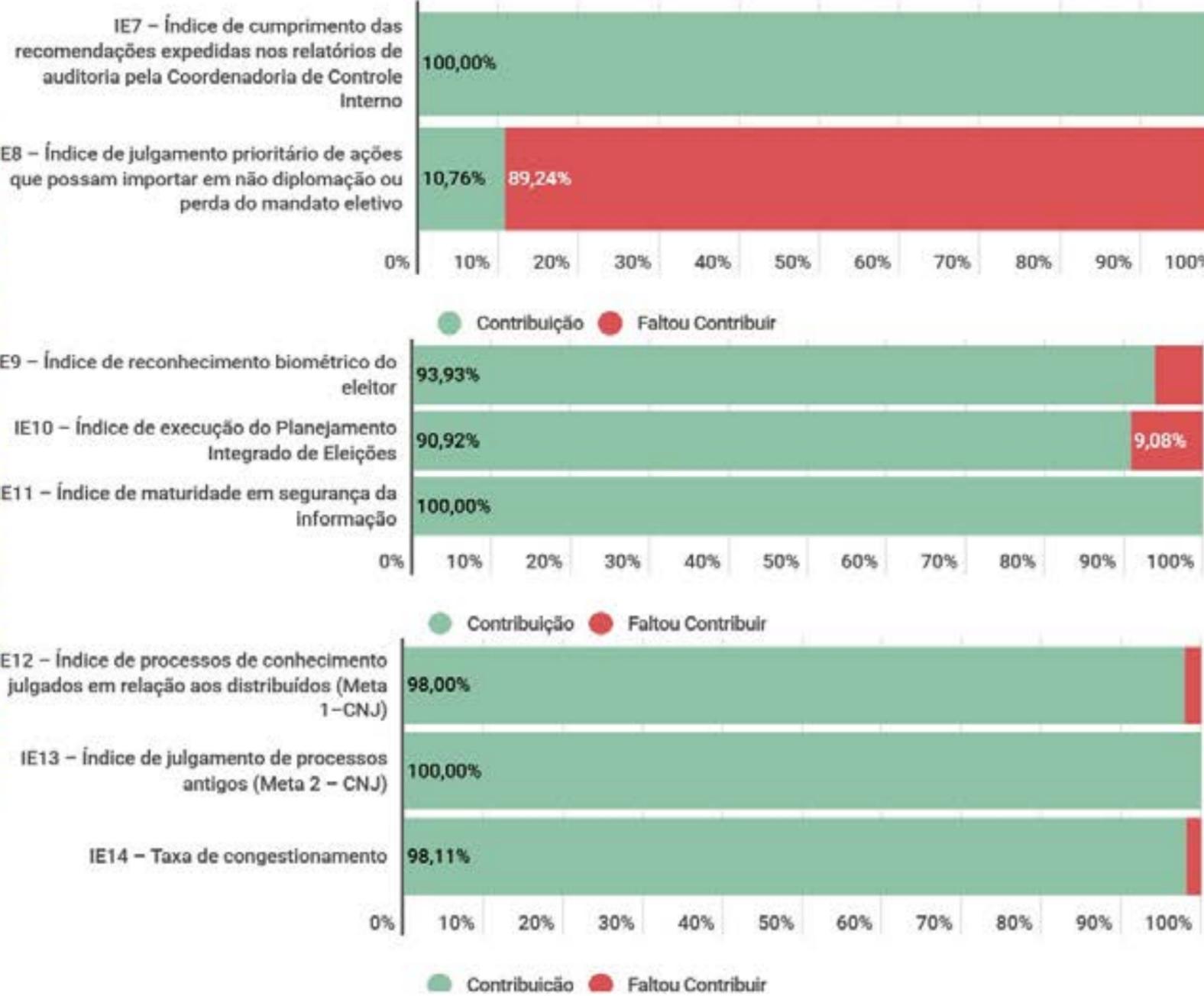
OE4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional



● Resultado ● a Cumprir

Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores

Contribuição para o Alcance dos Objetivos



Indicadores	Meta	Resultado
● IE7	60,00%	61,79%
● IE8	75,00%	10,76%

Indicadores	Meta	Resultado
● IE9	95,50%	89,70%
● IE10	90,00%	81,83%
● IE11	40,00%	40,00%

Indicadores	Meta	Resultado
● IE12	100,00%	98,00%
● IE13	90,00%	106,00%
● IE14	90,00%	88,30%

Gráfico 9: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Perspectiva Processos Internos



Registra-se que os objetivos estratégicos finalísticos estão alinhados às metas nacionais fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assumidas como passos importantes à oferta de uma prestação jurisdicional mais efetiva, célere e de qualidade para a sociedade, direcionando ações que refletiram nos resultados dos indicadores estratégicos relacionados.

MESTAS CNJ	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO	METAS	RESULTADO
META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos.	OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	IE12 – Índice de processos de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos.	100%	98% (com julgamento de 5.827 processos, em relação aos 5.941 distribuídos no exercício).
META 2 – Julgar processos mais antigos	OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	IE13 - Índice de julgamento de processos antigos	Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016.	106% (O TRE/PB possuía um passivo de 11.576 processos e julgou 11.097 até o final de 2018).
META ESPECÍFICA 1 – Identificar e julgar processos prioritários	OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa.	IE8 - Índice de julgamento prioritário de ações que possam importar em não diplomação ou perda do mandato eletivo.	75% de julgamento das ações por instância.	10,76%
META ESPECÍFICA 2 - Ações para educação eleitoral	OE1 - Garantia dos direitos de cidadania.	IE4 - Número de ações socioeducativas.	75%	100%

Quadro 8: Metas CNJ

O desempenho do TRE/PB na Meta Específica 1 - CNJ, embora muito abaixo do estabelecido, justifica-se pela própria natureza dos tipos processuais contemplados, uma vez que as instruções probatórias caracterizam-se pelo elevado número de requisições de diligências e perícias, as quais, não raro, necessitam ser realizadas por outras entidades, demandando muito tempo e impossibilitando a prolação da decisão de 1º grau dentro do prazo estabelecido na meta, que é de seis meses.

Por outro lado, ações relacionadas ao aprimoramento do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, manual de práticas cartorárias, ampliação do PJE (Processo Judicial Eletrônico) - alcançando novas classes processuais no 2º grau, mecanismos de monitoramento do congestionamento dos processos judiciais, adoção de uma ferramenta de extração de relatórios estatísticos processuais (PorTCRE), capacitação de servidores e revisão dos manuais e fluxogramas das atividades, refletiram de forma positiva na celeridade e produtividade dos processos judiciais.

Para o próximo exercício, está prevista a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) no 1º grau (Zonas Eleitorais) e, por se tratar de um ano não eleitoral, os esforços serão direcionados aos objetivos estratégicos de gestão, apresentados no item “Conformidade e Eficiência da Gestão”, sem prejuízo dos objetivos finalísticos.



Gráfico 10: Justiça Eleitoral em Números - Despesas Totais

166.887.392,64

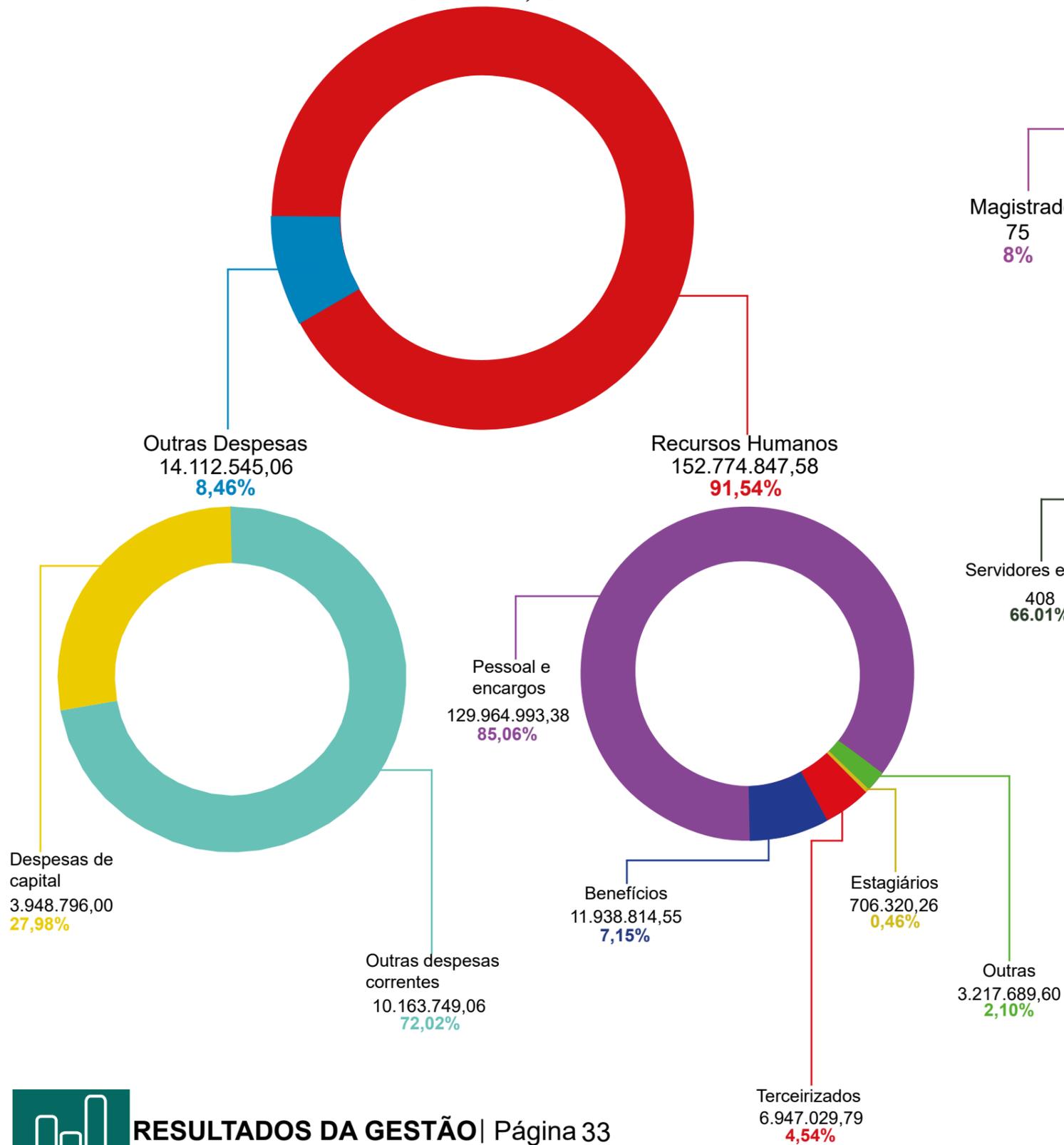


Gráfico 11: Justiça Eleitoral em Números - Força de Trabalho

Total: 948

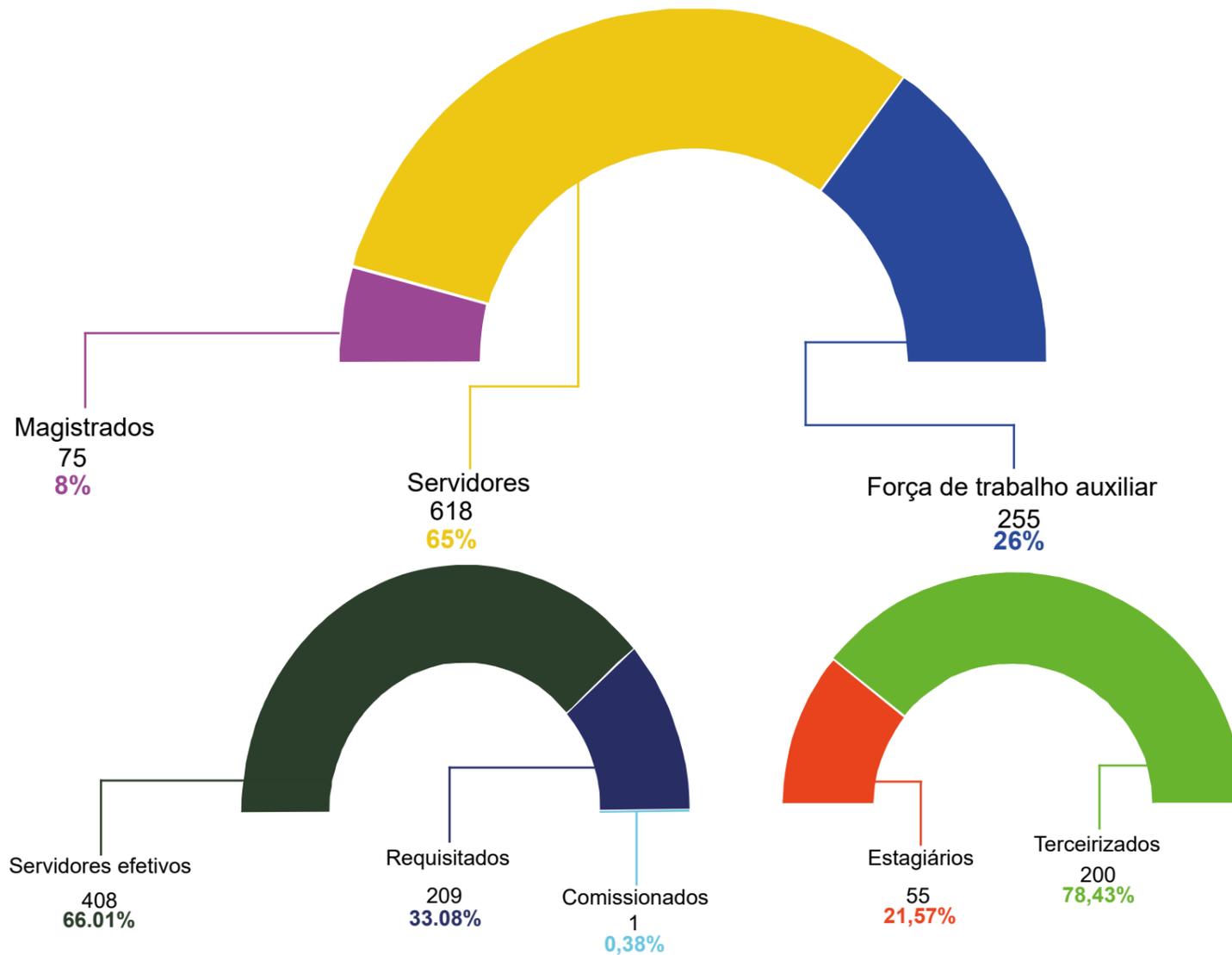
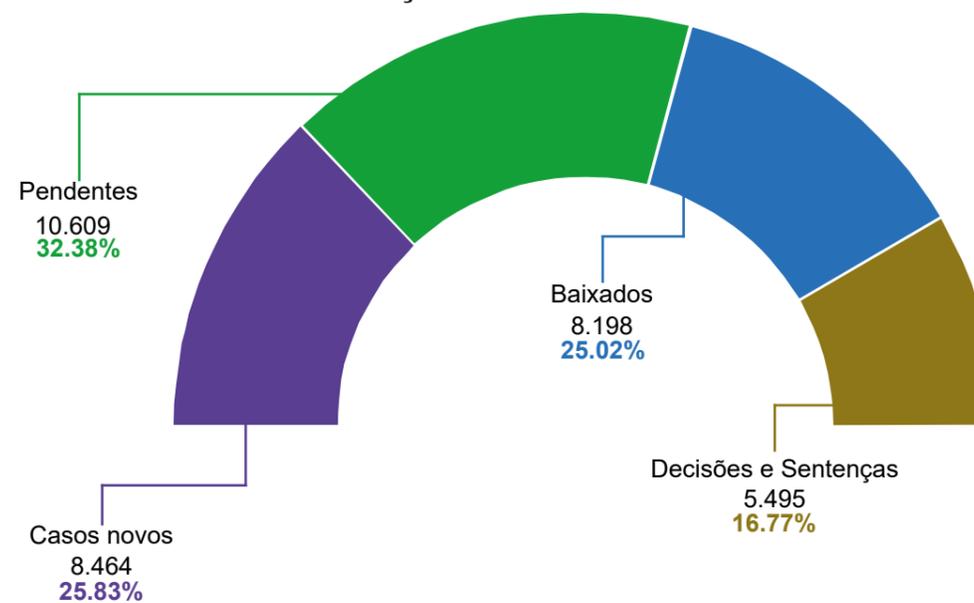


Gráfico 12: Justiça Eleitoral em Números - Gestão Judiciária

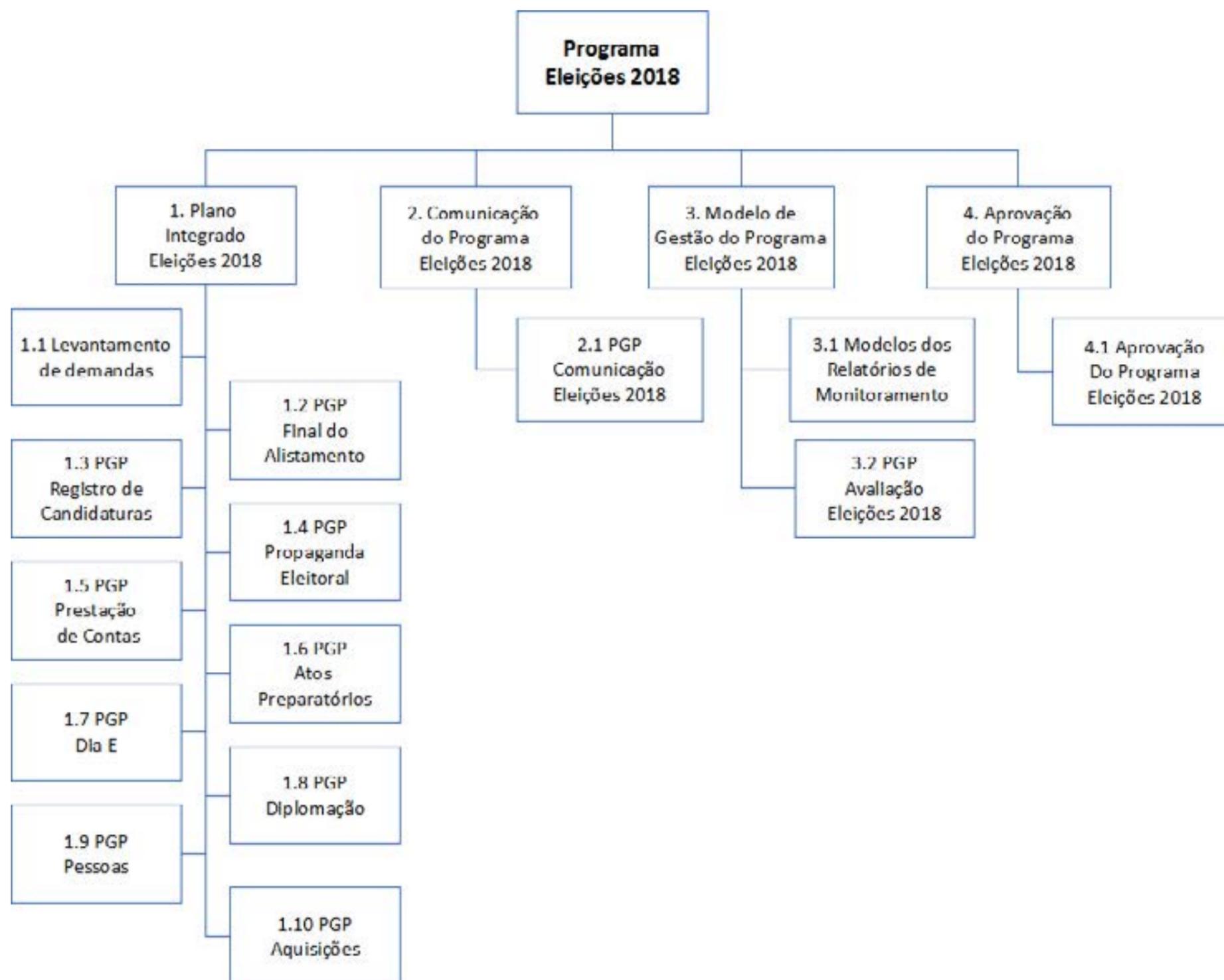


No ano de 2018 ocorreram eleições para os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Senadores (dois), Governador (e Vice) e Presidente da República (e Vice).

Para a realização da sua Missão Institucional: “Garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”, a Justiça Eleitoral da Paraíba elaborou o Programa Eleições, reunindo os projetos, o formato de comunicação e o modelo de gestão, resultado de um planejamento integrado, onde foram identificadas as atividades necessárias para a preparação e a execução do pleito.

No total, foram 19 (dezenove) projetos e 8(oito) planos de ação. A seguir, apresenta-se a visão macro da estrutura analítica do Programa Eleições:

Figura 11: Programa Eleições 2018



Destaque para o Projeto “Convocação de colaboradores voluntários para apoio logístico 2018”, relacionado ao PGP Dia E, que nas Eleições 2018, substituiu a terceirização das atividades de suporte à votação pela convocação de cidadãos, importando em redução significativa dos custos, além de promover um maior envolvimento da população nas atividades de preparação e suporte à votação, conferindo maior transparência ao processo. Para fins de comparação, em 2016 foram gastos R\$ 1.237.768,00 nas atividades de suporte para apenas um turno das eleições; em 2018, foram gastos R\$ 609.117,00, em dois turnos das eleições, ou seja, uma redução de aproximadamente 50%, mesmo considerando o dobro de turnos entre os pleitos 2016 e 2018.

O Programa Eleições 2018 propôs-se a alcançar os seguintes benefícios:

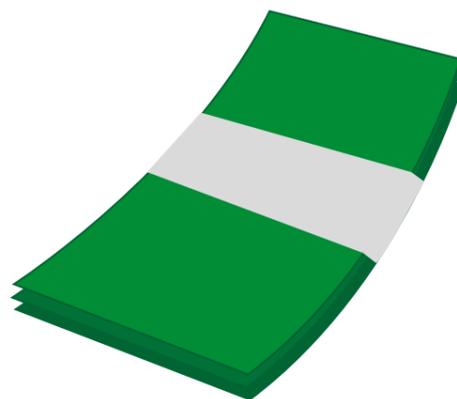
- Prover a Administração do TRE-PB de uma visão clara do processo eleitoral;
- Promover melhor comunicação entre a alta administração e as unidades em relação ao quê, como e quando cada atividade de preparação e execução das Eleições 2018 seria desempenhada;
- Atribuir mais clareza nas responsabilidades e resultados a serem gerados pelas unidades do Tribunal;
- Fornecer aos gestores instrumentos para acompanhamento das atividades de preparação e execução das Eleições 2018;
- Atribuir mais transparência ao processo de planejamento das Eleições 2018.

ELEIÇÕES EM NÚMEROS

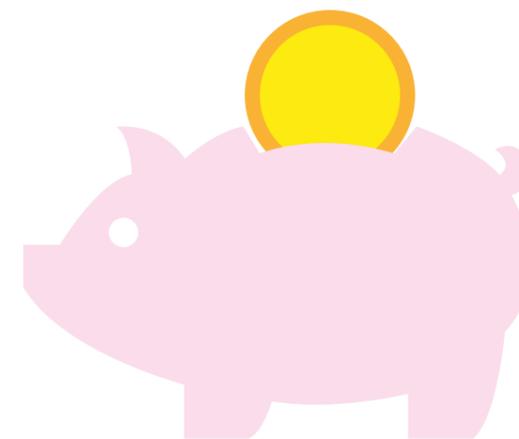
Os relatórios estatísticos relativos às candidaturas, ao eleitorado e aos resultados e prestação de contas podem ser consultados no endereço: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>.

Na Paraíba, a eleição para governador foi concluída no 1º turno, sendo eleitos 02 senadores, 12 Deputados Federais e 36 Deputados Estaduais.

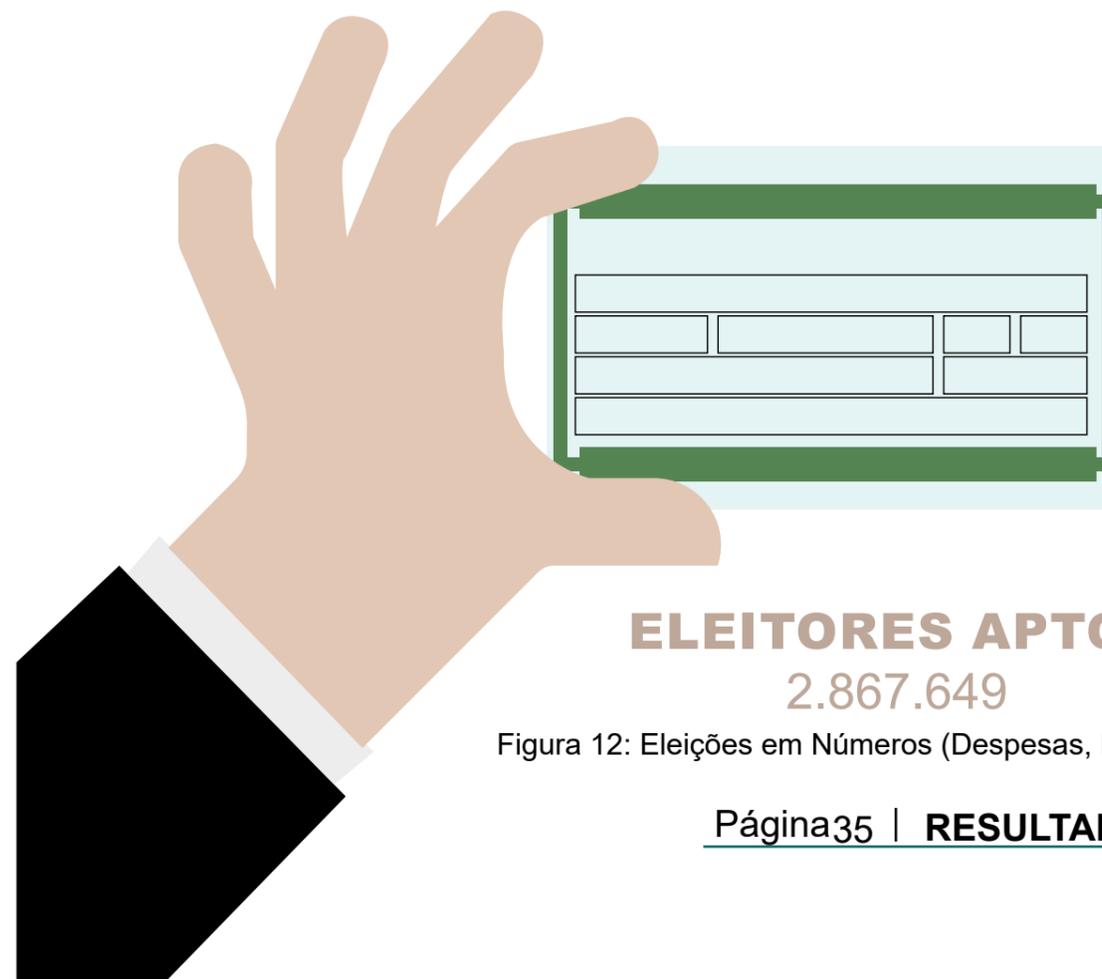
As informações sobre despesas, pessoas e logística das eleições estão representadas a seguir:



DESPESAS
R\$ 15.806.083,00*



ECONOMIZOU-SE
R\$ 1.308.972,00



ELEITORES APTOS
2.867.649

Figura 12: Eleições em Números (Despesas, Eleitores Aptos)

*Foi disponibilizado o orçamento de R\$ 17.115.055,00 para a ação “Pleitos Eleitorais”, executado R\$ 15.806.083,00 e economizado R\$ 1.308.972,00.





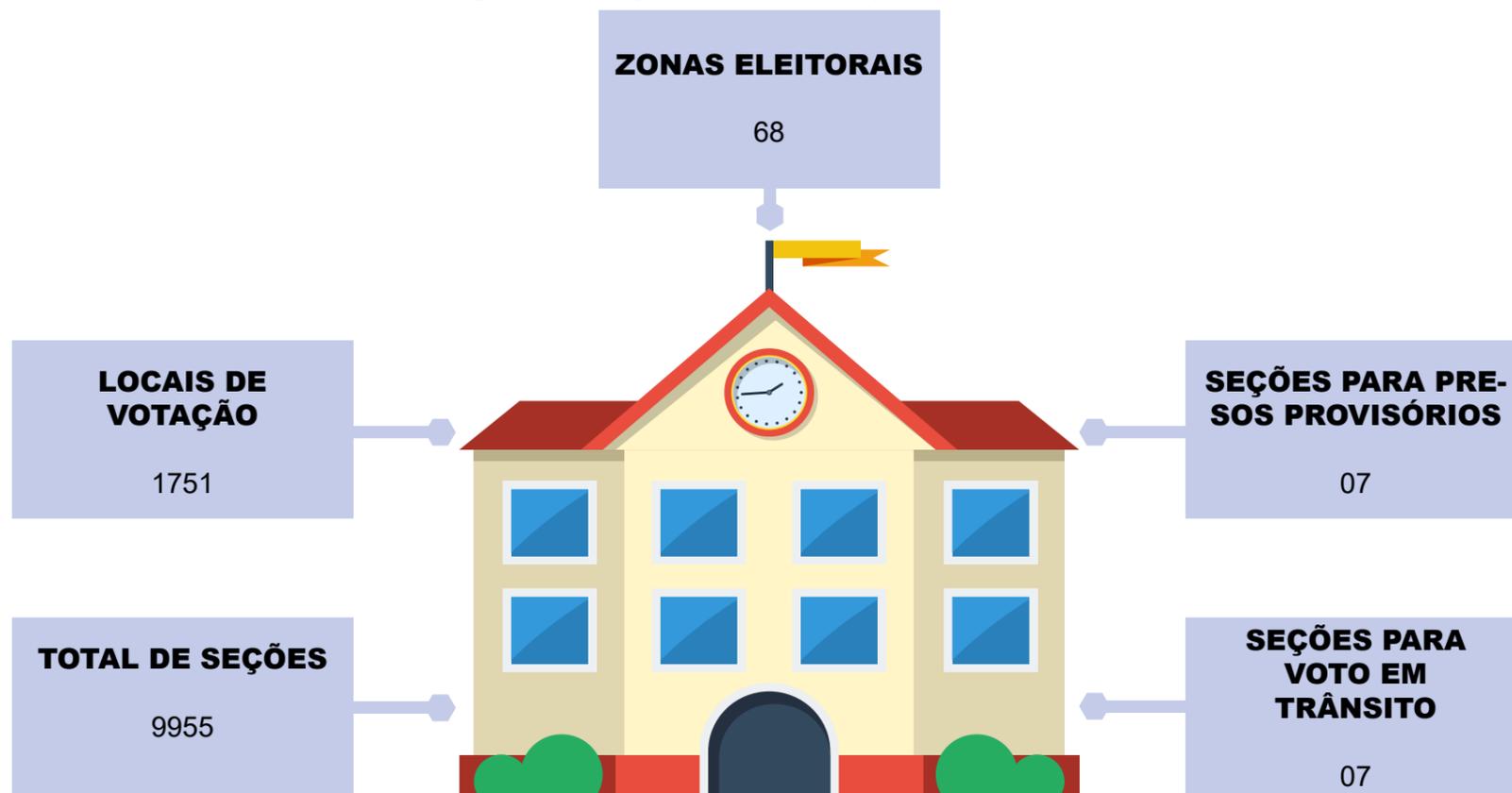
PESSOAS ENVOLVIDAS

42.766

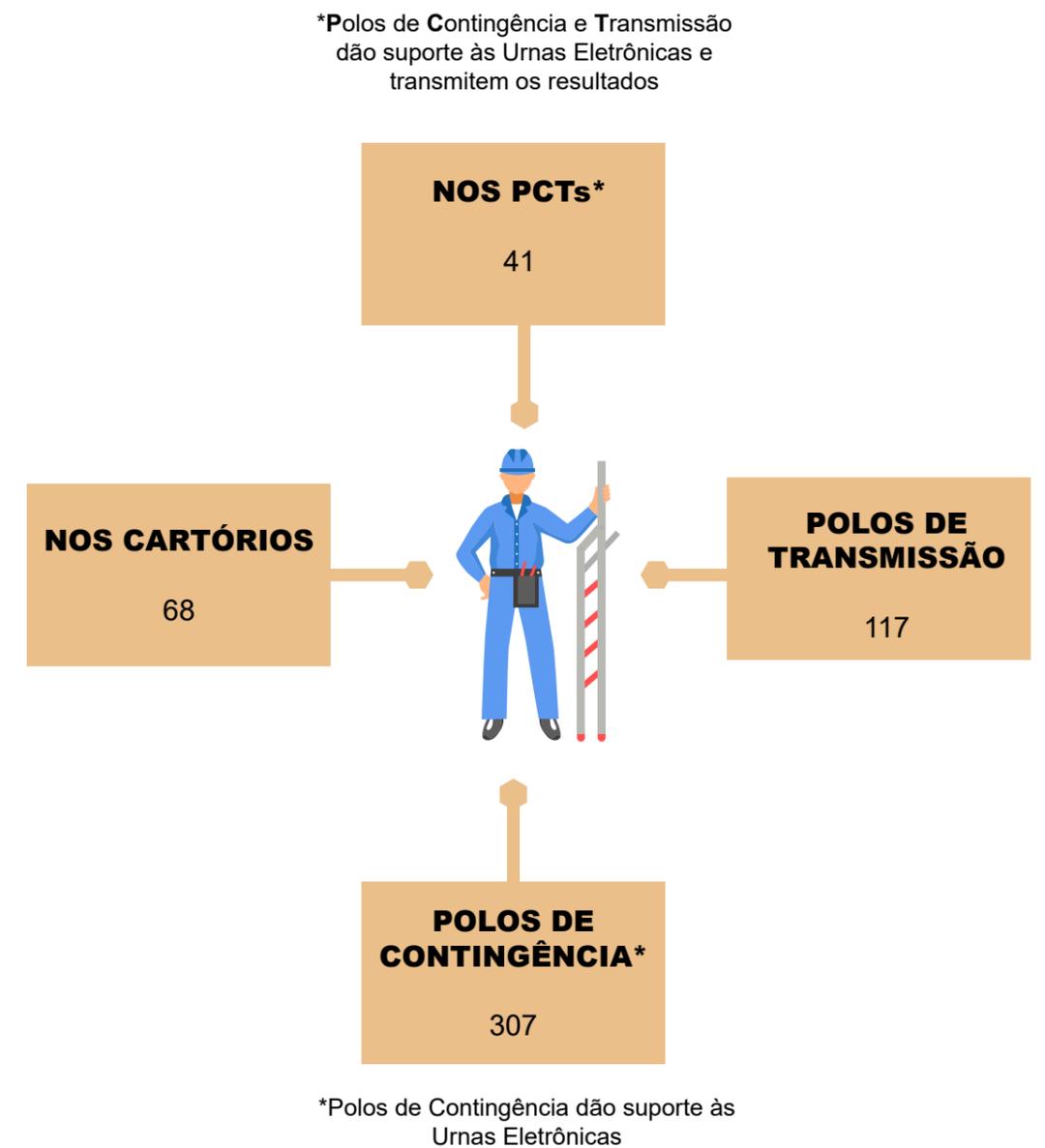
Figura 13: Eleições em Números (Pessoas Envolvidas)



Figura 14: Eleições em Números (Zonas Eleitorais)



PARAÍBA
100%
COM BIOMETRIA



*Polos de Contingência e Transmissão dão suporte às Urnas Eletrônicas e transmitem os resultados

*Polos de Contingência dão suporte às Urnas Eletrônicas



Perspectivas e Desafios

Na conjuntura atual por que passa o nosso país, em que as instituições estão desacreditadas e precisam demonstrar a cada dia o porquê de sua existência e permanência entre os órgãos públicos, há uma necessidade crescente de que os serviços prestados sejam revistos e melhorados a cada dia para que a excelência ansiada seja atingida e, assim, o cidadão, nosso maior destinatário, seja beneficiado com uma atuação eficiente, eficaz e célere. Nesse desiderato, os sistemas de controle protagonizados pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Contas da União atuam como parceiros na persecução do principal objetivo de todo e qualquer órgão público que é prestar o melhor serviço com o menor custo.

As metas instituídas pelo CNJ para todos os ramos do Poder Judiciário e os controles feitos pelo TCU direcionam e disciplinam a forma de atuação desta Justiça Eleitoral que busca cumprir o que lhe é destinado, evitar o que não deve ser realizado e corrigir o que o foi de maneira incorreta ou equivocada para estar sempre de acordo com os sistemas de controle e de orientação desses órgãos que, como dito, orientam o *modus operandi* e os limites da atuação deste Tribunal na busca incessante pelo aprimoramento da administração pública em benefício da sociedade.

Merecem destaque as Metas do Conselho Nacional de Justiça: Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos; Meta 2 – Julgar processos mais antigos e a Meta 1, específica para a Justiça Eleitoral, - Julgar prioritariamente as ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, que muito contribuem para impulsionar a celeridade na prestação jurisdicional. Nesse norte, mister também ressaltar a atuação do Tribunal de Contas da União, responsável pela auditoria externa deste órgão, que com suas auditorias e os relatórios delas emanados sempre estabelecem nortes para que o aperfeiçoamento da gestão pública seja alcançado por meio da melhoria: 1) da nossa governança, 2) dos controles, 3) da gestão de risco, implementados por este Regional.

Salienta-se que a prestação rápida e eficiente dos serviços públicos ofertados, demandam da área de tecnologia da informação e comunicação investimentos frequentes em equipamentos e softwares, desenvolvimento ou contratação de soluções, aperfeiçoamento de processos de trabalho e capacitação de servidores, em um cenário de redução orçamentária e enxugamento da força de trabalho que, na área de tecnologia do Tribunal, é menor do que há dez anos.

Outro importante desafio corresponde ao aprimoramento dos mecanismos de segurança da informação, para que a crescente dependência de TIC, pelos processos de negócio, não implique em riscos à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações tratadas através dos serviços prestados pelo TRE-PB aos eleitores, candidatos, partidos políticos e sociedade em geral.

DESAFIOS



- Desconfiança dos eleitores nas instituições democráticas;
- Disseminação de notícias falsas sobre a segurança dos Sistemas Eleitorais;
- Crise econômica e impossibilidade de criação de novos cargos;
- Aumento de demandas desproporcional à força de trabalho;
- Volume elevado de aposentadorias, reflexo das reformas do sistema previdenciário.

PERSPECTIVAS

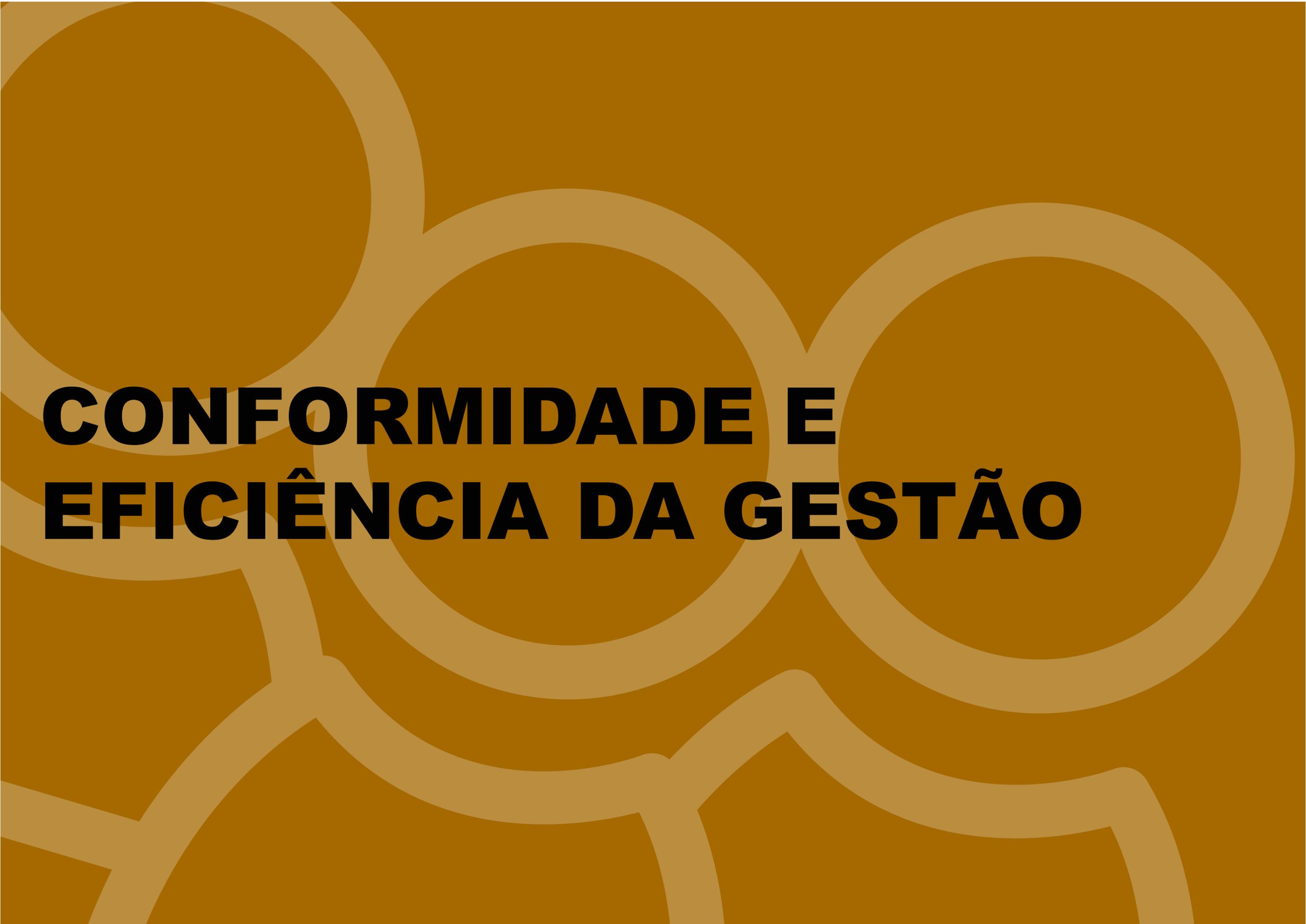


- Realização de parcerias com outras instituições, em continuidade ao trabalho de conscientização política;
- Criação do Projeto Mandato Eletivo, fomentando a importância no acompanhamento das políticas públicas adotadas pelos candidatos eleitos e consequente uso das verbas públicas;
- Implantação da política de gestão de pessoas que contemple o dimensionamento da força de trabalho e a gestão por competências;
- Utilização do Processo Judicial Eletrônico nas Zonas Eleitorais;
- Aperfeiçoamento do Programa Eleições.



Figura 15: Perspectivas e Desafios





CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Declaração da Diretora Geral e do Secretário de Administração e Orçamento

A Diretora Geral do TRE-PB e o Secretário de Administração e Orçamento compõem o Conselho de Governança do Tribunal, o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Comitê de Governança de Pessoas, que fazem parte das instâncias internas de governança, responsáveis por definir e avaliarem a estratégia e as políticas da Justiça Eleitoral da Paraíba, nos termos da Resolução nº 10/2017 TRE-PB.

Conforme o Regulamento Interno deste TRE (Resolução nº 05/2011), à Diretoria Geral compete, dentre outros, dirigir, planejar, coordenar, orientar e controlar todas as atividades judiciárias e administrativas da Secretaria do Tribunal, com a supervisão da Presidência e conforme as deliberações das instâncias de governança.

À Secretaria de Administração e Orçamento, por sua vez, compete, dentre outros, planejar, coordenar, orientar e dirigir as atividades da Comissão Permanente de Licitação, da Coordenadoria de Orçamento e Finanças, da Coordenadoria de Material e Patrimônio e

da Coordenadoria de Serviços Gerais; avaliar, previamente, o interesse e a conveniência administrativa na aquisição de bens e contratação de serviços, em consonância com a Presidência, Diretoria Geral e demais unidades, fazendo observar os princípios constitucionais da Administração Pública.

Destaque-se, inicialmente, que as decisões das instâncias de governança deste Regional, as ações da Diretoria-Geral e da Secretaria de Administração e Orçamento são tomadas em observância à missão e visão de futuro do TRE-PB, alinhadas ao plano estratégico, às diretrizes, objetivos estratégicos e indicadores de desempenho deste órgão, já citados no Capítulo 1 do presente Relatório de Gestão.

Com isso, tem-se buscado atingir a meta cada vez mais cobrada, não só pela própria instância interna de Governança, mas também pela sociedade e pelos órgãos de controle interno e externo, de uma gestão eficiente, com transparência e eficácia na qualidade dos serviços públicos, com a redução de custos, ge-

rindo-se os riscos envolvidos, para que também haja melhoria dos processos de trabalho.

No caso desta UPC, em função da categoria de grupo ao qual pertence em relação aos demais Regionais do País, segundo as normas de regência, as atividades relacionadas tanto à Administração, quanto ao Orçamento e Finanças, encontram-se no rol de atribuições de uma única Secretaria, qual seja: Secretaria de Administração e Orçamento – SAO. Além disso, compete ainda ao secretário da SAO exercer por delegação da Presidência do Tribunal, a função de ordenador de despesas.

Integra ainda a Secretaria de Administração o Núcleo Setorial Contábil, cuja atribuição é controlar e supervisionar por meio de orientações técnico contábeis as ações do ordenador de despesas e dos responsáveis por bens, direitos e obrigações deste Regional, acompanhando a conformidade de gestão e adotando as providências necessárias à responsabilização de seus agentes, decorrentes da prática de condutas ilegais ou irregulares, quando for o caso, comunicando tais fatos aos superiores

hierárquicos dos responsáveis e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno.

Finalmente, compete ainda à Setorial Contábil, garantir, em conjunto com a Unidade Setorial Orçamentária, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União publicado no Diário Oficial da União pela UPC, com os registros contábeis ocorridos no SIAFI, realizados por todas as unidades orçamentárias.

Em 2018, além das Eleições Gerais, podem ser citadas como ações relevantes desenvolvidas no âmbito do TRE/PB, a sua reestruturação organizacional, o que gerou reflexos positivos diretos na estrutura da Secretaria.

Com efeito, a Portaria nº 354/2018 – PTRE/PB disciplinou a criação de duas novas Seções na Secretaria de Administração e Orçamento, quais sejam: a Seção de Gestão de Contratos - SEGEC e a Seção de Manutenção - SEMANP.

Dessa forma, as atribuições de gestão e fiscalização dos contratos de energia, água e esgoto e telefonia, a gestão e fiscalização dos contratos de prestação de serviços de manutenção, além da gestão e fiscalização dos serviços com mão de obra residente, deixaram

de figurar na competência da Seção de Engenharia - SEARQ, e foram assumidas pela nova Seção de Gestão Contratual.

Outro ponto merecedor de destaque foi a aquisição de um novo Datacenter, pois o sistema de armazenamento até então utilizado pelo TRE/PB tinha cerca de 8 anos de uso, estando fora da garantia oficial do fabricante, exigindo assim a contratação de empresa especializada para o suporte dos equipamentos. Agravando ainda tal cenário, o fabricante da solução de virtualização existente neste Regional não suportava mais o storage (hardware que contém slots para vários discos com a função de armazenar os dados).

Houve incremento na frota de veículos do Tribunal com a aquisição de três (03) automóveis tipo utilitário de serviço e um (01) veículo utilitário (Furgão) para transporte de cargas.

Ante todo o exposto, declaramos que foram observados os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, cumprindo-se as metas e objetivos estratégicos deste TRE, tudo em alinhamento ao Plano Estratégico desta Justiça Eleitoral.




Alexandra Maria Soares Cordeiro
Diretora-Geral


Valter Félix da Silva
Secretário de Administração e Orçamento

Objetivos estratégicos das áreas de gestão

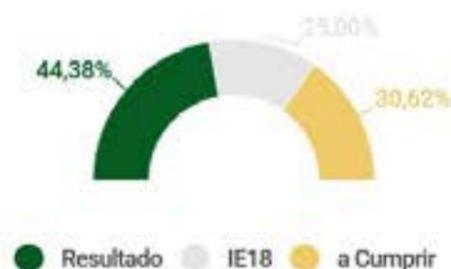
O Plano Estratégico da Justiça Eleitoral da Paraíba, além de definir os objetivos e estratégias com vistas à melhoria do desempenho institucional e à excelência da gestão do processo eleitoral, orienta a elaboração da proposta orçamentária, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, dos planos anuais de capacitação e desenvolvimento e do plano de contratações, harmonizando-os às iniciativas estratégicas e aos indicadores de desempenho.

Os objetivos estratégicos relacionados à perspectiva “Pessoas e Recursos”, do Plano Estratégico Institucional, apresentaram os seguintes resultados no exercício 2018:



Perspectiva Pessoas e Recursos

OE5 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas, com ênfase ao primeiro



OE6 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária



Contribuição para o Alcance dos Objetivos

Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores

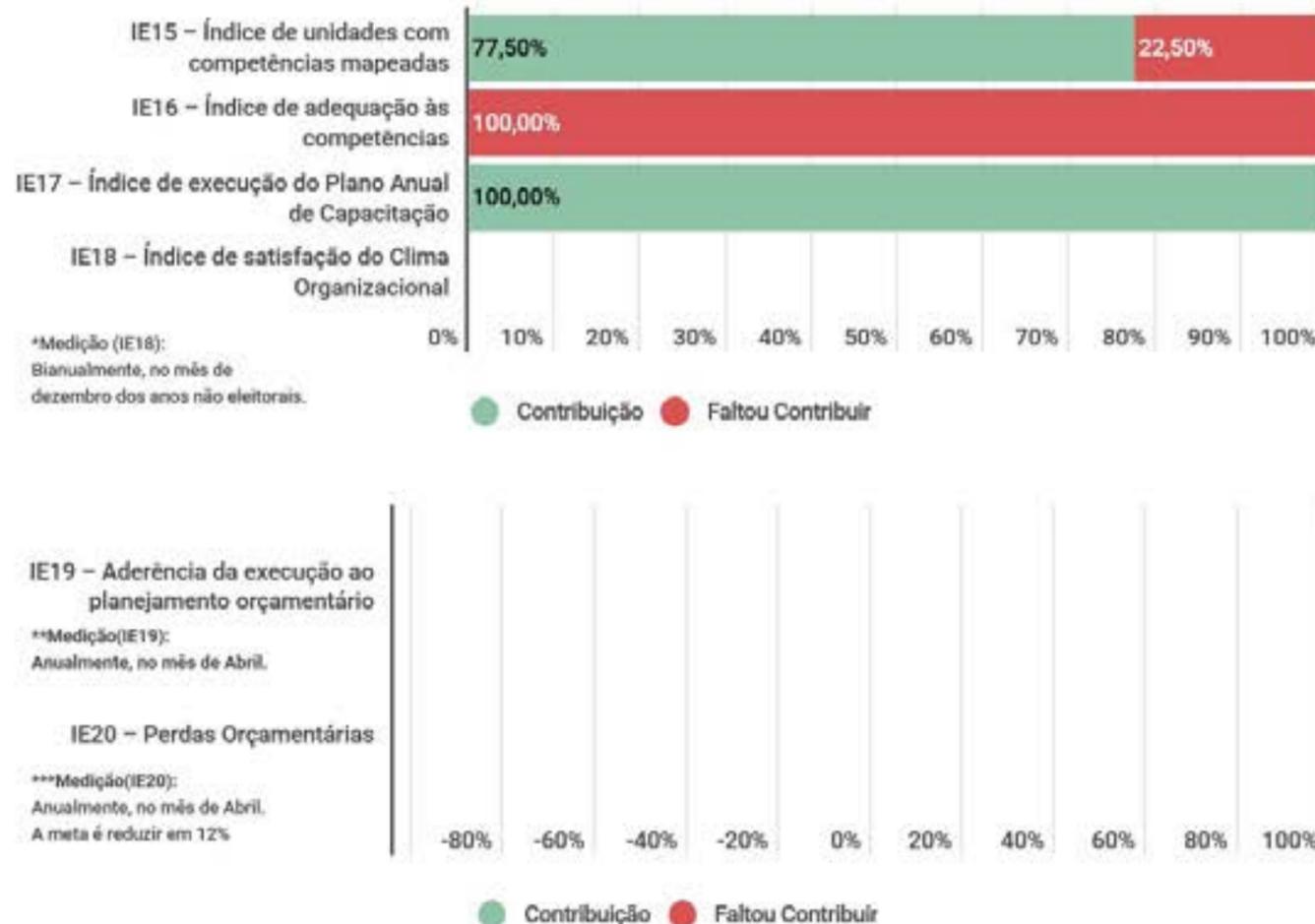


Gráfico 13: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Perspectiva Pessoas e Recursos



Perspectiva Pessoas e Recursos

OE7 – Fortalecimento da governança



● Resultado ● a Cumprir

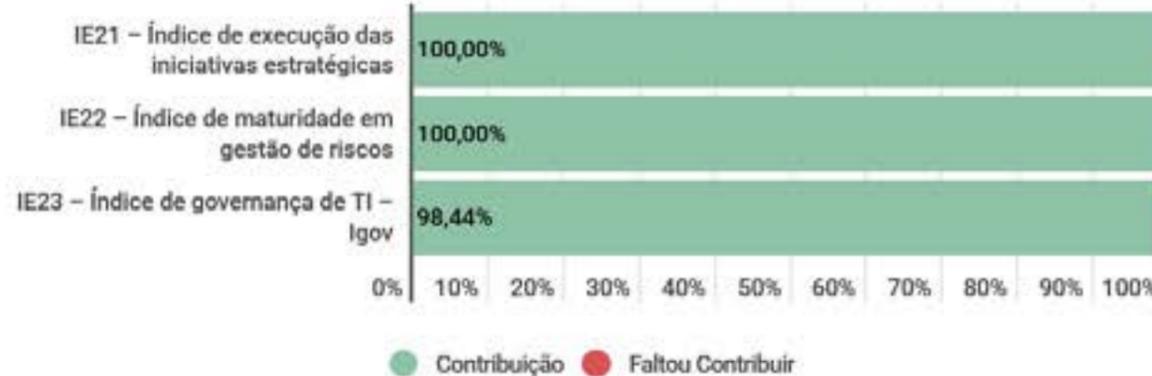
OE8 – Aperfeiçoamento da gestão de logística e infraestrutura



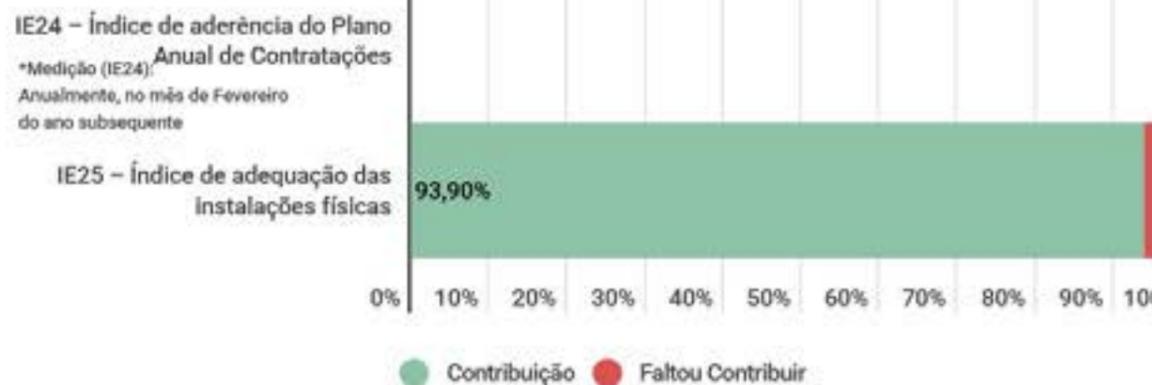
● Resultado ● IE24 ● a Cumprir

Contribuição para o Alcance dos Objetivos

Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores



Indicadores	Meta	Resultado
● IE21	60,00%	69,69%
● IE22	40,00%	58,00%
● IE23	64,00%	63,00%



Indicadores	Meta	Resultado
● IE24	-	-
● IE25	82,00%	77,00%

Gráfico 14: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Perspectiva Pessoas e Recursos

Registra-se que a aferição dos indicadores relacionados ao objetivo estratégico OE6 “Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária” só é realizada no mês de abril do ano seguinte, por depender de relatórios emitidos pelo Tribunal Superior Eleitoral. Por essa razão, não foi possível, neste momento, disponibilizar o resultado.

Percebe-se que o resultado alcançado no OE5 “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas, com ênfase do primeiro grau” refletiu o baixo desempenho do iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas): 35% e do iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas): 24%, justificado pela priorização dos objetivos finalísticos, em anos eleitorais.

Por outro lado, o OE7 “Fortalecimento da Governança” apresentou desempenho satisfatório, resultado da adoção de métodos e práticas de gestão adotadas pelo Tribunal, nos últimos anos, a exemplo do Sistema de Governança e Gestão, Política de Gestão de Riscos, Gestão de Processos e Gestão de Projetos.

A diretriz para o próximo exercício diz respeito ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas, através da implementação da Política de Gestão de Pessoas, como também ao aperfeiçoamento da gestão de logística e infraestrutura, por meio da governança de aquisições, além do fortalecimento da governança, em especial, a implementação de oportunidades identificadas nos índices de governança (IGov), aferidos pelo Tribunal de Contas da União.

O TRE/PB dispõe, ainda, de Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC (Resolução TRE-PB nº 13/2016), bem como de Plano Diretor e de Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.



Em relação ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), o monitoramento da execução é realizado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, oportunidade em que os resultados dos indicadores são comparados com as metas estabelecidas e realizadas deliberações sobre ajustes e outras medidas para melhoria do desempenho na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Consideradas as prioridades estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2018-2019, apresentam-se os resultados obtidos nos seguintes objetivos estratégicos de TIC:



Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 2016 - 2021

Alcance das Metas dos Objetivos Estratégicos de TIC

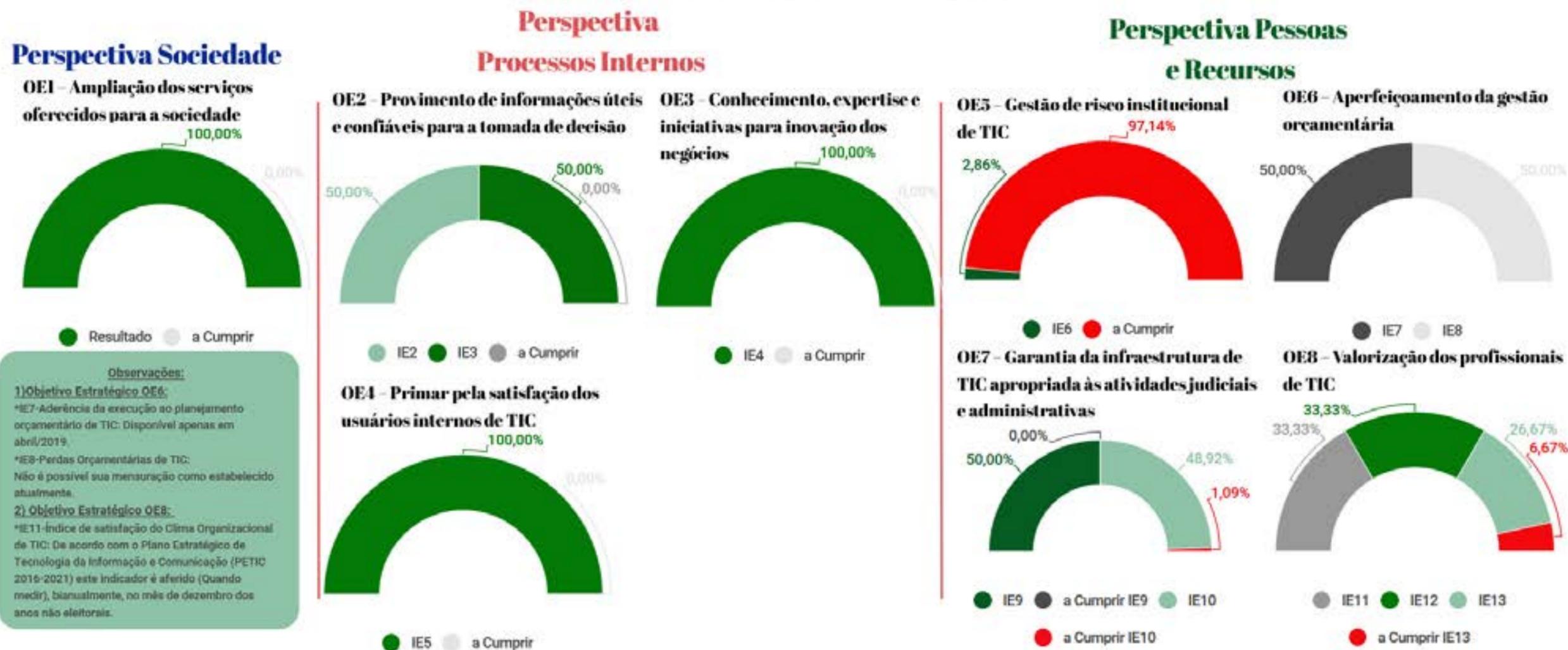


Gráfico 15: Alcance das Metas dos Objetivos Estratégicos de TIC - Geral



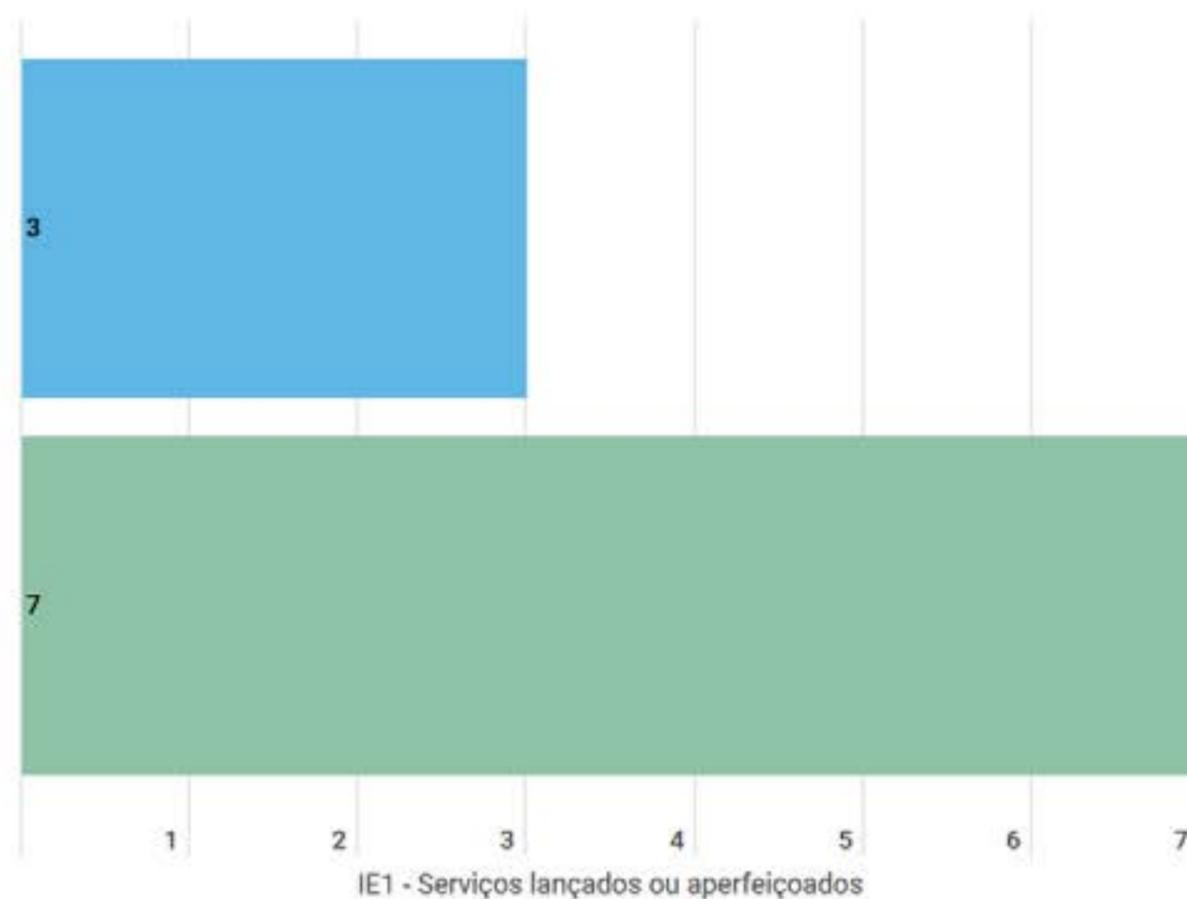
Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores

Perspectiva Sociedade

OE1 – Ampliação dos serviços oferecidos para a sociedade



Contribuição para o Alcance dos Objetivos



Indicadores	Meta	Resultado
IE1	3	7

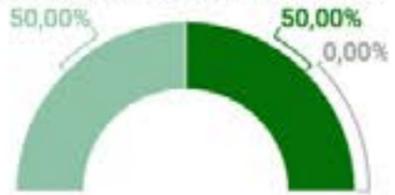
Gráfico 16: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores - Perspectiva Sociedade





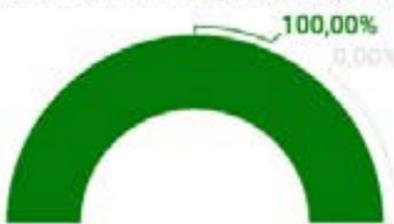
**Perspectiva
Processos
Internos**

OE2 - Provimento de informações úteis e confiáveis para a tomada de decisão



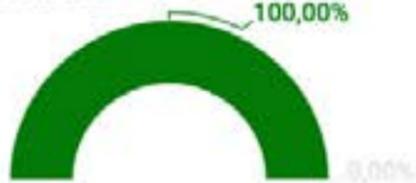
● IE2 ● IE3 ● a Cumprir

OE3 - Conhecimento, expertise e iniciativas para inovação dos negócios



● IE4 ● a Cumprir

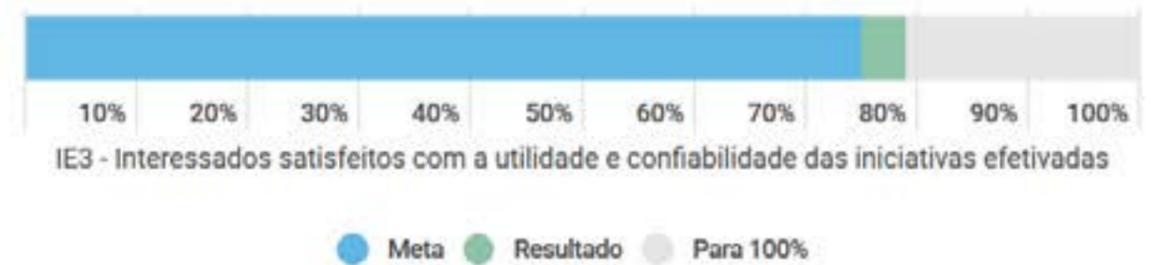
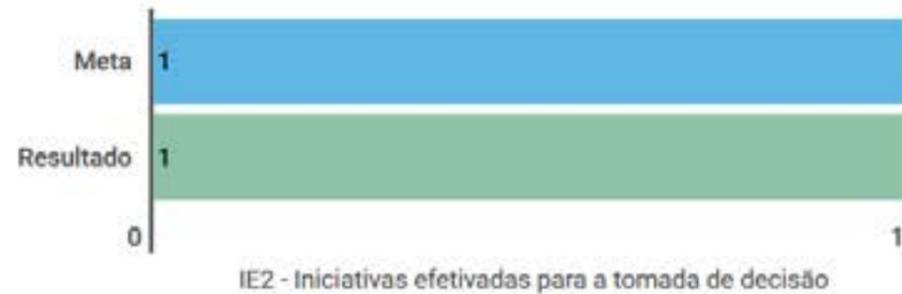
OE4 - Primar pela satisfação dos usuários internos de TIC



● IE5 ● a Cumprir

Contribuição para o Alcance dos Objetivos

Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores



Indicadores	Meta	Resultado
● IE2	1	1
● IE3	75%	79%



Indicadores	Meta	Resultado
● IE4	1	1

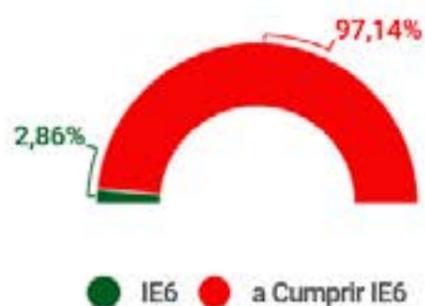


Indicadores	Meta	Resultado
● IE5	90%	96%

Gráfico 17: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores - Perspectiva Processos Internos



OE5 – Gestão do risco organizacional de TIC



OE6 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária de TIC



Contribuição para o Alcance dos Objetivos

Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores



*Medição (IE7-Aderência da execução ao planejamento orçamentário de TIC):
Disponível apenas em abril/2019

Indicadores	Meta	Resultado
● IE7	-	-
● IE8	-	-

*Medição (IE8-Perdas Orçamentárias de TIC):
Não é possível sua mensuração como estabelecido atualmente.

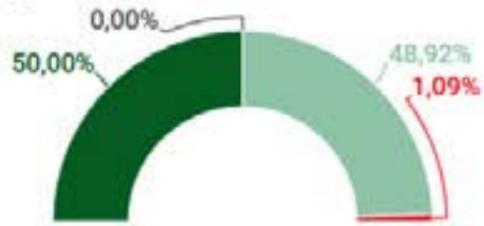
Gráfico 18: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores - Perspectiva Pessoas e Recursos



Gráfico 19: Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Perspectiva Pessoas e Recursos

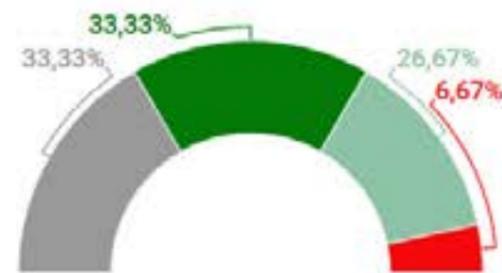


OE7 – Garantia da infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas



● IE9 ● a Cumprir IE9 ● IE10
● a Cumprir IE10

OE8 – Valorização dos profissionais de TIC



● IE11 ● IE12 ● IE13
● a Cumprir IE13

Contribuição para o Alcance dos Objetivos

Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores



● Meta ● Resultado ● Para 100%

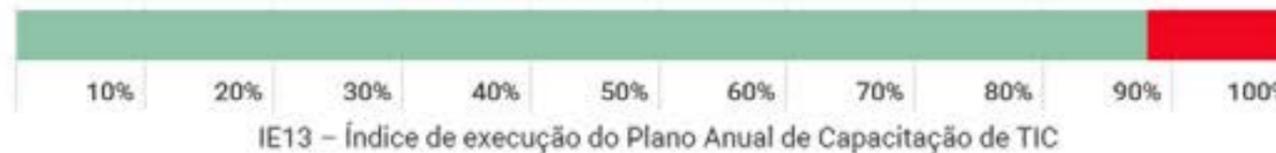


● Resultado ● Meta ● Para 100%

*Medição (IE11 - Índice de satisfação do Clima Organizacional de TIC):
De acordo com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC 2016-2021) este indicador é aferido (Quando medir), bianualmente, no mês de dezembro dos anos não eleitorais.



● Meta ● Resultado ● Para 100%



● Resultado ● Meta ● Para 100%

Indicadores	Meta	Resultado
● IE9	98%	98,84%
● IE10	92%	88%

Indicadores	Meta	Resultado
● IE11	-	-
● IE12	68%	79,07%
● IE13	100%	80%

A área de tecnologia da informação e comunicação é marcada pela constante inovação. Nesse sentido, visando atender as principais demandas dos usuários internos e externos da Justiça Eleitoral, foram realizadas ações que contribuíram para o alcance das metas estabelecidas. As principais iniciativas estão registradas no item relativo à gestão da tecnologia da informação.



As prioridades na área de tecnologia da informação e comunicação, definidas para o período 2018 e 2019, estão representadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, conforme tabela a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE TIC	PLANO DIRETOR DE TIC
1. Ampliação dos serviços oferecidos para a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento virtual ao eleitor; <ul style="list-style-type: none"> • Infodip; • Totalização 2018; • Pardal 2018; • iPleno integrado ao PJe; <ul style="list-style-type: none"> • Justifica; • Controle de eventos de propaganda de rua.
2. Provimento de informações úteis e confiáveis para a tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none"> • Portal da Corregedoria (PortCRE)
3. Conhecimento, expertise e iniciativas para inovação dos negócios	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de solução de RFID; • Atendimento virtual ao eleitor.
4. Primar pela satisfação dos usuários internos de TIC	-
5. Gestão do risco organizacional de TIC	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento de Processos e Riscos na STI; • Avaliação de riscos dos ativos de TIC.
6. Aperfeiçoamento da gestão orçamentária de TIC	-
7. Garantia da infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura de TI nos cartórios 2018-2019; • Atualização da infraestrutura de TIC da Secretaria do Tribunal; • Transmissão de Resultados 2018; <ul style="list-style-type: none"> • Suporte de TI 2018.
8. Valorização dos profissionais de TIC	-

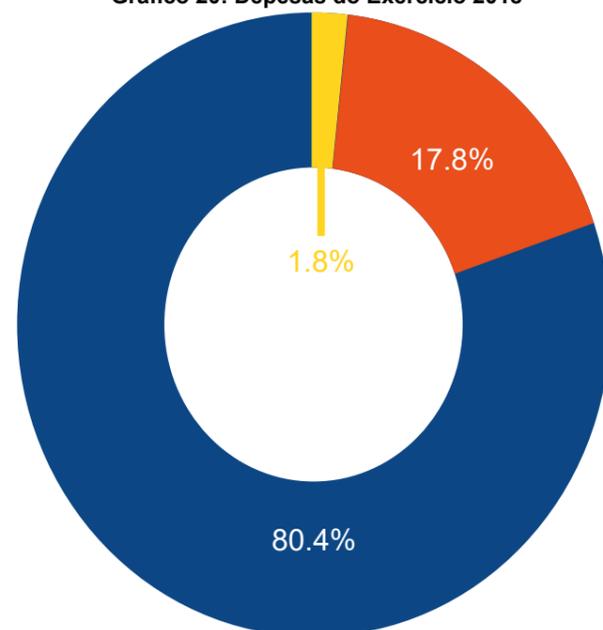
Tabela 3: Objetivos Estratégicos de TIC x Plano Diretor de TIC



Dotação inicial

A Lei Orçamentária Anual de 2018 – LOA/2018 consignou para o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, para atender as despesas do exercício 2018, o valor inicial de **R\$ 146.005.544,00 (cento de quarenta e seis milhões, cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais)**, sendo:

Gráfico 20: Despesas do Exercício 2018



■ Pessoal	■ Custeios	■ Investimentos
R\$ 117.265.781,00	R\$ 26.074.481,00	R\$ 2.665.282,00

Suplementação

Durante o exercício ocorreram suplementações no montante de **R\$ 12.385.065,00** nas Ações:

- Pessoal Ativo (R\$ 5.478.214,00)
- Contribuição da União (PSSS – R\$ 932.774,00)
- Julgamento de Causas (R\$ 1.807.886,00)
- Auxílio-transporte (R\$ 10.277,00)
- Auxílio-funeral e Natalidade (R\$ 21.930,00)
- Aposentadoria e Pensões Civis da União (R\$ 4.133.984,00).

Movimentação Interna de Créditos

O TRE/PB recebeu provisões de créditos orçamentários da SOF/TSE. As **provisões recebidas** somaram **R\$ 20.047.055,28**. Estes créditos consistiram efetivamente na dotação do programa de trabalho “Pleitos Eleitorais”, cujo escopo foi o custeio de despesas com as eleições gerais, com a contratação de serviços referentes a manutenção preventiva de urnas eletrônicas e com as aquisições de baterias para urnas eletrônicas, de bobinas de papel para urnas eletrônicas e de cabinas de votação.

Descentralização de Créditos

O TRE/PB efetuou descentralização de créditos em favor da Secretaria de Orçamento e Finanças/TSE, no valor total de R\$ 2.932.000,00 referente a devolução de valores não utilizados na Ação “Pleitos Eleitorais” identificados como sobra de orçamento e devolvidos para aproveitamento dos recursos, restando, na Ação “Pleitos Eleitorais”, o valor de **R\$ 17.115.055,28**, descentralizado pelo TSE para este Regional.

Execução

Os créditos utilizados no exercício 2018 somam **R\$ 166.887.392,64**, significando dizer que foram efetivamente executados 96,37% da despesa autorizada.

Especificamente, na Ação “Pleitos Eleitorais”, foi executado o valor de **R\$ 15.806.083,00**, restando uma sobra de R\$ 1.308.972,28.

Execução por Função Programática

A execução do Programa de Trabalho da Unidade Orçamentária, por Funcionais Programáticas, onde se pode inferir a efetividade da aplicação dos recursos está abaixo demonstrada. O índice de gestão avaliado é o percentual do crédito utilizado (empenhado liquidado e a liquidar) sobre a dotação da Função programática.

Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral – 20GP (PO: 0001 e PO: 0002) - Despesas relacionadas com viagens e locomoção (aquisição de passagens aéreas e terrestres, e pagamento de diárias); serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; serviços de telecomunicações excluindo-se os de teleprocessamento; serviços de utilidade pública (água, luz, gás); aluguéis, serviços de limpeza e cozinha; aquisição e guarda de material de consumo e expediente; comunicações administrativas; assinaturas de jornais, periódicos e afins, bem como outras despesas; capacitação de servidores.

Dotação: R\$ 21.060.914,00	Crédito Utilizado: R\$ 19.023.663,00	Índice de Gestão (%): 90,30
--------------------------------------	--	---------------------------------------

Plano orçamentário (PO:0001): julgamento de causas e gestão administrativa

Dotação: R\$ 20.534.136,00	Crédito Utilizado: R\$ 18.513.172,00	Índice de Gestão (%): 90,20
--------------------------------------	--	---------------------------------------

Plano Orçamentário (PO: 0002): Capacitação de Recursos Humanos

Dotação: R\$ 526.778,00	Crédito Utilizado: R\$ 510.491,00	Índice de Gestão (%): 96,9
-----------------------------------	---	--------------------------------------

Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis – Compreende os Planos Orçamentários: Assistência Pré-Escolar, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação e Auxílio-Funeral e Natalidade

Dotação: R\$ 5.558.251,00	Crédito Utilizado: R\$ 5.474.396,00	Índice de Gestão (%): 98,50
-------------------------------------	---	---------------------------------------

Benefícios Assistenciais: Despesas relacionadas com Auxílio-funeral e Natalidade.

Dotação: R\$ 147.390,00	Crédito Utilizado: R\$ 108.708,00	Índice de Gestão (%): 73,8
-----------------------------------	---	--------------------------------------



Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Dotação: R\$ 768.024,00	Crédito Utilizado: R\$ 743.668,00	Índice de Gestão (%): 96,8
-----------------------------------	---	--------------------------------------

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Dotação: R\$ 5.629,00	Crédito Utilizado: R\$ 1.786,00	Índice de Gestão (%): 31,7
---------------------------------	---	--------------------------------------

Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Dotação: R\$ 4.637.208,00	Crédito Utilizado: R\$ 4.620.233,00	Índice de Gestão (%): 99,6
-------------------------------------	---	--------------------------------------

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes

Dotação: R\$ 3.163.080,00	Crédito Utilizado: R\$ 3.144.913,00	Índice de Gestão (%): 99,4
-------------------------------------	---	--------------------------------------

Pagamento de Pessoal Ativo: Despesas relacionadas com o pagamento de Pessoal Ativo.

Dotação: R\$93.249.066,00	Crédito Utilizado: R\$ 90.796.009,00	Índice de Gestão (%): 97,4
-------------------------------------	--	--------------------------------------

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações: Despesas relacionadas com a contribuição patronal para o RPPS (PSSS PATRONAL).

Dotação: R\$ 14.842.774,00	Crédito Utilizado: R\$ 14.683.406,08	Índice de Gestão (%): 98,93
--------------------------------------	--	---------------------------------------

Pagamento de Aposentadorias e Pensões: Despesas relacionadas com o pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas.

Dotação: R\$ 18.173.984,00	Crédito Utilizado: R\$ 17.958.924,00	Índice de Gestão (%): 98,8
--------------------------------------	--	--------------------------------------

Pleitos eleitorais: compreende os planos orçamentários: Pleitos Eleitorais (po: 0000) e atualização e manutenção do sistema de votação (po: 0002)

Dotação: R\$ 17.115.055,00	Crédito Utilizado: R\$ 15.806.083,00	Índice de Gestão (%): 92,4
--------------------------------------	--	--------------------------------------

Pleitos Eleitorais: Atividade relacionada à realização em 2018 de eleições gerais.

Dotação: R\$ 16.641.451,00	Crédito Utilizado: R\$ 15.358.212,00	Índice de Gestão (%): 92,3
--------------------------------------	--	--------------------------------------

Atualização e Manutenção do Sistema de Votação: Despesas relacionadas com aquisição de suprimentos para Urnas Eletrônicas e a contratação de Serviços de Manutenção Preventiva de Urnas Eletrônicas.

Dotação: R\$ 5.629,00	Crédito Utilizado: R\$ 1.786,00	Índice de Gestão (%): 31,7
---------------------------------	---	--------------------------------------



Ainda, com foco no perfil dos gastos, **segue a evolução dos últimos anos da execução orçamentária** da despesa por função/unidade orçamentária, do que foi empenhado, liquidado e pago, se não vejamos:

ANO: 2015					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		FUNÇÃO GOVERNO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
14101	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	02	821.630,13	821.630,13	821.630,13
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	02	112.515.591,53	106.635.047,85	105.411.272,02
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	09	12.012.192,32	12.012.192,32	12.012.192,32
TOTAL			125.349.413,98	119.468.870,30	118.245.094,47

ANO: 2016					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		FUNÇÃO GOVERNO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
14101	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	02	11.581.341,51	11.543.603,30	11.543.600,57
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	02	117.151.927,91	115.424.675,66	115.424.675,66
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	09	13.539.794,94	13.539.794,94	13.539.794,94
TOTAL			142.273.064,36	140.508.073,90	140.508.071,17

ANO: 2017					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		FUNÇÃO GOVERNO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
14101	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	02	2.644.837,14	2.626.973,76	2.626.973,76
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	02	127.737.532,12	127.136.371,28	127.127.487,51
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	09	16.719.717,56	16.719.717,56	16.719.717,56
TOTAL			147.102.086,82	146.483.062,60	146.474.178,83

Obs.: a diferença entre o valor total liquidado e o pago, que é de R\$ 8.883,77, corresponde a empenhos liquidados a pagar inscritos em RPP

ANO: 2018					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		FUNÇÃO GOVERNO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
14101	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	02	15.806.083,43	15.667.032,07	15.661.318,92
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	02	133.122.385,59	131.845.359,23	131.845.359,23
14115	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	09	17.958.923,62	17.958.923,62	17.958.923,62
TOTAL			166.887.392,64	165.471.314,92	165.465.601,77

Quadro 9: Evolução da execução orçamentária



Quanto ao detalhamento das despesas por grupos e elementos da despesa, segue planilha com os exercícios correspondentes aos anos de 2017 e 2018:

Quadro 10: Despesas por grupos e elemento de despesa

DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS – TOTAL								
DESPESAS CORRENTES								
GRUPOS DE DESPESA	EMPE NHADA		LIQUIDADA		RP NÃO PROCE SSADOS		VALORE S PAGOS	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
1. Despesas de Pessoal	129.964.993,38	119.287.934,42	129.964.993,38	119.287.934,42	0,00	0,00	129.964.993,38	119.287.934,42
Vencimentos e Vant. Fixas – Pessoal Civil	89.711.050,74	87.285.613,41	89.711.050,74	87.285.613,41	0,00	0,00	89.711.050,74	87.285.613,41
Obrigações Patronais	14.833.231,82	14.237.988,83	14.833.231,82	14.237.988,83	0,00	0,00	14.833.231,82	14.237.988,83
Demais elementos do grupo	25.420.710,82	17.764.332,18	25.420.710,82	17.764.332,18	0,00	0,00	25.420.710,82	17.764.332,18
3. Outras Despesas Correntes	32.973.603,26	25.922.229,03	31.797.696,89	25.351.286,95	1.175.906,37	570.942,08	31.791.983,74	25.342.403,18
Outros Serv. de Terceiros - PJ	7.307.162,44	9.000.839,72	6.897.332,84	8.757.191,57	409.829,60	243.648,15	6.897.332,84	8.754.657,33
Locação de Mão-de-Obra	6.395.504,87	5.538.552,72	5.950.320,79	5.330.405,31	445.184,08	208.147,41	5.950.320,79	5.324.892,46
Auxílio-Alimentação	4.603.236,30	4.498.309,83	4.603.236,30	4.498.309,83	0,00	0,00	4.603.236,30	4.498.309,83
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	3.302.070,00	0,00	3.302.070,00	0,00	0,00	0,00	3.302.070,00	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção	2.227.278,15	290.399,35	2.222.278,15	273.615,57	5.000,00	16.783,78	2.222.278,15	273.615,57
Serviços de Tecn. da Informação e Comunicação - PJ	2.149.675,69	0,00	2.078.717,77	0,00	70.957,92	0,00	2.078.717,77	0,00
Demais elementos do grupo	6.988.675,81	6.594.127,41	6.743.741,04	6.491.764,67	244.934,77	102.362,74	6.738.027,89	6.490.927,99
DESPESAS DE CAPITAL								
GRUPOS DE DESPESA	EMPE NHADA		LIQUIDADA		RP NÃO PROCE SSADOS		VALORE S PAGOS	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
4. Investimentos	3.948.796,00	1.891.923,37	3.708.624,65	1.843.841,23	240.171,35	48.082,14	3.708.624,65	1.843.841,23
Equip.e Mat.Permanente	3.450.915,10	1.021.810,68	3.215.743,75	973.728,54	235.171,35	48.082,14	3.215.743,75	973.728,54
Demais elementos do grupo	497.880,90	870.112,69	492.880,90	870.112,69	5.000,00	0,00	492.880,90	870.112,69

FONTE: SECON/COF/SAO/TRE-PB. As informações constantes no demonstrativo foram extraídas do SIAFI e do Tesouro Gerencial 2017/2018.

Nota: O quadro acima demonstra a execução da UG 070009, referente aos créditos orçamentários da LOA e do Orçamento destinado às eleições.



As despesas totais por modalidade de contratação estão demonstradas abaixo:

Quadro 11: Despesas por modalidade de contratação

DESpesas POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS – TOTAL					
MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPEsa EXECUTADA				
	2018	%	2017	%	2018
1. Modalidade de Licitação (a+b)	*20.767.567,85	12	15.675.958,31	11	19.739.180,26
a) Tomada de Preços	33.289,69	0	145.412,91	0	25.148,48
b) Pregão	20.734.278,16	12	15.530.545,40	11	19.714.031,78
2. Contratações Diretas (c+d)	4.294.787,14	3	3.431.070,44	2	3.906.565,64
c) Dispensa	3.433.702,39	2	2.519.267,35	2	3.104.705,05
d) Inexigibilidade	861.084,75	1	911.803,09	1	801.860,59
3. Regime de Execução Especial (e)	30.365,66	0	7.963,36	0	30.365,66
e) Suprimento de Fundos	30.365,66	0	7.963,36	0	30.365,66
4. Pagamento de Pessoal (f+g+h)	141.794.671,99	85	127.987.094,71	87	141.789.490,21
f) Pagamento em Folha	129.964.993,38	78	119.287.934,42	81	129.964.993,38
g) Diárias	1.397.934,30	1	2.640.508,61	2	1.397.934,30
h) Outros	10.431.744,31	6	6.058.651,68	4	10.426.562,53
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	166.887.392,64	100	147.102.086,82	100	165.465.601,77
6. Total das Despesas da UPC	166.887.392,64	100	147.102.086,82	100	165.465.601,77

FONTE: SECON/COF/SAO/TRE-PB. As informações constantes no demonstrativo foram extraídas do SIAFI e do Tesouro Gerencial 2017/2018.

Nota: O quadro acima demonstra a execução da UG 070009, referente aos créditos orçamentários da LOA e do Orçamento destinado às eleições.

* Valor correspondente a todas as licitações, adesões a Atas de Registro de Preços e contratos com origem em licitações de outros exercícios, mas que foram executados em 2018.



Com referência à execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações, colacionou-se informações pertinentes aos exercícios de 2017 e 2018, com vistas a proporcionar uma visão relativa do desempenho de execução:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2017

PROGRAMA	AÇÃO	Despesa Empenhada	EXECUTADO		
			Inscrito em RP	Liquidado	Pago
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	PLEITOS ELEITORAIS	246.232,91	17.863,38	228.369,53	228.369,53
	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO	2.398.604,23	-	2.398.604,23	2.398.604,23
	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	16.808.680,08	594.093,64	16.214.586,44	16.205.702,67
	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	88.506.581,96	-	88.506.581,96	88.506.581,96
	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS	14.052.620,03	-	14.052.620,03	14.052.620,03
	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS	4.504.055,83	-	4.504.055,83	4.504.055,83
	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	3.112.663,19	2.637,38	3.110.025,81	3.110.025,81
	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	735.108,00	-	735.108,00	735.108,00
	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES	3.479,03	-	3.479,03	3.479,03
	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES	14.344,00	4.429,82	9.914,18	9.914,18
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	16.719.717,56	-	16.719.717,56	16.719.717,56
TOTAL		147.102.086,82	619.024,22	146.483.062,60	146.474.178,83

Quadro 12: Execução Orçamentária 2017



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2018

PROGRAMA	AÇÃO	Despesa Empenhada	EXECUTADO		
			Inscrito em RP	Liquidado	Pago
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	PLEITOS ELEITORAIS	15.806.083,43	139.051,36	15.667.032,07	15.661.318,92
	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	90.796.008,67	-	90.796.008,67	90.796.008,67
	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	19.023.662,69	1.276.535,43	17.747.127,26	17.747.127,23
	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	3.144.912,54	490,93	3.144.421,61	3.144.421,61
	BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES	5.474.395,61	-	5.474.395,61	5.474.395,61
	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS	14.683.406,08	-	14.683.406,08	14.683.406,08
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	17.958.923,62	-	17.958.923,62	17.958.923,62
TOTAL		166.887.392,64	1.416.077,72	165.471.314,92	165.465.601,74

Quadro 13: Execução Orçamentária 2018



Despesas Extraorçamentárias

A despesa extraorçamentária corresponde à execução dos Restos a Pagar relativos à execução do exercício 2017. A execução no presente exercício pode ser assim demonstrada:

Restos a pagar inscritos	R\$ 677.749,08
Restos a pagar pagos	R\$ 508.663,87
Restos a Pagar a Pagar	R\$ 2.671,81
Restos a pagar cancelados	R\$ 166.413,40

Inscrições em Restos a Pagar

Ficaram inscritos à conta de Restos a Pagar em 2019 o valor de R\$ 1.421.790,87. Sendo **R\$ 5.713,15** processados, ou seja, liquidada ainda no exercício 2018 e **R\$ 1.416.077,72** não processados que correspondem àquelas despesas cuja liquidação ocorrerá em 2019.

Execução Financeira

Os recursos financeiros alocados em favor do TRE/PB, mediante sub-repasse do TSE, somaram **R\$ 166.133.486,47**, sendo especificados por Fonte de Recursos, como segue:

Recursos Ordinários do Tesouro (fte-0100)	R\$ 150.071.822,05
Custas e Emolumentos – Poder Judiciário (fte-0127)	R\$ 2.035.796,99
Contribuição Plano de Seguridade Social do Servidor (fte-0156)	R\$ 1.530.796,43
Contribuição Patronal para o PSSS (fte-0169)	R\$ 12.495.071,00

A execução da programação financeira segue demonstrada abaixo:

Sub-repasse Recebido	R\$ 166.133.486,47
DARF emitidos	R\$ 45.376.317,43
GRU emitidas	R\$ 391.138,42
TOTAL da Execução	R\$ 211.900.942,32

Saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, por ocasião do encerramento do exercício foi de: **R\$ 859.796,54**.

Análise de Tendências Orçamentárias: Cenários para 2019-2020

A fixação do teto de gastos pelo advento do Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional no 95/2016, caracteriza-se como o principal fator de impacto do orçamento e da execução financeira dos Órgãos Públicos.

A citada Emenda, teve o objetivo de otimizar a execução orçamentária do exercício financeiro de 2016, com vistas a minimizar as inscrições em restos a pagar, bem como, foi instrumento de limitação do crescimento do orçamento e dos gastos da Justiça Eleitoral a partir do ano seguinte à sua edição – 2017.

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba amoldando-se à EC, tem procurado apresentar resultados satisfatórios nos exercícios que se seguiram à sua vigência, estimulando e acompanhando os processos que se referem ao tema orçamentário e financeiro.

Em 2018, a Lei Orçamentária Anual (LOA/2018) consignou para o atendimento das despesas do exercício 2018 do TRE/PB, o valor inicial de R\$ 146.005.544,00, somado às suplementações no montante de R\$ 12.385.065,00 e mais provisões de créditos orçamentários que somaram R\$ 20.047.055,28, estes últimos, referentes a créditos na dotação do programa de trabalho “Pleitos Eleitorais”, contudo, houve descentralização de parte destes créditos em favor da SOF/TSE, no valor de R\$ 2.932.000,00, restando, na Ação “Pleitos Eleitorais”, o valor de R\$ 17.115.055,28.

Os créditos utilizados no exercício 2018 entre despesas obrigatórias e discricionárias somaram R\$ 166.887.392,64, significando

dizer que foram efetivamente executados 96,37% da despesa autorizada.

Com base nos referidos resultados depreende-se que as perspectivas para os exercícios de 2019 e 2020 são otimistas do ponto de vista da execução orçamentária e financeira, contudo, registre-se que a imposição de menores dotações para as leis orçamentárias anuais, representam um declínio na capacidade de realizações no âmbito deste Regional.

Por fim, conclui-se que o contexto apresentado vem exigindo dos gestores um esforço cada vez maior no planejamento de suas ações e a reavaliação de métodos empregados em suas decisões, de modo a garantir a priorização das atividades relativas ao regular funcionamento da instituição e à prestação dos serviços à sociedade, sem dispensar a preocupação com os investimentos na área tecnológica e de infraestrutura como fator indispensável à continuidade dos serviços desta Justiça Especializada.

Restos a pagar

Relativamente aos restos a pagar não processados, houve um aumento no registro desse tipo de RP, haja vista a dependência que a UPC ficou em relação às empresas prestadoras de serviços terceirizados com mão de obra residente.

É que em 2018, as alterações implementadas na legislação trabalhista e as indefinições quanto a sua aplicabilidade retardaram as deliberações em sede de Convenções Coletivas de Trabalho e, por consequência, a obtenção dos requerimentos de repactuações contratuais. Diante disso, praticamente nenhuma empresa contratada pela UPC apresentou em 2018, requerimentos de repactuações, cujos efeitos financeiros, diga-se de passagem, devem retroagir a janeiro de 2018. Daí a existência de um valor relativamente expressivo de RP para outros serviços de terceiros pessoa jurídica e em locação de mão de obra (respectivamente: R\$ 409.829,60 e R\$ 445.184,08).

Tal situação, decorrente de fatores externos, possivelmente seja indicativa da necessidade de revisão na estratégia de trabalho para alguns serviços, buscando-se a diminuição de despesas, pois os restos a pagar de 2018, provavelmente comprometerão o limite de pagamento da UPC em 2019, ante as disposições contidas no art. 107, § 1º, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF, com a redação trazida pela EC nº 95/2016.



A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no § 3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2018, Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15.

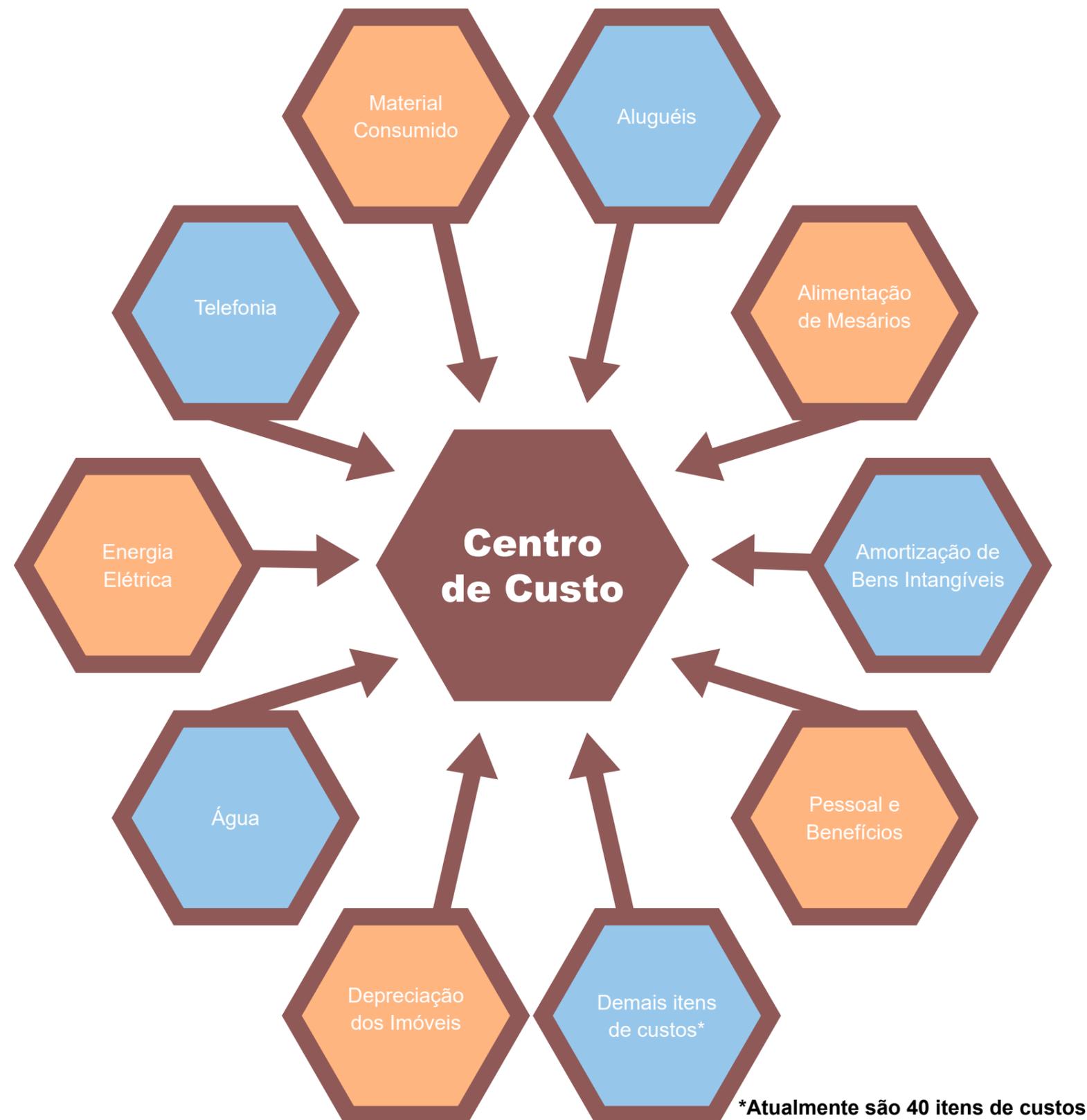
A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos e que serve de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos. Para tanto, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, respondemos à questão “**Com o quê?**”, que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.

Figura 16: Centro de Custo



*Atualmente são 40 itens de custos



Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destacam-se a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, e o agrupamento dos itens de custo em grandes temas.

No que diz respeito aos custos de 2018 do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os demonstrados no gráfico a seguir:

Atendimento ao Público X Funcionamento das Secretarias (em R\$ mil)

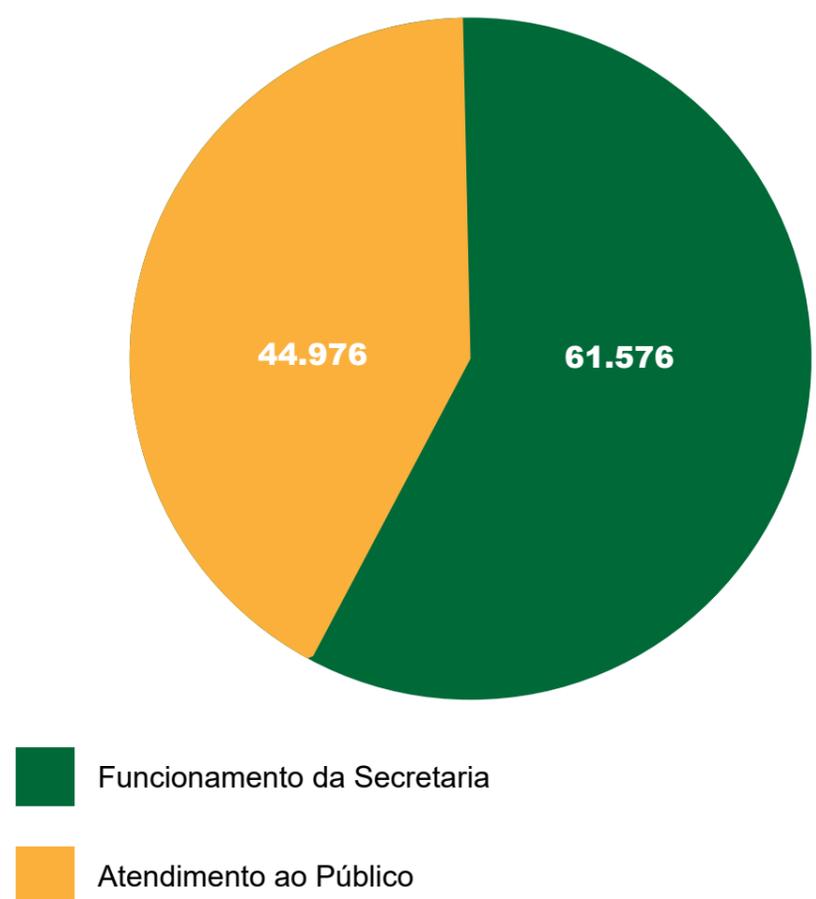


Gráfico 21: Custos de 2018

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir:

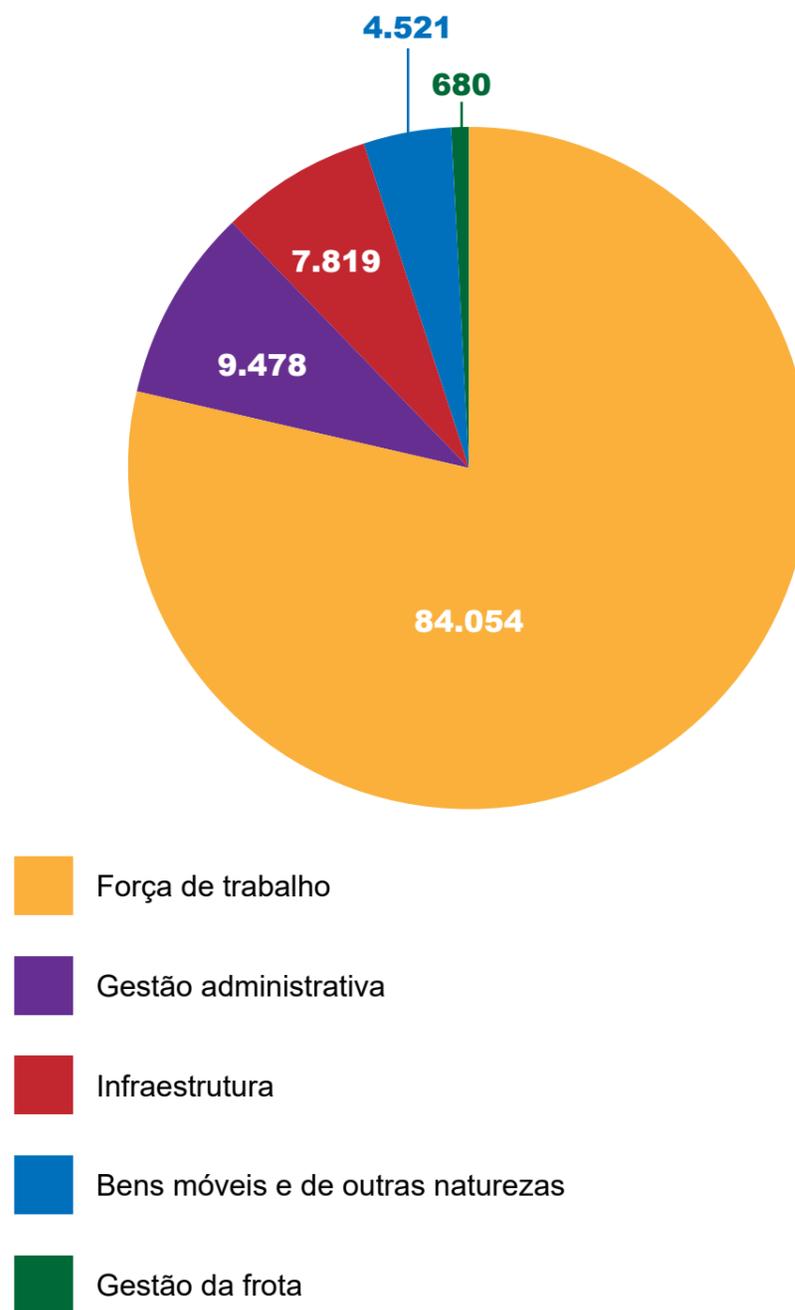


Gráfico 22: Itens de Custos em Grandes Temas



Conformidade Legal

Quanto a conformidade legal, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba prima pela observância ao que dispõe as leis e os normativos de regência, notadamente a lei 8.112/90, Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, normativos, além dos regramentos específicos para cada matéria, por ocasião da respectiva apreciação.

Há de se destacar ainda, a vigilante observância às diretrizes do Tribunal de Contas da União e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, bem como às decisões do Conselho Nacional de Justiça e as demais normas atinentes à legislação de pessoal.

Ademais, é de se registrar que a realização de pagamentos de vantagens, indenizações e parcelas remuneratórias dos servidores da Justiça Eleitoral da Paraíba são realizados em conformidade com as disposições das leis nº 8.112/90 e 11.416/2006, com as alterações introduzidas pela lei 12.774/2012.

Avaliação da Força de Trabalho

PERFIL DOS SERVIDORES

EFETIVOS

EXERCÍCIO PROVISÓRIO

REMOVIDO PARA ESTE TRIBUNAL

REQUISITADO

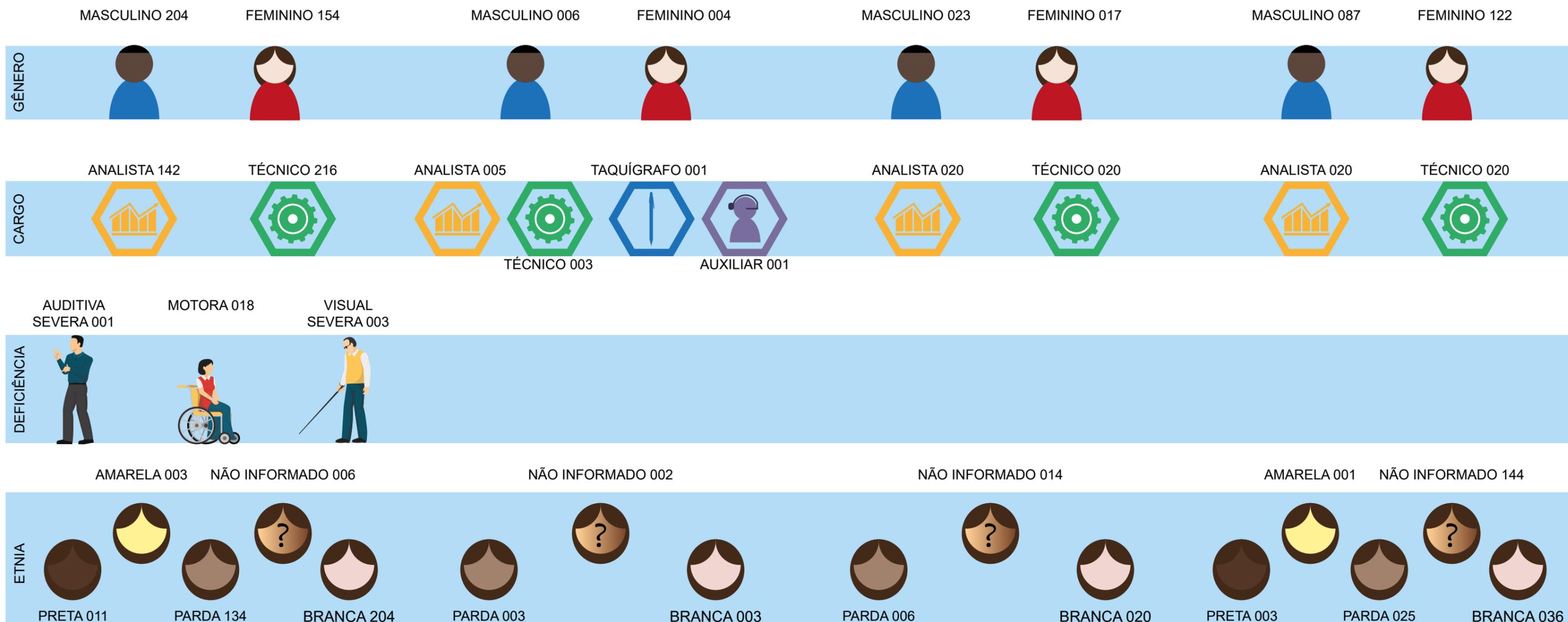


Figura 17: Perfil dos Servidores

ÁREA DE TRABALHO E UNIDADE DE EXERCÍCIO

ÁREA	QUANTIDADE
ADMINISTRATIVA	264
JUDICIÁRIA	32
APOIO ESPECIALIZADO	52
SERVIÇOS GERAIS	10

Quanto a unidade de exercício, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba conta com 240 servidores efetivos deste Tribunal em sua Secretaria, e 118 servidores efetivos deste Tribunal nas Zonas Eleitorais do Estado.

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE
Acima de 60 anos	21
51 a 60 anos	96
41 a 50 anos	148
31 a 40 anos	74
até 30 anos	19

Estratégias de Recrutamento e Alocação de Pessoas

No ano de 2015, iniciou-se um projeto para a implantação da gestão por competências no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Inicialmente, o processo de levantamento das competências das unidades do Tribunal baseou-se na contratação de empresa de consultoria, resultando no levantamento das competências dos servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas e da 70ª zona eleitoral e na realização de uma primeira avaliação de competências.

Atualmente, tendo a solução de consultoria se apresentado financeiramente inviável, a implantação da gestão por competências está sendo conduzida por meio dos recursos internos disponíveis, buscando-se soluções, ferramentas e experiências em outros Tribunais Eleitorais.

Inobstante o projeto institucional de gestão por competências ainda não apresente formalização adequada por meio de norma regulamentadora que o institua, diversas são as práticas já adotadas no Tribunal tendo como base a gestão por competências, a exemplo dos vários processos seletivos internos para os mais variados cargos e funções comissionadas, expondo a tendência da Administração deste Tribunal de adoção das metodologias mais modernas e eficientes para a seleção dos seus gestores, buscando, assim, maior profissionalização dos serviços públicos prestados.

De outra parte, no início do ano de 2018, a Secretaria de Gestão de Pessoas implementou as ações delimitadas na Resolução TRE/PB nº 19/2017, que reorganizou os cargos efetivos das zonas eleitorais do estado, alteradas por força do rezoneamento imposto pela Resolução TSE nº 23.422/2014, resultando na realização de concurso de remoção interna para diversos cargos de analista e técnico judiciários, com a movimentação de 49 servidores (14 analistas e 35 técnicos).

As funções comissionadas lotadas em zonas eleitorais extintas com o rezoneamento foram distribuídas na estrutura da Secretaria do Tribunal, que promoveu a criação, transformação e extinção de unidades conforme demandas de auditorias e normas estruturantes anteriores, por meio da fusão, desmembramento e transformação

de quinze funções comissionadas FC 06 FC01 oriundas das zonas, foi possível reorganizar as unidades da Secretaria do Tribunal, resultando na Resolução TRE/PB nº 8/2018. Atualmente, comissão de trabalho elabora novo regulamento interno da Secretaria do Tribunal, considerando o impacto da reestruturação.

Também em 2018 foi aberto amplo e criterioso protocolo de instrução e realização de Processo Seletivo de Estágio. O recrutamento é realizado por meio de Processo Seletivo. O procedimento de alocação envolve entrevista de adequação de perfil e a relotação envolve franco e criterioso diálogo entre as Unidades cedente e cessionária e estagiário.

O Programa de Estágio deste Tribunal dispõe de 55(cinquenta e cinco) estagiários, distribuídos nas áreas de: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Ciências Contábeis, Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Mídias Digitais, Engenharia Civil, Direito, Tecnologia da Informação e Técnico em Saúde Bucal.

Detalhamento da Despesa de Pessoal (Ativo, Inativo e Pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/diminuição

Em 2018, a despesa do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba com servidores ativos e gratificações de autoridades foi de R\$ 119,1 milhões. Os custos com servidores inativos ficaram em R\$ 12,1 milhões e com pagamentos de pensões civis totalizaram o valor de R\$ 6,1 milhões.



SERVIDORES ATIVOS

Vantagens Fixas	Gratificações Fixas	Gratificações Natalinas
24,35%	26,62%	5,30%
Adicionais	Abonos	Benefícios
12,54%	0,44%	4,74%
Indenizações	Serviço Extraordinário	Patronal
0,09%	4,17%	12,51%
	Diárias	Gratificação Autoridades
	1,26%	7,98%

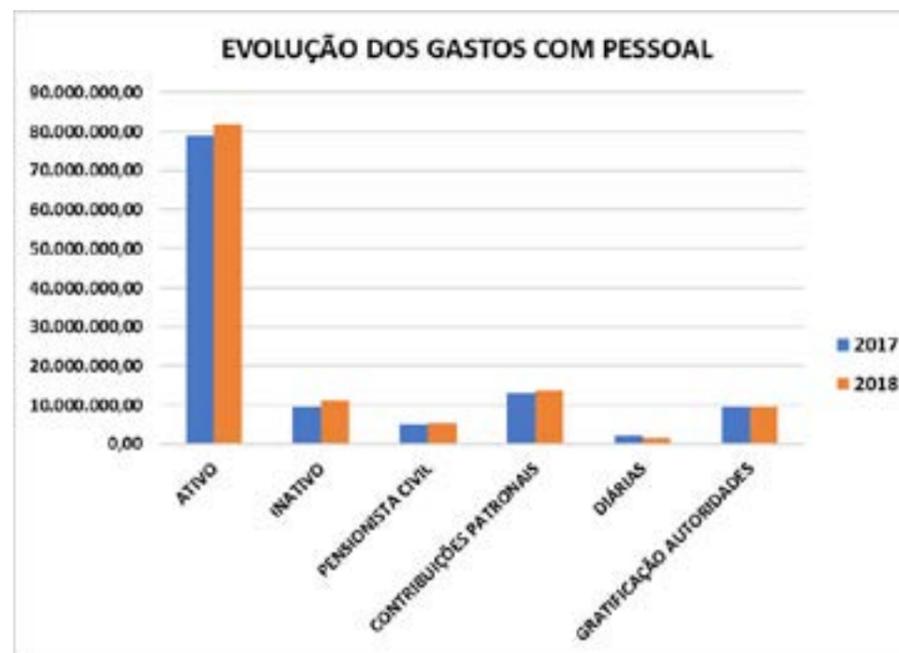


Gráfico 23: Comparativo da Evolução dos Gastos com Pessoal 2017/2018

PROPORÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL EM 2017 E 2018

SERVIDORES INATIVOS

Vantagens Fixas	Gratificações Natalinas	Vantagens Variáveis
92,21%	7,75%	0,04%

PENSIONISTAS CIVIS

Vantagens Fixas	Gratificações Natalinas	Vantagens Variáveis
92,03%	7,88%	0,09%

Tabela 4: Despesas com pessoal

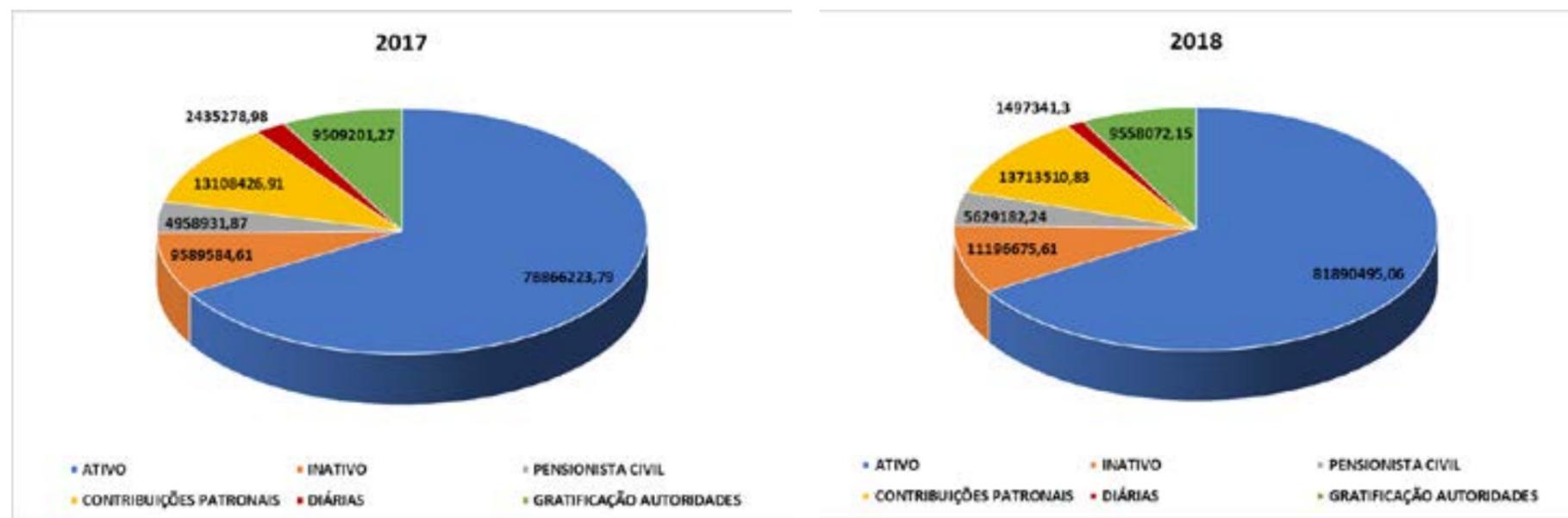


Gráfico 24: Proporção dos Gastos com Pessoal 2017 e 2018



No tocante ao comparativo das despesas de pessoal dos anos de 2017 e 2018, esclarece-se que o motivo do crescimento da despesa no período deve-se à implantação das últimas parcelas do aumento salarial concedido aos servidores do Poder Judiciário da União por força da Lei nº 13.317/2016.

Além do seu corpo de servidores, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba conta com 7 Juízes Membros, um Procurador Eleitoral, seus respectivos substitutos, 68 Juízes Eleitorais e 68 Promotores Eleitorais distribuídos em 68 Zonas Eleitorais.

Os Juízes membros e o Procurador Eleitoral não são originários da Justiça Eleitoral, apenas ocupam, provisoriamente, uma vaga por um período de dois anos. Suas remunerações são pagas por seus órgãos de origem, cabendo ao TRE-PB tão somente a retribuição pelas sessões que participam, valor este denominado Jeton, que corresponde ao percentual de 3%, por sessão, do subsídio de juiz do Tribunal Regional Federal.

Os juízes e promotores também não pertencem ao quadro de pessoal do TRE-PB. Estes servidores acumulam as atividades da Justiça Comum com a Eleitoral e, a exemplo dos Membros, não têm suas remunerações pagas pelo TRE/PB. A eles é devida uma gratificação eleitoral que corresponde a 16% do subsídio do Juiz Federal. Em todos os casos, Jetons e Gratificação Eleitoral, o pagamento é pro labore, ou seja, paga-se apenas pelas sessões realizadas ou dias que esteve efetivamente à disposição da Justiça Eleitoral. No caso de férias ou afastamentos, mesmo justificados, o pagamento não é devido.

O TRE/PB conta, ainda, com a colaboração dos Oficiais de Justiça provenientes do Tribunal de Justiça da Paraíba. Estes, a exemplo dos Juízes e Promotores Eleitorais, prestam serviços nos Cartórios Eleitorais e não recebem um valor fixo, mas uma indenização por diligência cumprida.

A movimentação e o desenvolvimento na carreira dos servidores do Poder Judiciário Federal são regidos pela Resolução TSE n.º 22.582/2007, a qual, em seu art. 4º, define que “Terá direito à Progressão Funcional e à Promoção o servidor que apresentar desempenho satisfatório em processo de avaliação específico. Parágrafo único: Considera-se desempenho satisfatório o resultado igual ou superior a setenta por cento da pontuação máxima das avaliações de desempenho realizadas.” Para cada servidor que está em desenvolvimento na carreira, é autuado um processo e instruído com formulários de Avaliação de Desempenho (auto-avaliação e pela avaliação da chefia) para aferição de índice mínimo de desempenho satisfatório, a cada ano de efetivo exercício.

Com relação ao acompanhamento do Estágio Probatório, a Res. 22.582/2007, art. 11 define que “A avaliação do servidor no período de estágio probatório far-se-á em 4 (quatro) etapas a serem realizadas ao término do 6º mês, 12º mês, 24º mês e 32º mês, contadas a partir do início do exercício no cargo”, o que foi feito com apuração dos 5 itens a saber: I. Assiduidade; II. Disciplina; III. Iniciativa; IV. Produtividade; e V. Responsabilidade. Tais avaliações são feitas por meios de formulários enviados aos avaliados e suas chefias imediatas (avaliadores), a fim de aferir se o servidor em estágio probatório obteve 70% da pontuação máxima, conforme preceitua o art. 13 da mesma Resolução.

Em 2018, no que se refere especificamente à Progressão/Promoção Funcional e Estágio Probatório apresentamos os seguintes números: 40 (quarenta) estágios probatórios e 154 (cento e cinquenta e quatro) progressões ou promoções, em um total de 194 (cento e noventa e quatro) servidores com movimentação na carreira.

Com vistas ao cumprimento do Objetivo Estratégico OE5 “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas, com ênfase ao primeiro grau”, a Justiça Eleitoral da Paraíba promoveu ações de capacitação voltadas ao público interno, promovendo cursos e eventos na área meio e fim (jurídica), respectivamente, qualificando servidores e magistrados a prestarem um melhor serviço à sociedade.

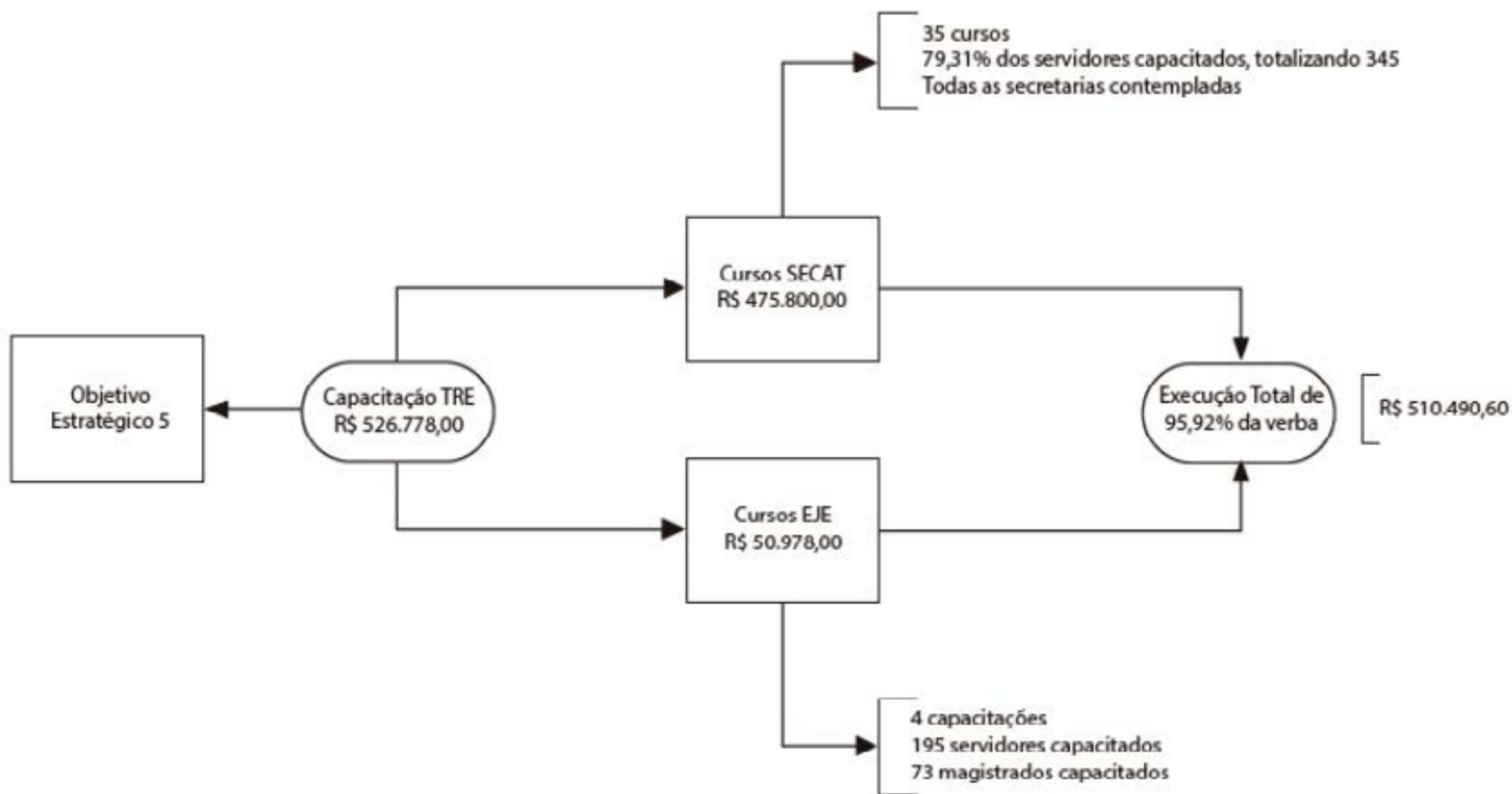
Foram realizadas 39 (trinta e nove) ações de capacitação em 2018, as quais envolveram um público de 540 (quinhentos e quarenta) servidores e 73 (setenta e três) magistrados.

A estratégia usada para capacitar, de forma efetiva e econômica, esse grande contingente de servidores, foi contratar professores qualificados, nas áreas específicas demandadas, com larga experiência em matéria eleitoral, através da modalidade “instrutoria interna”, bem como a realização de cursos na modalidade “in company”.

A seguir, apresenta-se a execução do investimento em capacitação e as ações realizadas:



Figura 18: Investimento em Capacitação



Para o ano de 2019 a perspectiva é adotar o planejamento das ações de treinamento observando modelos de Educação Corporativa, atendendo às necessidades das unidades do TRE/PB e visando ao compartilhamento de conhecimentos, sempre atrelados ao Plano Estratégico Institucional. Espera-se atender o maior número de servidores em correlação com as suas áreas de atividade e priorizar treinamentos na modalidade “in company”, além da adoção de novos modelos e metodologias, a exemplo da 70:20:10 e trilhas de aprendizagem.

Em relação a área finalística, a Escola Judiciária Eleitoral – EJE objetiva realizar 04 capacitações para magistrados e servidores e realizar 02 eventos abertos ao público em geral. A meta é otimizar o alcance das ações de capacitação face aos servidores lotados nas Zonas Eleitorais, proporcionando consequente melhoria dos serviços prestados à sociedade, no 1º Grau de Jurisdição.



O principal desafio quanto à gestão de pessoas diz respeito às ações voltadas à adequação das despesas obrigatórias de pessoal à limitação orçamentária imposta pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal. Sabendo-se que a maioria das despesas da Justiça Eleitoral são com pessoal, há que se buscar formas de otimizar os serviços prestados com o menor custo agregado de pessoal.

O cenário da década passada vinha sendo de expansão dos quadros da Justiça Eleitoral, com a implementação dos quadros das zonas eleitorais em 2005. Entretanto, com o novo cenário, foram impostas medidas de contenção e redução de despesas a exemplo do rezoneamento, com a extinção de diversas zonas eleitorais e a restrição de novos provimentos de cargos vagos decorrentes de aposentadorias e falecimento de servidores.

Aliada à restrição do quadro, encontra-se a perspectiva de prolongamento do período de atividade do servidor público em razão de iminente reforma previdenciária.

O desafio que se põe à frente da Administração do Tribunal em relação à sua área de gestão de pessoas, será de otimizar sua estrutura e pessoal por meio de dimensionamento de sua força de trabalho, cuja ação se desenvolverá comandada pelo Tribunal Superior Eleitoral sob a consultoria de equipe da Universidade de Brasília - UnB, e se expandirá aos Tribunais Regionais, em especial aqueles que encontram-se em fase inicial de estudos voltados ao dimensionamento, como é o caso deste Tribunal.

Assim, o dimensionamento da força de trabalho do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, englobando o aperfeiçoamento dos seus processos de trabalho e o mapeamento dos perfis de competências adequadas às unidades contribuirá para minorar os efeitos dos próximos anos de estagnação do quadro de pessoal, conduzindo o Tribunal a uma prestação de serviço mais eficiente.



Conformidade Legal

Aquisições (compras e serviços): Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000 (alterado pelos Decretos n.ºs 3.693, de 20/12/2000, e 3.784, de 06/04/2001), do Decreto n.º 5.450, de 31/05/2005, do Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013 (alterado pelo Decreto n.º 8.250, de 23/05/2014 e pelo Decreto n.º 9.488, de 30/08/2018), da Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006 (alterada pela Lei Complementar n.º 147 de 07/08/2014), regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 06/10/2015, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666, de 21/06/93 e Instrução Normativa 01/2018 – TRE/PB, Instrução Normativa n.º 05 – MPDG, de 26/maio/2017 (somente para serviços) e para Tecnologia da Informação: acrescenta-se o Decreto n.º 7.174, de 12/05/2010 e a Lei n.º 12.305, de 02/08/2010, regulamentada pelo Decreto n.º 7.404, de 23/12/2010.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo.

Foram realizados 133 processos de contratação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, compreendendo:

a) 40 licitações na modalidade pregão eletrônico, cujo valor licitado foi na ordem de **R\$ 10.388.443,17**;

b) 82 contratações diretas (dispensa e inexigibilidade de licitação) no montante de R\$ 4.294.787,14. Desse total, 66,31% referem-se aos contratos celebrados junto às concessionárias de energia elétrica e água/esgoto, a Imprensa Nacional e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, serviços essenciais para o funcionamento da UPC. As demais contratações diretas, em sua maioria, foram referentes à locação de imóveis para os Cartórios Eleitorais do interior do Estado, contratações de pequeno vulto (art. 24, II, da lei n 8.666/93) e Capacitação (6,2%);

c) 11 adesões a Atas de Registro de Preços, no valor global de R\$ 2.284.452,48. As adesões mais significativas foram as aquisições do “Data Center” e de microcomputadores que corresponderam respectivamente a 44,21% e 11,15% desse montante.

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações:

1 - Contratações do Processo Eleitoral:

Por ser ano eleitoral, foram eleitas como principais contratações aquelas que se destinaram ao suporte necessário à realização das eleições, podendo destacar as contratações referentes à locação de veículos, transporte de urnas eletrônicas, serviço de comunicação de dados, material de consumo de TIC, material de expediente, fornecimento de materiais e serviços gráficos, dentre outras.

2 - Aquisição de um novo Datacenter:

O sistema de armazenamento até então utilizado pela UPC tinha cerca de 8 anos de uso, estando fora da garantia oficial do fabricante, exigindo assim a contratação de empresa especializada para o suporte dos equipamentos. Agravando ainda tal cenário, o fabricante da solução de virtualização existente na UPC não suportava mais o storage (hardware que contém slots para vários discos com a função de armazenar os dados). Somou-se a isso o fato de alguns servidores de rede estarem com a garantia em iminente expiração, principalmente os do site de backup.



Conformidade Legal

Os atos de gestão patrimonial estão vinculados a Lei nº 8.666/93; Decreto nº 99.658/90; Decreto nº 9.373/18 e Manual SIAFI.

Torna-se importante registrar que ultimamente a UPC tem enfrentado dificuldades com a gestão de patrimônio em função da ineficiência do Sistema de Controle Patrimonial disponível. Com efeito, o sistema de gestão patrimonial tem apresentado diversas inconsistências, porém no âmbito da UPC pouca coisa pode ser feita, a não ser a busca de suporte junto à empresa responsável por tal solução tecnológica.

É que o contrato que garante a disponibilização do sistema em questão foi celebrado pelo TSE e encontra-se sob a gestão daquela Corte Superior.

As inconsistências na interação entre o sistema contratado pelo TSE e o SIAFI, tem ocasionado diversas restrições nos relatórios mensais de movimentação de bens e, por isso, foi instaurado procedimento administrativo pela UPC com a finalidade de levantar exatamente quais soluções poderão ser buscadas junto ao TSE para buscar, em definitivo, uma solução para o problema que vem sendo enfrentado.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos.



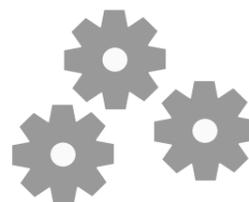
Aquisição de 102 computadores no valor de R\$ 468.365,00;



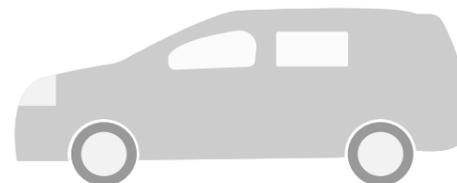
Aquisição de 74 impressora a laser R\$ 134.680,00;



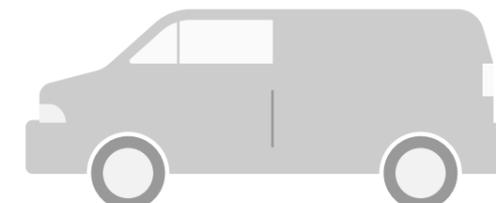
Aquisição de servidor da solução hiperconvergente com software de gerenciamento e virtualização - Part numbers: Nutanix NX-6155-G5, garantia e suporte por 3 anos, no valor de R\$ 302.029,59;



Aquisição de servidor da solução hiperconvergente com software de gerenciamento e virtualização - Part numbers: Nutanix NX-6155-G5, garantia e suporte por 3 anos, no valor de R\$ 1.505.855,95;



Aquisição de 3 (três) automóveis tipo utilitário de serviço, com motor bicomustível, 4 cilindros, marca Chevrolet, modelo Spin, no valor de R\$ 231.000,00;



Aquisição de veículo utilitário (Furgão) para transporte de cargas, motor a diesel, com 4 cilindros, Potência de 130 CV, marca IVECO, modelo Dayly City 30S13, no valor de R\$ 134.900,00.

Com o novo conceito de computação hiperconvergente, foram unidas todas as camadas do datacenter (armazenamento, rede, virtualização e servidores) em um único sistema integrado de gerenciamento, proporcionando maior resiliência, alta disponibilidade em modo ativo/ativo e maior confiabilidade.

Como resultado, passou-se a dispor de armazenamento, virtualização e servidores de rede numa única solução, passando a obter alta disponibilidade em modo ativo/ativo entre o site principal e o de backup, aumentando o índice de disponibilidade dos serviços essenciais, aliado a um gerenciamento único e centralizado, com possibilidade, ainda, de crescimento da solução com aproveitamento de todo investimento inicialmente realizado.

De igual modo, a aquisição de novos veículos e computadores implicou na melhoria da infraestrutura operacional tudo convergindo para o atendimento do objetivo estratégico de aperfeiçoamento da gestão de logística e infraestrutura.

Gestão da Frota de Veículos

A gestão da frota de veículos do TRE/PB é regulada pela Portaria da Presidência nº 412/2016, de 14.04.2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 03.06.2016. Tal norma disciplina a utilização, a guarda e a manutenção dos veículos da frota ou à disposição do TRE/PB e encontra-se disponível no site do Tribunal, no link: <http://www.tre-pb.jus.br/legislacao/normas-internas/normas-internas>.

Os serviços de transporte, por meio da frota oficial, são imprescindíveis ao TRE-PB, possuindo alta relevância sobre as atividades deste Tribunal, uma vez que propicia o deslocamento de magistrados, servidores, documentos e materiais diversos entre as unidades



(STRE, Zonas Eleitorais, NATU's e NATT's) de todo estado, possibilitando que as unidades demandantes de transportes possam executar suas inúmeras ações.

Todos os veículos que integram a frota da UPC são segurados e rastreados via satélite e através desse sistema, torna-se possível a localização em tempo real de cada um deles, bem como a velocidade com que estão se deslocando. A UPC possui, ainda, sistema de controle de abastecimento da frota, a partir do qual torna-se possível a aferição da média de consumo.

As requisições para a utilização dos veículos da frota também são processadas por meio de sistema de TIC desenvolvido pela própria UPC. Por esse sistema a unidade ou servidor requisitante deve esclarecer qual o serviço a ser realizado, o destino pretendido, o tipo de veículo necessário e data de retorno. A partir de então outros controles complementares são desenvolvidos como: quilometragem de saída e retorno, monitoramento pelo rastreador, etc.

No exercício de 2018 houve a aquisição de veículos, destinados à substituição daqueles inservíveis e antieconômicos, não se configurando em acréscimo da frota. É importante esclarecer que a deliberação por aquisição de veículos pela Administração encontra respaldo no Relatório da Comissão destinada a realizar estudo analítico que justificasse ou não a vantagem em adquirir veículos em detrimento de locá-los, objeto do Processo SEI nº 0004684-08.2017.6.15.8000, que concluiu por manter frota própria, por se tratar da melhor solução do ponto vista econômico-financeiro quando consideradas as características dos serviços da UPC.

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A gestão administrativa do Tribunal com a percepção das necessidades de dotar as suas unidades de condições salubres para o desenvolvimento do trabalho e bem-estar dos servidores e do público em geral, envidou esforços buscando a melhoria desses locais, investindo na realização de reparos construtivos e em manutenção predial. A despesa de 2018 com o contrato de reparos construtivos foi de R\$ 217.785,10.

Já com manutenção predial, os custos em 2018 totalizaram R\$ 1.174.263,50, incluindo valores referentes à mão de obra, horas extras, diárias, material, suprimento de fundos, recarga de extintores e manutenção de elevadores.

Desfazimento de ativos

O valor total de baixa patrimonial no exercício de 2018 foi de R\$ 447.678,71.

Locações de imóveis e equipamentos

O TRE/PB mantém 19 (dezenove) contratos de locação de prédios de terceiros para funcionamento dos Cartórios Eleitorais, cuja despesa total mês é de R\$ 35.477,95 (trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos). Tais imóveis encontram-se distribuídos no interior do Estado da Paraíba.

A política de locação de imóvel é adotada quando a sede da zona eleitoral não possui prédio próprio ou quando há a necessidade de desocupação do prédio próprio para fins de manutenção ou reformas. Antes da locação, entretanto, verifica-se junto a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) sobre a disponibilidade de prédios da União na localidade, bem como sobre a possibilidade de cessão de algum imóvel eventualmente existente. Somente após esta fase é que é liberada a pesquisa de mercado para o aluguel.

Com relação às despesas com benfeitorias em imóveis locados, a UPC adota a política de que as benfeitorias necessárias devam ser de responsabilidade do proprietário, bem como algumas benfeitorias úteis, tais como as relacionadas à acessibilidade. Até o momento, ações deste tipo são executadas diretamente pelo proprietário, sem que a Justiça Eleitoral faça quaisquer deduções nos valores do aluguel.

Quanto às benfeitorias úteis, o TRE sempre tem exigido dos proprietários as intervenções voltadas à garantia de acessibilidade, tais como: rampas de acesso, corrimãos, wcs com apoio e portas com larguras dentro dos padrões legais para portadores de necessidades especiais, antes de alugar os imóveis.

Mudanças e desmobilizações relevantes

Durante o exercício 2018, várias Zonas Eleitorais foram extintas e uma mudou de sede.

Com efeito, por força das disposições contidas na Resolução TRE/PB nº 14/2017, alteradas pelas Resoluções 23/2017 e 15/2018, que estabeleceram o rezoneamento eleitoral no Estado, foram extintas as seguintes Zonas Eleitorais na Paraíba: 54ª Zona – Belém, 39ª Zona – Bonito de Santa Fé, 12ª – Serraria, 15ª – Caiçara, 5ª Zona – Pilar, 45ª Zona – Pilões, 46ª Zona – Alagoinha, 3ª Zona – Cruz do Espírito Santo, 21ª Zona – Cabaceiras e 71ª Zona – Campina Grande.

Por outro lado, a 74ª Zona, anteriormente sediada no município de Prata, foi transferida para o município de Água Branca e a 42ª Zona que antes era em Cajazeiras, passou para o município de Itaporanga.

Já a 53ª Zona Eleitoral, com sede em Uiraúna no alto sertão do Estado, que antes funcionava em uma sala cedida pelo Fórum da Justiça Comum Estadual em instalações apertadas e precárias, foi transferida para um imóvel locado reformado, limpo e com acessibilidade, garantindo ambiente de trabalho salubre e confortável aos servidores e usuários da Justiça Eleitoral no município.

Principais desafios e ações futuras

Manter um ativo patrimonial adequado às necessidades e em boas condições de uso. A UPC possui sob sua responsabilidade alguns imóveis que carecem de investimentos em reformas, entretanto, por limitações orçamentárias, sobretudo a partir do advento da EC nº 95/2016, tais reformas ainda não foram implementadas. Nessa situação se encontram os Fóruns de Teixeira, Gurinhém, Esperança, São José de Piranhas e a expectativa é que sejam desocupados os Fóruns de Mamanguape, Jacaraú, Taperoá e Coremas.



Conformidade

A resolução CNJ nº 211/2015, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), apresenta requisitos a serem observados pelos Órgãos do Poder Judiciário no que concerne à tecnologia da informação e comunicação. Para o cumprimento desses requisitos, um plano de trabalho foi elaborado e atualmente está em fase de revisão. O aferimento dos requisitos estabelecidos na ENTIC-JUD pode ser realizado através do Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário iGovTIC-JUD 2018, onde o TRE-PB obteve índice 0,63, numa escala que varia de 0 a 1.

Modelo de Governança de TIC

O modelo de governança de TIC está inserido na governança institucional, estabelecido na Res. TRE-PB nº 10/2017.

Como instância interna de governança, há o Comitê de Governança de TIC, responsável pelo monitoramento, avaliação e direcionamento das atividades e investimentos relacionados à TIC e formado por representantes da Diretoria Geral, Secreta Judiciária, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Administração e Orçamento, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e Corregedoria Regional Eleitoral.

Como instância interna de apoio à governança, há o Comitê de Gestão de TIC - formado pelo Secretário e Coordenadores da área de TIC, responsável por elaborar, monitorar, avaliar e revisar os planos táticos e operacionais, além de acompanhar os processos, projetos e riscos da área de TIC.

Montante de Recursos Aplicados em TIC

Em 2018, foram aplicados R\$ 5.084.138,88 na contratação de serviços e equipamentos de TIC.

Contratações mais relevantes de recursos de TIC

- Link de comunicação entre as unidades do TRE: R\$ 1.464.046,04;
- Solução hiperconvergente do datacenter: R\$ 1.898.569,18.

Principais iniciativas (Sistemas e Projetos) e resultados na área de TIC por Cadeia de Valor

Em desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, os principais projetos foram:

- “Atendimento Virtual ao Eleitor”: pelo impacto e inovação apresentados pelo projeto;
- “Autorize-se 2018”, que trata da implementação de novas regras para concessão de serviço extraordinário para as Eleições 2018: em razão da dimensão do projeto e da melhoria nos controles para pagamento de serviço extraordinário;
- Portal da Corregedoria: por contribuir para análise de dados das movimentações processuais, auxiliando a tomada de decisão do TRE-PB na prestação jurisdicional.

Na área de infraestrutura, os principais projetos foram:

- “Infraestrutura de TIC nos cartórios 2018”: que promoveu a atualização de estações de trabalho nos cartórios eleitorais da Paraíba;
- “Atualização da infraestrutura de TIC da Secretaria do Tribunal”: que promoveu a atualização das estações de trabalho utilizadas na sede do TRE-PB;
- “Ampliação da alta disponibilidade do datacenter e serviços de comunicação de dados”: iniciado em 2018 com o objetivo de implantar uma solução de hiperconvergência no datacenter do TRE-PB, aumentando sua capacidade de processamento e armazenamento, em atendimento aos requisitos exigidos pelo Conselho Nacional de

Justiça.

Em relação às Eleições 2018, os principais projetos da área de TIC foram:

- “Convocação de colaboradores voluntários para apoio logístico 2018”: projeto inovador, que nas Eleições 2018, substituiu a terceirização das atividades de suporte à votação pela convocação de cidadãos;
- “Preparação de urnas 2018”: preparação de 11.593 urnas para cada um dos turnos das Eleições 2018;
- Totalização de resultados 2018: relacionado às atividades de testes, treinamento e suporte ao sistema de gerenciamento, responsável por suportar a totalização de resultados nas Eleições 2018;
- Transmissão de resultados 2018: preparação de 54 pontos de transmissão descentralizada, promovendo melhor celeridade na totalização de resultados e transparência ao processo;
- Suporte de TIC 2018: provimento de suporte remoto ou presencial avançado nas atividades de instalação de seções, votação, apuração, transmissão e totalização nas Eleições 2018.

Segurança da Informação

Em 2018, ocorreu a criação do Núcleo de Segurança da Informação, responsável pela gestão do macroprocesso de segurança da informação no âmbito de atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. As principais atividades capitaneadas pelo núcleo e executadas em conjunto com outras áreas de TIC foram:

- avaliação de vulnerabilidades dos serviços de TIC disponibilizados na internet, com indicação das melhorias a serem aplicadas;
- aprimoramento da segurança das redes sem fio do TRE-PB;
- aprimoramento do acesso externo através de redes privadas virtuais (vpn).



Uma sociedade cada vez mais dinâmica exige que suas demandas sejam atendidas com mais rapidez e eficiência, incluindo as ofertadas pelo serviço público. Nesse contexto, a área de tecnologia da informação e comunicação do TRE-PB tem experimentado um aumento significativo nas demandas por novos serviços, melhorias nos serviços já existentes e atualização da infraestrutura de TIC, o que exige desenvolvimento ou contratação de soluções, além de investimentos em equipamentos e softwares.

Por outro lado, a força de trabalho atualmente alocada na área de TIC é menor do que há 10 anos, em razão de relotações de servidores para outras áreas, término de período de aquisições de servidores de outros órgãos e encerramento de contrato de terceirização de serviços de TIC.

Da mesma forma, a necessidade de diminuir o déficit do governo federal tem imposto uma redução drástica no orçamento do TRE-PB, incluindo a área de tecnologia da informação e comunicação. Em 2019, por exemplo, não foi autorizado orçamento destinado a aquisição de bens permanentes de TIC, incluindo equipamentos e licenças de software.

Portanto, o grande desafio da área de TIC é atender os interesses de seus usuários internos e externos diante de um cenário de severa limitação orçamentária e de pessoal. Como alternativa, a área de TIC do TRE-PB precisará aperfeiçoar seus processos e melhorar os processos de governança e gestão de TIC, para que uma atuação mais eficiente possa compensar, ao menos em parte, as limitações apresentadas.



Sustentabilidade Socioambiental

A Sustentabilidade do TRE-PB é exercida através do Plano de Logística Sustentável (PLS/TRE-PB) para o triênio 2017-2019, podendo ser consultado em:

<http://portal.tre-pb.gov.br/intranet/administracao/planejamento-estrategia-e-gestao/gestao-socioambiental/tre-pb-resolucao-17-2017-plano-logistica-sustentavel-anexo-i-2.pdf>

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

A elaboração do manual de compras e contratações sustentáveis do TRE-PB encontra-se em fase de conclusão. Entretanto, desde 2017 vêm sendo ampliadas as aquisições de bens e serviços com critérios de sustentabilidade ambiental, podendo ser destacados:

- Tecnologia da Informação: comprovação de eficiência energética nas aquisições de impressoras, notebooks e workstations, logística reversa, e possibilidade de reposição de peças e destinação ambientalmente adequada no pós-uso;

- Bens permanentes (mobiliário, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e veículos): observância de eficiência energética, tais como tecnologia LED nas luminárias e comprovação de adequação às normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores – Resolução 415/2009/CONAMA), na aquisição de veículos;

- Bens de consumo (material de expediente): logística reversa no fornecimento de cartuchos de tóner; envelopes para material de apoio a eleições em papel reciclado; produtos de limpeza e higiene pessoal com elementos biodegradáveis, hipoalergênicos, com registro na ANVISA, comercializáveis em refil, embalagens recicladas ou recicláveis, sabão em barra e detergentes em pó isentos de fósforo ou com teor tolerável conforme Resolução Nº 359/2005/CONAMA;

- Engenharia e arquitetura: itens de reposição e reparos fornecidos pelas empresas terceirizadas, que ocasionalmente atendem solicitação para utilização de itens sustentáveis, a exemplo de reposição de torneiras convencionais por outras de pressão.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DE CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Papel

Contribuiu para a redução a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), no âmbito do 2º grau, com perspectiva de redução mais significativa através da implantação do PJE no 1º grau, prevista para meados de 2019.

2016
5.811 resmas

2018
4.633 resmas

Redução de 20,27% no consumo, em relação a 2016

Energia

Substituição significativa de lâmpadas fluorescentes e econômicas por lâmpadas de LED, de aparelhos condicionadores de ar dos Cartórios Eleitorais por equipamentos mais eficientes, reposição de equipamentos elétricos com critérios de eficiência energética, desligamento do sistema central de refrigeração do edifício-sede trinta minutos antes do final do expediente e a manutenção de sensores de presença nas escadarias do edifício-sede.



Redução de 11,09% no consumo

Em relação a 2016

Água

Em 2018 foi iniciada a substituição gradual de torneiras dos sanitários do edifício-sede e dos Cartórios Eleitorais por torneiras com acionadores de pressão. No quadro de iniciativas para 2019 consta um estudo para reavaliar a solução de climatização do edifício-sede, cujo sistema de operação necessita de elevado consumo de energia elétrica e de água tratada.



Aumento de 12,35% no consumo em relação a 2016

Combustível

O TRE-PB vem adotando a racionalização do uso de combustível e veículos, aperfeiçoando a logística ao concentrar deslocamentos para a mesma região, com aproveitamento da mesma viagem para diferentes finalidades.



Redução da utilização de combustível fóssil em 18,58%

Percentual este substituído por etanol

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

Copos descartáveis

2016
8.986 centos de copo

2018
7.833 centos de copo



Redução de 12,83% no consumo, em relação a 2016

O TRE-PB realiza regularmente a coleta seletiva solidária, desde 2012, em parceria com associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, conforme regras estabelecidas no Decreto nº 5.940/2006. A meta de coleta de 5,1 toneladas de resíduos recicláveis em todas as unidades do TRE-PB foi largamente ultrapassada, com a entrega de um total de 16.037,2 quilos de resíduos sólidos recicláveis a entidades de catadores.

Os demais resíduos poluentes produzidos no TRE-PB foram aqueles classificados como resíduos perigosos (Classe I):

VEJA NA PRÓXIMA PÁGINA





PILHAS E PEQUENAS BATERIAS: recolhidas por servidores das unidades que as utilizam e depositadas em pontos de coleta espalhados na cidade.



RESÍDUOS HOSPITALARES: produzidos pela seção de Assistência à Saúde, são coletados regularmente, mediante contrato de prestação de serviço, por empresa especializada.



LÂMPADAS FLUORESCENTES: coletado passivo ambiental de 7.525 lâmpadas fluorescentes por empresa especializada. Em 2019 será concluída a substituição por lâmpadas LED.



TÔNER: aquisições de cartuchos a partir de 2017 são devolvidos aos fornecedores, conforme cláusulas contratuais que contemplam a logística reversa.



BATERIAS AUTOMOTIVAS: devolvidas ao fornecedor, no ato da aquisição de uma nova.



BATERIAS NO-BREAK: devolvidas ao fornecedor, conforme cláusula contratual de logística reversa.



BATERIAS DE URNA ELETRÔNICA: recolhidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

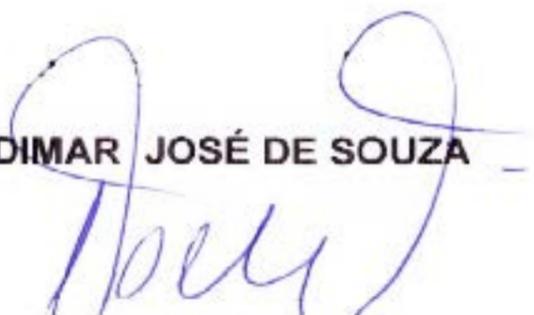
Declaração do contador

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes no SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa), regidos pela Lei nº. 4.320/1964, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

- Constatação de diferença de R\$ 3.000,00 (três mil reais) entre os valores constantes do aplicativo SPIUNET e o saldo da conta 12321.0101 Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet constante do SIAFI, Posição em 31 de dezembro de 2018;
- Os encargos de depreciação dos bens móveis relativos ao mês de dezembro de 2018 não foram lançados no SIAFI no referido mês, o que deverá ensejar alteração no resultado econômico e também na situação patrimonial.
- O Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB do mês de dezembro de 2018 não foi apresentado, inviabilizando assim a conciliação dos saldos e da movimentação nas contas quando da comparação dos registros nos aplicativos SIAFI x ASIWeb.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

João Pessoa – Paraíba, 08/03/2019
EDIMAR JOSÉ DE SOUZA
CRC-CE nº 0165470-O

EDIMAR JOSÉ DE SOUZA




Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2019 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				





EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
08/03/2019

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	166.887.392,64	166.887.392,64
TOTAL	-	-	166.887.392,64	166.887.392,64
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	143.340.262,00	153.119.830,00	162.938.596,64	161.762.690,27	161.756.977,12	-9.818.766,64
Pessoal e Encargos Sociais	117.265.781,00	127.810.753,00	129.964.993,38	129.964.993,38	129.964.993,38	-2.154.240,38
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.074.481,00	25.309.077,00	32.973.603,26	31.797.696,89	31.791.983,74	-7.664.526,26
DESPESAS DE CAPITAL	2.665.282,00	4.473.168,00	3.948.796,00	3.708.624,65	3.708.624,65	524.372,00
Investimentos	2.665.282,00	4.473.168,00	3.948.796,00	3.708.624,65	3.708.624,65	524.372,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	146.005.544,00	157.592.998,00	166.887.392,64	165.471.314,92	165.465.601,77	-9.294.394,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-

Quadro 14: Balanço Orçamentário





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
-------------------	------------------

EMISSAO 08/03/2019	PAGINA 3
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	146.005.544,00	157.592.998,00	166.887.392,64	165.471.314,92	165.465.601,77	-9.294.394,64
TOTAL	146.005.544,00	157.592.998,00	166.887.392,64	165.471.314,92	165.465.601,77	-9.294.394,64

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	35.724,86	570.942,08	442.424,82	439.753,01	164.242,12	2.671,81
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	35.724,86	570.942,08	442.424,82	439.753,01	164.242,12	2.671,81
DESPESAS DE CAPITAL	23.000,00	48.082,14	68.910,86	68.910,86	2.171,28	-0,00
Investimentos	23.000,00	48.082,14	68.910,86	68.910,86	2.171,28	-0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	58.724,86	619.024,22	511.335,68	508.663,87	166.413,40	2.671,81

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.141,63	8.883,77	8.883,77	8.141,63	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.141,63	8.883,77	8.883,77	8.141,63	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	8.141,63	8.883,77	8.883,77	8.141,63	-





EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
08/03/2019

PAGINA
1

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	2.399.640,16	2.023.402,97	PASSIVO CIRCULANTE	3.215.411,90	995.680,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	859.796,54	231.143,99	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.207.026,94	978.654,72
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	209.230,64	250.592,02	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8.384,96	13.274,35
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.225.569,35	1.529.174,63	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	105.043,63	12.492,33	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	3.751,05
ATIVO NÃO CIRCULANTE	52.169.230,69	52.518.975,73	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.215.411,90	995.680,12
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2018	2017
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	50.025.186,12	50.808.092,06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	25.339.940,14	26.554.299,27	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	51.534.155,52	49.685.426,74	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-26.194.215,38	-23.131.127,47	Resultados Acumulados	51.353.458,95	53.546.698,58
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-1.896.155,52	-6.114.600,40
Bens Imóveis	24.685.245,98	24.253.792,79	Resultados de Exercícios Anteriores	53.546.698,58	60.267.776,64
Bens Imóveis	26.288.683,85	25.339.211,96	Ajustes de Exercícios Anteriores	-297.084,11	-606.477,66
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.603.437,87	-1.085.419,17	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.353.458,95	53.546.698,58
Intangível	2.144.044,57	1.710.883,67			
Softwares	2.144.044,57	1.710.883,67			
Softwares	2.144.044,57	1.710.883,67			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			

Quadro 15: Balanço Patrimonial





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EMISSAO
08/03/2019

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	54.568.870,85	54.542.378,70	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.568.870,85	54.542.378,70

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	859.796,54	231.143,99	PASSIVO FINANCEIRO	1.424.462,68	694.774,48
ATIVO PERMANENTE	53.709.074,31	54.311.234,71	PASSIVO PERMANENTE	3.207.026,94	978.654,72
			SALDO PATRIMONIAL	49.937.381,23	52.868.949,50

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	663.841,67	10.844,45	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	28.501.454,83	30.299.526,85
Execução dos Atos Potenciais Ativos	663.841,67	10.844,45	Execução dos Atos Potenciais Passivos	28.501.454,83	30.299.526,85
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	663.841,67	10.844,45	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	28.501.454,83	30.299.526,85
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	663.841,67	10.844,45	TOTAL	28.501.454,83	30.299.526,85

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-579.351,14
Recursos Vinculados	14.685,00
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	14.685,00
TOTAL	-564.666,14





EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
08/03/2019

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	170.648.022,58	153.621.175,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	375,84
Impostos	-	-
Taxas	-	375,84
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.094.383,41	7.992,09
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.094.383,41	7.992,09
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	17,51	484,02
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	17,51	484,02
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	168.437.518,64	148.165.002,15
Transferências Intragovernamentais	166.638.535,85	147.103.753,64
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.798.982,79	1.061.248,51
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	223.007,21	17.802,20
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	214.865,58	17.802,20
Ganhos com Desincorporação de Passivos	8.141,63	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	893.095,81	5.429.518,75
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Quadro 16: Demonstrações das Variações Patrimoniais





EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
08/03/2019

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	893.095,81	5.429.518,75
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	172.544.178,10	159.735.775,45
Pessoal e Encargos	125.073.936,05	108.955.441,55
Remuneração a Pessoal	99.218.446,26	88.695.953,99
Encargos Patronais	15.974.374,85	14.476.338,64
Benefícios a Pessoal	6.484.305,61	5.711.448,93
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3.396.809,33	71.699,99
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.926.980,07	16.643.146,86
Aposentadorias e Reformas	11.978.781,79	11.467.522,94
Pensões	5.839.490,15	5.166.961,76
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	108.708,13	8.662,16
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	26.501.433,88	24.719.745,77
Uso de Material de Consumo	2.443.230,06	1.305.586,13
Serviços	19.641.225,21	18.163.115,69
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.416.978,61	5.251.043,95
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.115,24	2.568,15
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	8.115,24	2.568,14
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	0,01
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.345.130,31	7.090.465,78
Transferências Intragovernamentais	928.127,63	4.880.707,12
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.417.002,68	2.209.758,66
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	108.386,63	1.457.319,36
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	108.386,63	1.457.319,36





EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
08/03/2019

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	164.753,43	320.105,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.766,82	31.589,27
Contribuições	133.986,61	288.516,43
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	415.442,49	546.982,28
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	415.442,49	546.982,28
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.896.155,52	-6.114.600,40

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017





EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
08/03/2019

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	4.406.188,06	1.690.863,82
INGRESSOS	168.443.590,89	152.216.197,45
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	168.443.590,89	152.216.197,45
Ingressos Extraorçamentários	903.661,30	232.436,12
Transferências Financeiras Recebidas	166.638.535,85	147.103.753,64
Arrecadação de Outra Unidade	901.393,74	4.880.007,69
DESEMBOLSOS	-164.037.402,83	-150.525.333,63
Pessoal e Demais Despesas	-147.307.748,16	-130.937.916,52
Legislativo	-	-
Judiciário	-129.348.824,54	-114.218.198,96
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-17.958.923,62	-16.719.717,56
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-

Quadro 17: Demonstrações dos Fluxos de Caixa





EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
08/03/2019

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-14.897.865,74	-14.474.182,14
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-14.897.865,74	-14.474.182,14
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-1.831.788,93	-5.113.234,97
Dispêndios Extraorçamentários	-903.661,30	-232.527,85
Transferências Financeiras Concedidas	-928.127,63	-4.880.707,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.777.535,51	-2.515.539,72
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.777.535,51	-2.515.539,72
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.284.654,61	-1.645.427,03
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-492.880,90	-870.112,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	628.652,55	-824.675,90





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
-------------------	------------------

EMISSAO 08/03/2019	PAGINA 3
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	231.143,99	1.055.819,89
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	859.796,54	231.143,99



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
-------------------	------------------

EMISSAO 08/03/2019	PAGINA 1
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	166.887.392,64	147.102.086,82
Ordinárias	-	-	Ordinárias	150.814.800,00	131.940.409,08
Vinculadas	-	-	Vinculadas	16.072.592,64	15.161.677,74
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	13.189.579,00
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Previdência Social (RPPS)	14.027.331,42	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.045.261,22	1.972.098,74
Transferências Financeiras Recebidas	166.638.535,85	147.103.753,64	Transferências Financeiras Concedidas	928.127,63	4.880.707,12
Resultantes da Execução Orçamentária	166.133.486,47	146.210.889,40	Resultantes da Execução Orçamentária	26.712,89	699,42
Sub-repasso Recebido	166.133.486,47	146.210.889,40	Sub-repasso Devolvido	26.712,89	699,42
Independentes da Execução Orçamentária	505.049,38	892.864,24	Independentes da Execução Orçamentária	901.414,74	4.880.007,70
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	505.028,38	892.864,23	Movimento de Saldos Patrimoniais	901.414,74	4.880.007,70
Demais Transferências Recebidas	10,50	-	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	10,50	0,01	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-	Despesas Extraorçamentárias	1.421.208,94	1.685.987,40
Recebimentos Extraorçamentários	3.226.845,91	5.740.351,80	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.883,77	2,73
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.713,15	8.883,77	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	508.663,87	1.453.456,82
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.416.077,72	619.024,22	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	903.661,30	232.527,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	903.661,30	232.436,12	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	901.393,74	4.880.007,69			
Arrecadação de Outra Unidade	901.393,74	4.880.007,69			
Saldo do Exercício Anterior	231.143,99	1.055.819,89	Saldo para o Exercício Seguinte	859.796,54	231.143,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	231.143,99	1.055.819,89	Caixa e Equivalentes de Caixa	859.796,54	231.143,99
TOTAL	170.096.525,75	153.899.925,33	TOTAL	170.096.525,75	153.899.925,33



INFORMAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é órgão da Justiça Eleitoral, conforme previsto no art. 118, inciso II da Constituição Federal. Suas competências estão elencadas nos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral) e artigos. 23 a 25 da Resolução TRE/PB nº 09/2015 (Regimento Interno).

Conforme já descrito neste relatório, tem por finalidade garantir, no âmbito do Estado da Paraíba, a eficiência, a lisura e a legitimidade do processo eleitoral, assegurando a plena manifestação da vontade do cidadão pelo exercício do direito de votar e de ser votado, contribuindo para o fortalecimento da democracia e a consolidação do Estado de Direito.

ENCARGOS DE DEPRECIAÇÃO

Obedecendo ao princípio contábil da competência, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba reconhece a necessidade de apropriar, ao resultado do período, as despesas decorrentes da redução do valor dos componentes patrimoniais pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência ao longo da vida útil dos citados componentes. Essas despesas são denominadas encargos de depreciação e somente deixam de ocorrer quando do término do período de vida útil do ativo. Nesse momento, seu valor contábil será igual ao seu valor residual ou, na falta deste, igual a zero. A partir daí, cada componente patrimonial somente poderá ser depreciado se houver uma reavaliação, acompanhada de uma análise técnica que defina o seu tempo de vida útil restante. A depreciação cessa quando o ativo é baixado. Entretanto, não cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado de uso.

Em função de suas características, alguns itens do ativo não deverão ser depreciados. Como exemplos de bens que não se encontram sujeitos à depreciação têm-se os terrenos e os bens de natureza cultural.

Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto dos bens móveis e imóveis registrados no imobilizado obedecem às disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, item “3.2.5”, com reconhecimento inicial baseado no valor de aquisição, produção ou construção. Tratando-se de ativo imobilizado obtido a título gratuito, é considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos do instrumento de doação.

O valor bruto contábil é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, no presente caso, 31 de dezembro de 2018, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

A vida útil é o período de tempo durante o qual a entidade pública espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes, cuja obtenção é esperada em decorrência da utilização do ativo.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado é o das quotas constantes, excetuando os bens de uso especial registrados no SPIUNET, cuja realização do cálculo da depreciação e respectivo registro contábil automático no SIAFI estão a cargo do próprio SPIUNet – Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União.

De acordo com o artigo 7º da Portaria Conjunta SPU/STN Nº 703, de 10 de dezembro de 2014, o valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e caracte-





**OUTRAS INFORMAÇÕES
RELEVANTES**

Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e limites do relatório

A identificação, avaliação e priorização dos temas relevantes apresentados no Relatório Integrado do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, foi resultado de um processo de trabalho que envolveu a alta gestão e grupo de servidores de todas as áreas do Tribunal.

Os temas foram determinados a partir do modelo de negócios do TRE/PB, buscando demonstrar como transformamos nossos recursos e geramos valor para a sociedade.

Registra-se que a estratégia adotada para determinar a materialidade e definir os limites deste relatório teve como foco a integração entre as unidades, a participação da alta gestão e a conectividade das informações, formalizadas em processo próprio, debatidas e avaliadas em reuniões.

Como resultado desse processo, destacaram-se os seguintes temas:

- Eleições
- Cidadania
- Relacionamento com a sociedade
- Governança
- Estratégia Institucional
- Riscos e controles Internos
- Prestação Jurisdicional
- Orçamento e execução financeira
- Gestão de Pessoas
- Tecnologia da informação e comunicação
- Sustentabilidade

Quanto aos limites do relatório, ressalta-se que foi adotada uma abordagem ampla, primando pela transparência dos atos de gestão à sociedade e aos órgãos de controle.

Nesse sentido, inspirados na Estrutura Internacional de Relatório Integrado do Conselho Internacional para Relatório Integrado (IIRC), buscou-se unificar informações financeiras e não financeiras, de maneira concisa, apresentando como a estratégia, a governança, o desempenho e a visão de futuro da Justiça Eleitoral da Paraíba, no contexto do seu ambiente externo, levam à criação de valor em curto, médio e longo prazos.



Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

1. Acórdão 1832/2018 Plenário - sobre o portal da transparência (Processo SEI nº 0007076-81.2018.6.15.8000)

Conforme informação do próprio TCU, no Ofício nº 0483/2018, dentre as 135 organizações fiscalizadas pelo TCU quanto ao tema “transparência”, a nota máxima alcançada no ranking do índice de transparência foi 0,89, enquanto que a nota mínima foi 0,14.

O TRE-PB atingiu a nota 0,76 e sua colocação neste ranking é 24ª. Em resumo, dos 164 itens, este TRE cumpriu integralmente 100 e parcialmente 28.

EM CUMPRIMENTO - Após envio do acórdão a este Regional para cumprimento dos itens ainda pendentes, foi autuado processo SEI acima citado e, dentro do prazo estipulado pelo TCU, foi encaminhado o Ofício 448 aquele órgão de controle externo, informando todas as medidas que foram tomadas para cumprimento dos itens informados como “não cumpridos” pelo TCU. O TRE/PB espera, com as novas informações prestadas por meio do Ofício 448, que o TCU considere como cumpridas (ou em cumprimento) as recomendações anteriormente tidas como “não cumpridas” por este Regional.

2. Acórdão 5455/2018 – 2ª Câmara julgou ilegal a aposentadoria de Maria Lúcia Cândido Santos (Processo SEI nº 0000678-84.2019.6.15.8000)

Em obediência ao que foi decidido no Acórdão TCU nº 5455/2018 - Segunda Câmara, Relator José Múcio Monteiro - Tipo de processo: APOSENTADORIA (APOS), Interessada: MARIA LÚCIA CÂNDIDO SANTOS 0464692, este Tribunal realizou a alteração da Portaria nº 893/2016 TRE-PB/PTRE/ASPRE, por meio da Portaria nº 101/2019 TRE-PB/PTRE/ASPRE, publicada no Diário Oficial da União, seção 2, de 18 de fevereiro de 2019, para constar a alteração da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), modificando a incorporação de 4/5 de função comissionada, nível FC-1, para a incorporação de 3/5 (três quintos) de função comissionada, nível FC-1 e 1/10 (um

décimo) de função comissionada, nível FC-01.

Informo, ainda, que foi enviada notificação à servidora, com AR, em 05/02/2019 e o novo ato foi remetido para o Tribunal de Contas da União, via E-Pessoal.

CUMPRIDO - Após regular tramitação dos autos neste Regional, foi devidamente cumprida a decisão do TCU contida no Acórdão nº 5455/2018.

3. Acórdão 7278/2018 – 2ª Câmara – Contas do exercício 2016 (Processo SEI nº 0007828-53.2018.6.15.8000)

Foram feitas as seguintes recomendações para o TRE/PB no Acórdão 7.278/2018 - Segunda Câmara 0407429:

1.7 Recomendar ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba que corrija as seguintes falhas identificadas nos autos:

1.7.1. juntada desnecessária das instruções normativas da Coordenação de Controle Interno ao relatório de gestão;

1.7.2. inclusão desnecessária dos ocupantes do cargo de Secretário de Administração e Orçamento no rol de responsáveis;

1.7.3. inclusão da avaliação dos controles internos em peça distinta do relatório de auditoria de gestão; e

1.7.4. ausência, no relatório de auditoria da gestão, das informações relevantes sobre a atuação, funcionamento e relacionamento da unidade de controle interno com a alta administração.

EM PERMANENTE CUMPRIMENTO - Em atenção às recomendações do TCU contidas no Acórdão 7278/2018, informo que este Tribunal respondeu aquele órgão de controle externo, por meio de Ofício, registrando que as referidas recomendações serão adotadas doravante nos próximos relatórios de gestão.

4. Acórdão 9.480/2015 – 2ª Câmara – Guia de contratações sustentáveis

Processo TC-025.863/2014-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013).

Comunicação recebida oficialmente por este TRE no dia 02/12/2015. ACÓRDÃO Nº 9480/2015 - TCU – 2ª Câmara.

Item 1.7. Recomendar ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE/PB que:

[...]

b) revise e atualize a IN 01/2012 - PTRE, retirando a obrigação da Auditoria Interna (CCI/TRE) de apresentar o Parecer sobre a licitação, direcionando tal responsabilidade para uma unidade interna atrelada à Gestão do Tribunal, em consonância com o Acórdão 1.074/2009-TCU-Plenário, que obsta, à auditoria interna, atuar em atos de co-gestão;

[...]

e) insira no normativo interno que trata das contratações (IN 01/2012 - PTRE) o rito e as regras para os processos de prorrogação contratual e para as adesões às atas de registro de preços, possibilitando a uniformização desses feitos, tornando-os mais céleres e aprimorando os controles internos administrativos afetos;

[...]

g) institua uma comissão específica, ou, caso entenda pertinente, se valha da Comissão Permanente de Meio Ambiente já existente, visando à elaboração de um guia de contratações sustentáveis do TRE/PB, para o qual se indicou como modelo o “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho”, instituído pela Resolução CSJT 103/2012 e regulamente, internamente, os critérios de sustentabilidade a serem exigidos nas contratações do Tribunal, visando uniformizar o procedimento e efetivar a previsão já existente na IN 01/2012 – TRE/PB.

Por oportuno, informo que muitas ações tratadas pelo TCU já foram desempenhadas por este TRE para que pudéssemos dar pron-



to atendimento às recomendações do Colendo Órgão Superior de Controle Externo, como já informado nos Relatórios de Gestão anteriores.

Quanto às alíneas “b ” e “e”:

As recomendações contidas nessas alíneas, que tratam de solicitações para revisão, atualização e inclusão de novos temas na IN nº 01/2012, foram devidamente cumpridas, tendo sido publicada nova Instrução Normativa sobre a matéria, qual seja, IN nº 01/2018, publicada no DJE de 13.03.2018, nos termos do Processo SEI nº 0003299-25.2017.6.15.8000, como recomendado pelo TCU.

Quanto à alínea “g”:

Ressalta-se que existe neste Tribunal comissão encarregada de elaborar um guia de contratações sustentáveis, já em fase de conclusão, tudo conforme se observa do Processo SEI nº 0002047-21.2016.6.15.8000.

PARCIALMENTE CUMPRIDO - Desse modo, informo que, após regular tramitação dos autos acima citados, dos 7 (sete) itens recomendados ao TRE-PB pelo TCU, por meio do Acórdão 9.480/2015 – 2ª Câmara, 6 (seis) foram cumpridos, restando apenas um que já está em fase de cumprimento.

5. Acórdão 1504/2018 – 2ª Câmara – pensão civil Idelfonso Souto Maior – julgada ilegal (Processo SEI nº 0002549-86.2018.6.15.8000)

CUMPRIDO - Após regular tramitação dos autos e diante do pedido de reexame interposto pela pensionista interessada, o TCU suspendeu os efeitos do referido acórdão, não havendo mais providências a serem tomadas por este TRE.

6. Resposta a 21 indícios registrados pelo TCU no sistema e-Pessoal (Processo SEI nº 0006421-46.2017.6.15.8000)

CUMPRIDO - Conforme processo acima citado, após análise e

tratamento dos indícios registrados pelo TCU no sistema e-Pessoal, não há atualmente nenhum indício a ser respondido ou esclarecido ao TCU por este TRE-PB.

7. Envio mensal ao TCU, até o dia 15 de cada mês, via sistema e-Pessoal, de arquivos com dados da folha de pagamento dos servidores do TRE/PB (Processo SEI nº 0003698-20.2018.6.15.8000)

EM PERMANENTE CUMPRIMENTO - Atualmente este Tribunal vem cumprindo rotineiramente a determinação do TCU quanto ao envio de arquivos com dados da folha de pagamento dos servidores do TRE/PB.

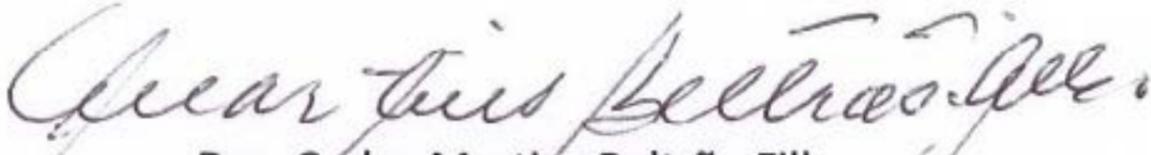


The background of the top half of the slide is a dark, blue-tinted photograph of a computer keyboard. The keys are slightly out of focus, but the words 'JUSTIÇA ELEITORAL' are clearly visible in the upper right portion of the image. The text is in a bold, sans-serif font. The overall lighting is dim, creating a professional and serious atmosphere.

Anexos e apêndices

Declaração de Integridade do Relato integrado

Declaro, como presidente e representante pela governança do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, que reconheço a responsabilidade a mim atribuída por assegurar a integridade deste relatório integrado e afirmo a aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação do referido documento. Por fim, ressalto o compromisso deste Tribunal com a conformidade exigida e considero que este relatório está de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado.


Des. Carlos Martins Beltrão Filho
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais dos partidos políticos

Sigla do Partido	Exercício		
	2017	2016	2015
DEM	480.000,00	1.480.000,00	438.000,00
PC do B	0,00	0,00	0,00
PCB	0,00	0,00	0,00
PCO	0,00	0,00	0,00
PDT	0,00	0,00	0,00
PEN	0,00	0,00	0,00
PHS	0,00	0,00	0,00
PMB	0,00	0,00	0,00
PMDB	1.157.290,92	1.653.894,53	1.874.727,69
PMN	0,00	0,00	0,00
PP	271.250,00	1.255.000,00	475.000,00
PPL	0,00	0,00	0,00
PPS	0,00	0,00	0,00
PR	165.000,00	300.775,48	130.441,63
PRB	0,00	60.640,00	55.750,00
PROS	0,00	0,00	0,00
PRP	0,00	0,00	0,00
PRTB	0,00	0,00	0,00
PSB	229.983,48	327.651,90	407.040,12
PSC	93.000,00	0,00	0,00
PSD	480.000,00	580.000,00	330.000,00
PSDB	987.706,29	1.307.659,85	3.173.223,21
PSDC	0,00	0,00	0,00
PSL	0,00	0,00	0,00
PSOL	0,00	0,00	0,00
PSTU	0,00	0,00	0,00
PT	842.359,08	994.099,28	1.061.037,98
AVANTE	0,00	0,00	0,00
PTB	253.000,00	510.000,00	140.000,00
PTC	0,00	0,00	0,00
PODE	0,00	0,00	0,00
PV	0,00	0,00	0,00
REDE	7.006,92	0,00	0,00
SD	114.145,87	387.142,00	298.737,30
NOVO	0,00	0,00	0,00

Tabela 5: Cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais dos partidos políticos

Lista de Siglas e Abreviações

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASIWeb - Sistema de Almoxarifado / Sistema de Patrimônio (bens móveis)
ASPLAN – Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão
ASPRES – Assessoria da Presidência
BSC - Balanced Scorecard
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
COAUDI – Coordenadoria de Auditoria Interna
COBIT - Control Objectives for Information and Related Technology
COF – Coordenadoria de Orçamento e Finanças
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPESES – Coordenadoria de Pessoal
COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CRC-CE – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará
DG – Diretoria-Geral
EAD – Educação a distância
EC – Emenda Constitucional
EJE – Escola Judiciária Eleitoral
ELO – Cadastro Nacional de Eleitores
Igov – Índice de Governança
iGovTIC-JUD – Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário
IE – Indicador Estratégico
ISO – Organização Internacional de Normalização
ITIL - IT Infrastructure Library
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MP – Ministério Público
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPE – Ministério Público Eleitoral
NATU – Núcleo de Apoio Técnico às Urnas Eletrônicas
NATT – Núcleo de Apoio Técnico e Treinamento
OE – Objetivo Estratégico
PA – Processo Administrativo
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PCT’s – Pólos de Contingência e Transmissão
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI – Plano Estratégico do TRE-PB
PETIC – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PGP – Proposta Geral de Projeto
PJE – Processo Judicial Eletrônico
PLS/TRE-PB – Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
PO – Proposta Orçamentária
PorTCRE – Portal Transparência de Indicadores e Metas da JE
PROCONVE – Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores
PTRE – Presidência do Tribunal Regional Eleitoral
RAE – Reunião de Análise da Estratégia
RES – Resolução
RFID - “Radio Frequency Identification”
RMB – Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
SAO – Secretaria de Administração e Orçamento
SEBMI – Seção de Biblioteca e Memória Institucional
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SECON – Seção de Contabilidade
SERF – Secretaria de Registros Funcionais
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SGRH – Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGEC – Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
SOF/TSE – Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN- Secretaria do Tesouro Nacional
SPIUNET – Sistema de Gestão dos Imóveis de uso especial da União
STRE – Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
TCA – Termo Circunstanciado Administrativo
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TRE/PB – Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UG – Unidade Gestora
UPC – Unidade Prestadora de Contas

Lista de Tabelas, Quadros, Gráficos e Figuras

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Matriz “Apetite a Riscos” - página 24
Tabela 2: Principais riscos estratégicos – página 26
Tabela 3: Objetivos Estratégicos de TIC x Plano Diretor de TIC – página 49
Tabela 4: Despesas com pessoal – página 62
Tabela 5: Cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais dos partidos políticos – página 93

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1: Ameaças e Oportunidades – página 13
Quadro 2: Principais planos do TRE/PB – página 17
Quadro 3: Resumo da autoavaliação do TRE/PB - levantamento de Governança e Gestão Públicas – página 19
Quadro 4: Evolução do indicador estratégico n.7, índice de cumprimento das recomendações expedidas nos relatórios de auditoria, nos últimos três semestres – página 20
Quadro 5: Auditorias – página 20
Quadro 6: Consultorias – página 20
Quadro 7: Quantitativo por situação de atendimento na Ouvidoria Eleitoral – página 22
Quadro 8: Metas CNJ- página 32
Quadro 9: Evolução da execução orçamentária – página 52
Quadro 10: Despesas por grupos e elemento de despesa – página 53
Quadro 11: Despesas por modalidade de contratação – página 54
Quadro 12: Execução Orçamentária 2017 – página 55
Quadro 13: Execução Orçamentária 2018 – página 56
Quadro 14: Balanço Orçamentário – página 76
Quadro 15: Balanço Patrimonial – página 78
Quadro 16: Demonstrações das Variações Patrimoniais – página 80
Quadro 17: Demonstrações dos Fluxos de Caixa – página 83

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Postagens nas Redes Sociais - página 22
Gráfico 2 - Tipos de Solicitações - página 22
Gráfico 3 - Situação dos Chamados - página 22
Gráfico 4 - Pesquisa de Satisfação 1º Quadrimestre 2018 - página 23
Gráfico 5 - Pesquisa de Satisfação 2º Quadrimestre 2018 - página 23
Gráfico 6 - Pesquisa de Satisfação 3º Quadrimestre 2018 - página 23
Gráfico 7 - Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores - Geral - página 28
Gráfico 8 - Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores – Perspectiva Sociedade - página 29
Gráfico 9 - Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores – Perspectiva Processos Internos - página 31
Gráfico - 10 Justiça Eleitoral em Números - Despesas Totais - página 33
Gráfico - 11 Justiça Eleitoral em Números - Força de Trabalho - página 33
Gráfico - 12 Justiça Eleitoral em Números - Gestão Judiciária - página 33
Gráfico - 13 Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores – Perspectiva Pessoas e Recursos - página 42
Gráfico -14 Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos e seus Indicadores – Perspectiva Pessoas e

- Recursos - página 43
Gráfico - 15 Alcance das Metas dos Objetivos Estratégicos de TIC – Geral - página 44
Gráfico - 16 Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores – Perspectiva Sociedade - página 45
Gráfico - 17 Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores – Perspectiva Processos Internos - página 46
Gráfico - 18 Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores – Perspectiva Pessoas e Recursos - página 47
Gráfico - 19 Acompanhamento dos Objetivos Estratégicos de TIC e seus Indicadores – Pessoas e Recursos - página 48
Gráfico - 20 Despesas do Exercício 2018 - página 50
Gráfico - 21 Custos de 2018 - página 59
Gráfico - 22 Itens de Custos em Grandes Temas - página 59
Gráfico - 23 Comparativo da Evolução dos Gastos com Pessoal 2017/2018 - página 62
Gráfico - 24 Proporção dos Gastos com Pessoal em 2017 e 2018 - página 62

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Referencial Estratégico - página 7
Figura 2 Modelo de Negócio - página 8
Figura 3 Estrutura Organizacional - página 9
Figura 4 Mapa das Zonas Eleitorais - página 10
Figura 5 Cadeia de Valor - página 11
Figura 6 Mapa Estratégico - página 16
Figura 7 Sistema de Governança - página 18
Figura 8 Achados, Recomendações e Consultoria - página 20
Figura 9 Modelo de Gerenciamento de Riscos das “Três Linhas de Defesa” - página 25
Figura 10 Programas, projetos e ações voltados para a promoção da cidadania - página 30
Figura 11 Programa Eleições 2018 - página 34
Figura 12 Eleições em Números (Despesas, Eleitores Aptos) - página 35
Figura 13 Eleições em Números (Pessoas Envolvidas) - página 36
Figura 14 Eleições em Números (Zonas Eleitorais) - página 37
Figura 15 Perspectivas e Desafios - página 38
Figura 16 Centro de Custo - página 58
Figura 17 Perfil dos Servidores - página 60
Figura 18 Investimento em Capacitação - página 64